

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA (Mestrado)**

AUREA ANDRADE VIANA DE ANDRADE

VILAS RURAIS DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CAMPO MOURÃO

**MARINGÁ-PR
2005**

AUREA ANDRADE VIANA DE ANDRADE

VILAS RURAIS DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CAMPO MOURÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (mestrado) área de concentração: Análise Regional e Ambiental, do Departamento de Geografia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá-UEM como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Dalton Áureo Moro

MARINGÁ
2005

AUREA ANDRADE VIANA DE ANDRADE

VILAS RURAIS DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CAMPO MOURÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (mestrado) área de concentração: Análise Regional e Ambiental, do Departamento de Geografia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá-UEM como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovado em

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr^a

Prof. Dr^a Alice Yatiyo Asari

Prof. Dr. Elpídio Serra

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à memória de Dalton Áureo Moro, um geógrafo que lutou sempre pela geografia.

AGRADECIMENTOS

Ao apoio financeiro recebido pela CNPq, pois sem este, seria praticamente impossível realizar a pesquisa.

Ao meu esposo Carlinhos pelo carinho, estímulo e compreensão e aos meus filhos Victor e Oscar, razão da minha existência e luta.

Aos meus pais Zélio e Agenir pelo incentivo e ajuda em todos os momentos.

À amiga professora Nair Glória Massoquim, pelo incentivo e sugestões.

Aos professores e secretários do programa de mestrado, em especial aos professores Dr. Elpídio Serra e Dr. Wilson Teixeira, que compuseram a banca examinadora, meus agradecimentos pelos valiosos comentários por ocasião da defesa de Qualificação.

Aos Diretores da FECILCAM, Prof. Rubens Luis Sartori e Sinclair Pozza Cassemiro, pelo apoio.

Aos professores do Departamento de Geografia da FECILCAM: Dircélia Maria F. Teixeira, Jeffeson Crispim, Jader L. de Ávila, em especial, os professores José Antônio da Rocha, Edson Noryook, pelo incentivo.

À querida professora Diva Aparecida Camargo, pelo incentivo desde a graduação.

Às pessoas consultadas na EMATER, em especial o Sr. Biasi, de Curitiba.

Ao IPARDES – pelas importantes informações que permitiram avanço nas discussões.

À SEAB, em especial, ao amigo Dimas.

Ao IBGE e todos os seus funcionários pela atenção.

Aos Funcionários da COHAPAR, Núcleo regional de Campo Mourão, em especial a Marly Kchula e Ivete pela atenção.

Às Prefeituras dos quatorze municípios pesquisados, em especial a de Campo Mourão.

Agradecimento especial aos moradores das Vilas Rurais da microrregião de Campo Mourão, que gentilmente me atenderam.

Às alunas, Adriana Mailkut, Kelli C. Theodoro , Sandra Carbonera, Vera Huzek e Lílian Kaudenski, pela contribuição na pesquisa de campo e aplicação dos questionários.

Aos amigos Wesley Massoquim e Airton Pereira, pela contribuição nos programas de softwares e confecção dos mapas.

Aos amigos do curso, Janério, Gisele, Vera, Maria Aparecida e Tatiane.

À amiga Terezinha, pela correção gramatical.

A todos os que direta ou indiretamente contribuíram para a realização desta pesquisa, o meu muito obrigado.

"O desenvolvimento para as áreas rurais hoje no Brasil tem que ser o combate à pobreza por meio da criação de novas oportunidades e não simplesmente por meio das políticas compensatórias, sabidamente insuficientes para tirar os pobres da situação de exclusão em que se encontram" Ely da Veiga.

RESUMO

O presente trabalho discute os aspectos da modernização da agricultura e seus impactos sócio-espaciais no estado do Paraná, bem como a gênese e desenvolvimento das Vilas Rurais, notadamente na microrregião geográfica de Campo Mourão. As transformações recentes no cenário agrário paranaense foram amplamente condicionadas pela articulação do Estado e Capital e se intensificaram a partir da década de 1970. Esse processo foi associado à disseminação das culturas modernas da soja e do trigo, responsáveis pelo aumento do movimento migratório dos agentes sociais, excluídos deste processo. Em meio a essas transformações e mudanças de significado do espaço rural, emergem as Vilas Rurais, derivadas da urbanização. O sentido do programa Vila Rural condensa significados antagônicos: se, pôr um lado, beneficia os deserdados do progresso econômico; por outro, resolve a deficiência de mão-de-obra no campo paranaense. Neste sentido, a ambigüidade do programa é legitimada. Contudo, a condição de miséria em que a maioria desses assentados vivia, em parte foi amenizada pelo menos com habitação. Quanto às condições para mantê-los nas Vilas, dependerá do apoio contínuo do Estado, o que é preocupante, dado às rivalidades políticas.

PALAVRAS-CHAVE: Vila Rural. Modernização agropecuária. Organização do espaço. Trabalhador Rural. Desenvolvimento sócio-econômico.

RESUMÉE

Le Travail présent débat les aspects de la modernisation de l'agriculture et ses impacts socio-spatiaux dans l'État du Paraná, ainsi que la genèse et le développement des Vilas Rurais, notamment dans la microrégion géographique de Campo Mourão. Les transformations récentes à la mise en scène agraire du Paraná ont été conditionnés amplement par l'articulation de l'État et du Capital et ont rendu intense à partir de la décennie de 1970. Ce processus fut associé à dissémination des cultures modernes du soja et du blé qui sont responsables par l'augmentation du mouvement migratoire des agents sociaux, et qui sont écartés de ce processus. Au milieu de ces transformations et des changements de signification de l'espace rural, émergent les Vilas Rurais qui sont dérivées de l'urbanisation. Le sens du programme condense les significations antagonistes; si, pour une partie bénéficie les déshérités du progrès économique, pour l'autre résout la déficience de main d'œuvre au champs du Paraná. Dans ce sens l'ambiguïté du programme est légitimée. Toutefois, la condition de misère dont la majorité de ces posés vivait, dans une partie fut rendu plus douce par moins avec l'habitation. Quant les conditions de les maintenir dans les Vilas, dépendra de l'appui de l'État, ce qui est préoccupant, le donné des rivalités politiques.

Mots-Clés: Vila Rural. Modernisation agro-pastoral. Organisation de l'espace. Travailleur Rural. Développement socio-économique.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 - Vilas Rurais da microrregião geográfica de Campo Mourão.....	23
QUADRO 2 - As primeiras Vilas Rurais implantadas no Paraná.....	87
QUADRO 3 – Investimentos previstos para implantação do programa em milhões de dólares.....	91
QUADRO 4 - Investimento por Vila Rural (em us\$).....	92
QUADRO 5 - Distribuição das Vilas Rurais por região.....	97
FIGURA 1 – Quadro político e administrativo da microrregião geográfica de Campo Mourão.....	26
FIGURA 2 - Relevo da microrregião geográfica de Campo Mourão.....	27
FIGURA 3 - Classificação dos solos da microrregião geográfica de Campo Mourão.....	29
FIGURA 4 – Classificação Climática da microrregião geográfica de Campo Mourão.....	30
FIGURA 5 - Hidrografia da microrregião geográfica de Campo Mourão.....	32
FIGURA 6 – Vegetação nativa da microrregião geográfica de Campo Mourão...	33
FIGURA 7 – Área territorial do Município de Guarapuava.....	37
FIGURA 8 – As três ondas de povoamento paranaense.....	40
FIGURA 9 – Espacialização das Vilas Rurais no território paranaense.....	96
FIGURA 10 – Representação da Localização das Vilas Rurais da microrregião geográfica de Campo Mourão.....	99
FIGURA 11 – Representação dos chefes domiciliares das Vilas Rurais oriundos do Campo.....	102
FIGURA 12 – Renda <i>per capita</i> mensal das famílias antes do ingresso na Vila Rural.....	107
FIGURA 13 – Percentagem de infra-estrutura das Vilas Rurais da microrregião geográfica de Campo Mourão.....	114
FIGURA 14 – Média de pessoas por família nas Vilas Rurais da microrregião geográfica de Campo Mourão.....	115
FIGURA 15 – Procedência regional dos chefes das famílias vileiras.....	118
FIGURA 16 – Média da renda <i>per capita</i> mensal familiar das Vilas Rurais da microrregião geográfica de Campo Mourão.....	119

FIGURA 17 – Tipologias dos municípios paranaenses.....	120
FIGURA 18 – Despesas mensal familiar dos vileiros da microrregião geográfica de campo Mourão.....	122
FIGURA 19 – Crescimento dos bens duráveis das famílias vileiras.....	124
FIGURA 20 – Exploração econômica das unidades de produção das Vilas Rurais da microrregião geográfica de Campo Mourão.....	138
FIGURA 21– Força de trabalho braçal familiar.....	143
FIGURA 22 – Força de trabalho externa nas Vilas Rurais da microrregião geográfica de Campo Mourão.....	144
GRÁFICO 1 – Uso da terra na microrregião geográfica de Campo Mourão.....	44
GRÁFICO 2 - Dinâmica da população urbana e rural do estado do Paraná.....	75
GRÁFICO 3 - Dinâmica da população urbana e rural da microrregião geográfica de Campo Mourão.....	77
GRÁFICO 4 – Total da população da microrregião geográfica de Campo Mourão.....	77
GRÁFICO 5 – Comparativo da origem dos vileiros da microrregião geográfica de Campo Mourão.....	101
GRÁFICO 6 – Ocupação dos vileiros anterior à Vila Rural.....	105
GRÁFICO 7 – Renda mensal familiar dos beneficiários antes do ingresso na Vila Rural.....	108
GRÁFICO 8 – Condição de moradia do beneficiário ante ao ingresso na Vila Rural.....	109
GRÁFICO 9 – Média de cômodos das moradias dos beneficiários ante ao ingresso na Vila Rural.....	110
GRÁFICO 10 – Estados de origem dos vileiros da microrregião geográfica de Campo Mourão.....	117
GRÁFICO 11 –Comparação dos bens duráveis adquiridos pelos vileiros antes e depois do ingresso nas Vilas Rurais	123
GRÁFICO 12 – Tipos de culturas das Vilas Rurais da microrregião geográfica de Campo Mourão.....	130
GRÁFICO 13 – Representatividade da cultura cafeeira nas Vilas Rurais da microrregião geográfica de Campo Mourão.....	133

GRÁFICO 14 – Tipos de ocupação dos vileiros na microrregião geográfica de Campo Mourão.....	142
GRÁFICO 15 – Sistema de produção nas Vilas Rurais.....	145
FLUXOGRAMA 1 – Síntese metodológica.....	25
FOTO 1- Representação de um modelo de Vila Rural.....	94

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Uso do solo na década de 1960, na microrregião geográfica de Campo Mourão.....	42
TABELA 2 - Uso do solo na década de 1970, na microrregião geográfica de Campo Mourão.....	43
TABELA 3 - Comparação entre o valor do financiamento e o valor da produção em diferentes estratos de área no Brasil – 1970/1980.....	51
TABELA 4 - Indicadores da modernização agrícola no Paraná.....	58
TABELA 5 - Indicadores da modernização da agricultura da microrregião geográfica de Campo Mourão.....	61
TABELA 6 - Número de estabelecimentos agropecuários, por grupos de áreas (ha), nas misorregiões do estado do Paraná, em 1970 a 1990.....	66
TABELA 7 - Número de estabelecimentos agropecuários, por grupos de áreas (ha) dos municípios da microrregião geográfica de Campo Mourão.....	58
TABELA 8 - Condição do produtor segundo número de estabelecimento dos municípios da microrregião geográfica de Campo Mourão.....	70
TABELA 9 - População rural e urbana da microrregião geográfica de Campo Mourão 1970/2000.....	76
TABELA 10 - Zoneamento previsto para o programa Vila Rural.....	84
TABELA 11 - Regiões contempladas, nº de famílias e Vilas Rurais no Paraná.....	85
TABELA 12 - Ocupação dos vileiros antes da fixação nas Vilas Rurais.....	104
TABELA 13 - Faixa etária das famílias vileiras.....	116
TABELA 14 - Grau de escolaridade das famílias vileiras.....	126
TABELA 15 – Principais expectativas dos vileiros quanto ao programa Vila Rural	127
TABELA 16 - Tipos de culturas nas Vilas Rurais da microrregião geográfica de Campo Mourão.....	131
TABELA 17 Cultivo de frutas nas Vilas Rurais da microrregião geográfica de Campo Mourão	135
TABELA 18 – Criação de animais nas Vilas Rurais da microrregião geográfica de Campo Mourão.....	136
TABELA 19 – Ocupação dos vileiros.....	141

LISTA DE SIGLAS

BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento

CAI – Complexo Agroindustrial

CODAPAR - Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná

COHAPAR – Companhia de Habitação do Paraná

EMATER – Empresa de Assistência técnica e Extensão Rural do Paraná

FECILCAM – Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão

IAP – Instituto Ambiental do Paraná

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

ITR – Imposto Territorial Rural

SANEPAR - Companhia de Saneamento do Paraná

SEAB – Secretaria de Agricultura e Abastecimento

SECR – Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família

SEED – Secretaria de Estado da Educação

SERT – Secretaria de Estado do Emprego e Relações de Trabalho

SESA – Secretaria de Estado da Saúde

SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural

SUDERHSA – Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental.

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1. CARACTERIZAÇÃO GEO-HISTÓRICA DA REGIÃO DE ESTUDO	26
1.1 RELEVO.....	27
1.2 SOLOS.....	28
1.3 CLIMA.....	30
1.4 HIDROGRAFIA.....	31
1.5 VEGETAÇÃO.....	32
1.6 ASPECTOS GEO-HISTÓRICOS DA OCUPAÇÃO E USO DA TERRA NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CAMPO MOURÃO.....	34
2. ASPECTOS DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA E AS TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO RURAL PARANAENSE E REGIONAL	46
2.1 ASPECTOS DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA.....	47
2.2 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA PARANAENSE E SUA INSERÇÃO NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CAMPO MOURÃO.....	55
2.3 AS IMPLICAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS REGIONAL.....	62
2.3.1 Concentração da posse da terra	63
2.3.2 A expulsão do homem do campo – êxodo rural	73
3. A DINÂMICA DAS VILAS RURAIS NA ORGANIZAÇÃO NO ESPAÇO RURAL PARANAENSE	79
3.1 A GÊNESE DAS VILAS RURAIS PARANAENSE.....	79
3.1.1 Objetivos e metodologia do programa – Vila Rural	83
3.1.2 As instituições envolvidas com as Vilas Rurais	87
3.1.3 Infra-estrutura das Vilas Rurais	90
3.2 A ESPACIALIZAÇÃO DAS VILAS RURAIS NO TERRITÓRIO PARANESNESE.....	93
4. SITUAÇÃO DOS VILEIROS ANTES DA FIXAÇÃO NAS VILAS RURAIS DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CAMPO MOURÃO	99
4.1 ORIGENS DOS BENEFICIÁRIOS.....	100

4.2 OCUPAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS ANTES AO INGRESSO NA VILA RURAL.....	103
4.3 RENDA MENSAL FAMILIAR E PER CAPITA MENSAL DOS BENEFICIÁRIOS ANTES DA FIXAÇÃO NA VILA RURAL.....	106
4.4 CONDIÇÃO E SITUAÇÃO DE MORADIA DOS BENEFICIÁRIOS ANTES AO INGRESSO NA VILA RURAL.....	108
5. ANÁLISE SÓCIO-ESPACIAL DAS VILAS RURAIS DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CAMPO MOURÃO.....	111
5.1 A ESTRUTURA INTERNA DAS VILAS RURAIS DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CAMPO MOURÃO.....	111
5.1.1 Renda per capita mensal das famílias.....	118
5.1.2 Situação dos domicílios.....	124
5.1.3 Grau de escolaridade.....	125
5.1.4 Expectativa dos vileiros em relação ao programa Vila Rural.....	127
6. ORGANIZAÇÃO DOS VILEIROS E AS ATIVIDADES AGRÍCOLAS NAS VILAS DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CAMPO MOURÃO.....	129
6.1 PRINCIPAIS ATIVIDADES AGRÍCOLAS DESENVOLVIDAS NAS UNIDADES DE PRODUÇÃO DAS VILAS RURAIS.....	129
6.1.1 A criação de animais nas Vilas Rurais	136
6.1.2 Relação comercial da produção.....	137
6.3 Ocupação das famílias vileiras.....	139
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	146
8. REFERÊNCIAS.....	148
ANEXOS 1.....	157

INTRODUÇÃO

Dentre os espaços ocupados com atividades agrícolas há, no Estado do Paraná, os denominados Vilas Rurais, detentores de uma organização diferenciada dos demais. As Vilas Rurais paranaenses surgiram em 1995, de um projeto de ação do governo estadual, objetivando amenizar o movimento migratório campo-cidade. Este modelo de assentamento rural/urbano foi implantado, sobretudo, nas regiões em que o processo de tecnificação agrícola apresentou-se mais intenso no Paraná. Nessas regiões, a ocupação se efetivou em pequenas propriedades cafeicultoras e o uso intensivo de mão-de-obra era uma constante.

A partir da década de 1970, as pequenas propriedades foram incorporando-se às médias e grandes propriedades ocasionando a (re) estruturação fundiária. Entre as variáveis que explicam esta mudança, destaca-se: a erradicação dos cafezais, provocada pela política de desestímulo à cafeicultura, simultaneamente a superprodução ocasionando o desequilíbrio entre a oferta e a procura; o Estatuto do Trabalhador, que dificultou a relação empregado e empregador; as geadas constantes especialmente a de 1975; a política do governo de incentivo à exportação de grãos (oleaginosas) em detrimento da produção de alimentos para o mercado interno; em síntese, a modernização da agricultura.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que dentre as variáveis que contribuíram para as transformações no campo, a mais significativa e de maior repercussão, que mudou a estrutura fundiária no Paraná, aponta para o desenvolvimento da agricultura, com o uso intensivo de capital e tecnologia, ocasionando mudanças significativas nas relações de produção. Isto implicou, em grande escala, na substituição da monocultura do café pelas culturas temporárias, sobretudo o binômio soja/trigo e pastagens. A economia de escala provocou a expropriação e expulsão de milhares de pequenos agricultores e trabalhadores do campo, especialmente os desprovidos de recursos. Estes problemas foram inevitáveis diante das mudanças estruturais da economia rural.

Outro fato foi a redução da capacidade de absorção da mão-de-obra que também

inviabilizou a reprodução de pequenos agricultores, responsáveis pela produção de lavouras de subsistência. Em razão desses acontecimentos as lavouras de café e algodão, em grande parte, foram substituídas, notadamente pela expansão das culturas mecanizadas da soja e do trigo, resultando em profundas transformações na organização de espaço rural.

Neste sentido, a propagação da soja e do trigo ocasionou a concentração fundiária e a expulsão dos lavradores. A modernização do campo, produzida pela indústria com produtos cada vez mais sofisticados, bem como as mudanças de culturas e a crescente concentração fundiária, favoreceram a liberação de importantes contingentes de trabalhadores do campo e o aceleração do êxodo rural.

As conseqüências da modernização foram inúmeras e favoreceram apenas uma pequena parcela de agricultores. As pequenas propriedades foram incorporadas as grandes, especialmente nas regiões em que o desenvolvimento capitalista no campo era mais marcante.

Seguramente, a adoção de tecnologia no meio rural privilegiou a produção em escala; e os trabalhadores, à margem desse processo, muitas vezes são impossibilitados de produzirem até o seu próprio sustento. Esses avanços tecnológicos reduziram consideravelmente a mão-de-obra no campo, na época da colheita é que são contratados alguns trabalhadores.

De acordo com os últimos censos do IBGE, no Paraná, milhares de pessoas deixaram o campo. Parte dessa população foi para os centros urbanos; uma pequena parcela conseguiu se integrar ao sistema urbano, porém, uma outra, vem há tempos sofrendo as conseqüências do processo. Diante desses acontecimentos, aumentam as estatísticas de trabalhadores de baixa renda em condições precárias de sobrevivência.

Se, de alguma forma, as inovações tecnológicas foram consideradas um fator benéfico para a expansão da agricultura, o mesmo não ocorreu com a população do campo que foi expulsa do meio rural. A partir do avanço da sua propagação na

agricultura paranaense, o Estado registrou o maior índice de êxodo rural do país, tanto que a taxa de urbanização do mesmo passou de 36 % para 77%, entre as décadas de 1970 a 1990. Neste sentido, verifica-se o acelerado processo migratório do campo para a cidade. E a população rural em duas décadas e meia reduziu-se a menos da metade¹.

É neste contexto que o Estado coloca as Vilas Rurais, ou seja, na paisagem agrária paranaense, para atender os deserdados desse percalço. Este agente integra uma porção do espaço geográfico, e é destinado aos trabalhadores rurais visando parte da produção de subsistência, constituindo-se no principal objeto deste estudo.

Buscando obter maiores informações sobre este projeto de ação do governo, trabalhou-se os aspectos sócio-espaciais das Vilas Rurais, presentes na microrregião geográfica de Campo Mourão. Atualmente, as Vilas estão sendo discutidas como uma nova modalidade no âmbito estadual regionalizado, busca-se estabelecer a padronização de um modelo, se urbano ou rural. Esse sistema, que a princípio fora analisado como sendo insignificante para integração do trabalhador, em nível de município, no contexto regional, tornou-se bastante significativo no arranjo espacial rural paranaense.

O tema Vilas Rurais, que a princípio era entendido como um novo agente da organização do espaço regional, conclui-se que trata apenas de uma política de intervenção do governo paranaense, criada notadamente para contemplar trabalhadores temporários que moram nas periferias das cidades, visando amenizar a mobilidade espacial campo-cidade e minimizar os problemas urbanos. As Vilas Rurais se enquadram dentro de uma nova modalidade nos programas de 'assentamentos' e merecem um estudo mais profundo do ponto de vista de sua organização sócio-espacial. Assim sendo, é necessário também discutir sobre a veracidade da seguinte questão: as Vilas Rurais são assentamentos ou uma nova modalidade *periurbano*? Essa pergunta se justifica tendo em vista que sua estrutura

¹ Sobre o processo histórico da mobilidade da população paranaense recomenda-se ler Alegre e Moro (1986)

fundiária não se enquadra no módulo rural estipulado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, e tampouco no Estatuto de Terra².

A microrregião geográfica de Campo Mourão, local em que está centrado o objeto desse estudo é uma área essencialmente agrícola, pontuando as culturas mecanizadas da soja e do trigo. Emprega pouca mão-de-obra, por isso, de certa forma, contribuí para o aumento, cada vez mais significativo, de favelas nos municípios que compõem a região, aumentando o número de marginalizados do progresso econômico e social.

Fez-se necessário ainda uma investigação sobre a política que permeia as Vilas Rurais, visto que o programa foi elaborado na gestão do governo Jaime Lerner (1995/1998-1999/2002), e na gestão do atual governo Roberto Requião (2003/2006) que é oposição ao governo anterior. Além disso, buscou-se ampliar algumas discussões sobre esta nova modalidade de conjunto habitacional *periurbano*, tendo em vista que este programa se parece mais com 'higienização social', ou seja, os problemas de favelamento nas cidades supostamente ficam 'resolvidos', pois retira-se os excluídos da cidade, leva-os para o campo, sem considerar os problemas sociais que os acompanham.

Para o desenvolvimento da pesquisa fez-se uso de abordagens teóricas e de estudos empíricos, dentro do método dedutivo. Para melhor entendimento, esta foi dividida em dois momentos: no primeiro fundamenta-se o contexto da ocupação e exploração da terra, bem como a modernização da agricultura e ao aparecimento dos complexos agro-industriais, fenômenos que de certa forma foram responsáveis pelas transformações na organização espacial. Esses fenômenos resultaram em profundas mudanças na organização do espaço rural, dentre elas estão: mudança na estrutura fundiária, evasão do homem do campo e, conseqüentemente, o aparecimento de novos modelos, a exemplo: as Vilas Rurais.

² Lei 4.214, de 2 de março de 1963, "que estendia aos trabalhadores rurais a legislação social que já beneficiava os trabalhadores urbanos". (ROMERO, 2002, p.121).

Para tratar teoricamente das causas e das possíveis conseqüências decorrentes do processo de mudanças no cenário agrário, sobretudo regional, utilizou-se como base teórica autores renomados como: GRAZIANO DA SILVA, José (1993, 1996, 1999 e 2002); MARTINE, George & GARCIA, Ronaldo C. (1987); PADIS, Pedro Calil (1981); MARTINS, José de Souza (1984, 1995 e 2003); MORO, Dalton Áureo (1986, 1991 e 2001); SERRA, Elpídio (1991 e 2001); FLEISCHFRESSER, Vanessa (1988); DELGADO, Guilherme da Costa (1985); KAGEYAMA, Ângela (1987); PEREIRA, Laércio B. (1987); OLIVEIRA, Ariovaldo H. (1986, 2002); HESPANHOL, Antônio Nivaldo (1990, 1993); MÜLLER, Geraldo (1989); dentre outros. Na seqüência fez-se uma abordagem geo-histórica das Vilas Rurais, considerando sua espacialidade, realizada com o auxílio de materiais bibliográficos e informativos e por meio de informações e dados fornecidos pelos órgãos: IBGE, EMATER, COHAPAR, SEAB, DERAL, SANEPAR, CODAPAR, Prefeituras Municipais, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Secretaria da Criança e Assuntos da Família, Secretaria de Emprego.

No segundo momento tratou-se do universo da pesquisa empírica que abrange 28 Vilas Rurais da microrregião geográfica de Campo Mourão. Utilizou-se do critério de amostragem intencional que se considerou representativo para este estudo, ou seja, 20% de todas as famílias que habitam as Vilas na região. Perfazendo um total de 219 (duzentos e dezenove) questionários.

A pesquisa de campo foi desenvolvida por meio de análise de dados quantitativos e qualitativos, com base em indicadores sócio-econômicos colhidos *in loco*, além de entrevistas e depoimentos. As entrevistas tiveram início após o reconhecimento da área e visitas à região em estudo. Foram realizadas duas visitas para cada Vila Rural. Para a formulação das entrevistas utilizou-se de técnicas de conversa e questionamento básico, apoiados em teorias e hipóteses, procurando induzir o mínimo possível a resposta do entrevistado. Para melhor estruturação da pesquisa, elaborou-se um questionário sobre o diagnóstico sócio-econômico das Vilas Rurais. A amostra foi realizada valendo-se das casas (unidades) de números ímpares. Este permitiu realizar um diagnóstico comparativo entre as condições dos vileiros antes do acesso ao programa e depois da inclusão no mesmo. Tal estudo permitiu também

verificar o perfil sócio-econômico do beneficiário, uma vez que se pretendia avaliar em que medida o projeto do governo do Paraná tem abrandado a condição de miséria dos atores sociais, vítimas da expansão do capitalismo no campo.

Após a coleta, os dados foram tabulados utilizando-se do método do programa de estatística simples no software *Excel*. A estatística foi gerada por um script PHP desenvolvido especificamente para o trabalho, sendo esta gerada em tempo real. O programa consta de três telas básicas, sendo uma delas para a inserção dos dados coletados por meio das fichas; outra para a escolha do item e, uma terceira que contém as tabelas e os gráficos, que serviram para reflexão, interpretação e análise dos dados e fenômenos estudados (Fluxograma 1). As entrevistas selecionadas contemplarão o contexto da pesquisa nos capítulos quatro, cinco e seis.

Uma vez selecionada a área e o número de indivíduos para a análise, fez-se necessário a elaboração de um quadro para a identificação do objeto em estudo. Isso foi preciso em razão da pesquisa abarcar um expressivo número de Vilas, assim utilizou-se a simbologia número (1, 2, 3,) correspondente a denominação dos municípios; e as letras (a,b,c ...) correspondente as Vilas em cada município.

No referido quadro encontra-se além da identificação das Vilas por meio de número e letras, o número de famílias (nº de casas), data de implantação, área ocupada no espaço geográfico e o número de questionários aplicados em cada Vila Rural.

O plano de estudo prevê o desenvolvimento do assunto em seis capítulos: no primeiro fez-se uma explanação sucinta da caracterização geo-histórica da região em estudo. No segundo estudou-se os aspectos que envolvem o processo de modernização da agricultura e seus principais indicadores: a disseminação das culturas modernas da soja e do trigo, no Paraná, em especial na microrregião geográfica de Campo Mourão, que ocasionou significativas mudanças no espaço de produção e o surgimento do complexo agroindustrial – CAIS. Este capítulo ainda aborda as conseqüências que este processo desencadeou tais como: grandes alterações na estrutura fundiária, ocasionada pela introdução do capital no campo, desarticulação do pequeno agricultor e trabalhador rural e, conseqüentemente, o

êxodo rural.

Cidade	Nome	Identificação Nº e letra	Nº de Habitação	Área (m ²)	Nº de Questionários	Data implantação
Araruna	Andorinhas	1-a	28	189.439,56	5	02.10.2001
	Arara Azul	1-b	12	71.664,95	3	21.01.2000
	Sol Nascente	1-c	44	290.400,00	9	26.09.1997
Barbosa Ferraz	Beija Flor	2-a	24	169.400,00	5	09.06.2000
	Joaquim de Souza	2-b	33	278.580,00	7	04.12.1998
		2-c	25	163.355,42	5	05.06.1996
	Maria G. Virgínio	2-d	46	363.000,00	9	31.10.1997
Campo Mourão	Nova Morada	3-a	49	348.000,00	10	13.10.1997
Corumb. do Sul Eng. Beltrão	Pedro K. Júnior	4-a	38	290.400,00	8	31.10.1997
	Novos Caminhos	5-a	53	314.600,00	11	19.06.1996
	Fca F. Borges	5-b	37	227.408,99	7	21.12.1999
Farol	Portal do Sol	6-a	39	273.176,00	8	25.07.1997
Fênix	N. S. Aparecida	7-a	26	146.410,00	5	18.12.1998
	Boa Esperança	7-b	26	223.517,49	6	25.04.1997
	Vale Verde	8-a	80	726.000,00	16	20.07.2001
Iretama	Cidade Nova	8-b	44	484.000,00	9	06.07.2001
	Colinas Verdes	8-c	42	273.238,02	9	18.11.1998
	Colméia	8-d	27	196.262,00	5	17.04.2001
	S. Rita de Cássia	9-a	23	168.841,00	6	14.12.1995
Luiziana	Novo Horizonte	9-b	63	475.681,61	13	13.03.2000
	Valinhos	10-a	19	126.261,00	4	26.06.1998
Peabirú	Alvorada	11-a	34	206.348,47	7	14.12.1995
Quinta do Sol	Lary C. Razzolini	12-a	28	168.941,67	6	05.11.1999
	Judite Rodrigues	12-b	31	203.000,00	6	18.04.1997
Roncador	Sol N. p/ Todos	13-a	34	281.484,68	7	05.06.1998
	São João	13-b	31	242.000,00	6	05.06.1998
Terra Boa	União	14-a	78	484.000,00	16	30.07.1999
	Nova Jerusalém	14-b	53	338.800,00	11	05.12.1997
	Recanto Verde					
Total			1067	7.724.210,86	219	

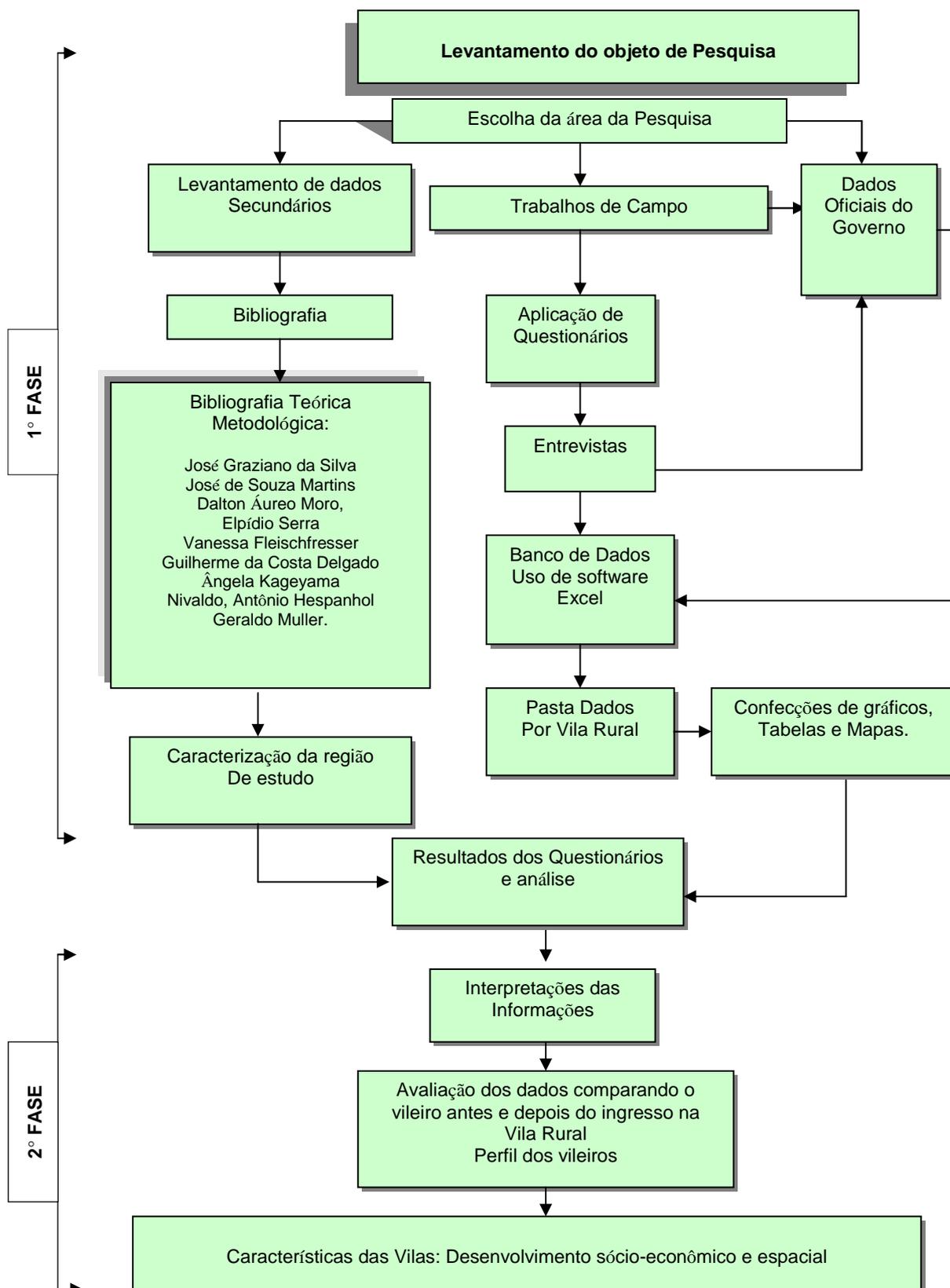
QUADRO 1 - Vilas Rurais da microrregião geográfica de Campo Mourão.

Fonte: IBGE – Organização: Andrade, A. A. V. de. 2004.

No terceiro, aborda-se o processo geo-histórico das Vilas Rurais e sua espacialização em todo o território paranaense, apresentando as Normas Operacionais e as Instituições envolvidas, além de suas contribuições para a implantação e desenvolvimento do programa. Neste capítulo também estão contidos os custos previstos, convênios com o Banco Mundial e discussões da questão rural/urbano da Vila Rural.

No quarto, tem-se uma abordagem breve do beneficiário antes do seu ingresso no programa. Nele apresenta-se alguns indicadores, escolhidos para análise sócio-econômica, que se fizeram necessários considerando que se pretendia verificar a condição de exclusão em que se encontrava essa população. Já o quinto

complementa esse estudo, ou seja, nele apresenta-se um estudo mais detalhado dos indicadores representativos para a estrutura sócio-econômica dos assentados, nas Vilas Rurais da microrregião geográfica de Campo Mourão. Dessa forma foi possível fazer uma analogia entre o antes e o depois. Finalmente, no último capítulo aborda-se a organização nas unidades de produção, bem como, análise e reflexão sobre suas particularidades.



FLUXOGRAMA 1 – Síntese metodológica – Organização: Andrade A.V. de
1. CARACTERIZAÇÃO GEO-HISTÓRICA DA REGIÃO DE ESTUDO

A microrregião geográfica de Campo Mourão compreende 14 municípios: Araruna, Barbosa Ferraz, Campo Mourão, Corumbataí do Sul, Engenheiro Beltrão, Farol, Fênix, Iretama, Luiziana, Mamborê, Peabirú, Quinta do Sol, Roncador e Terra Boa (Figura 1).

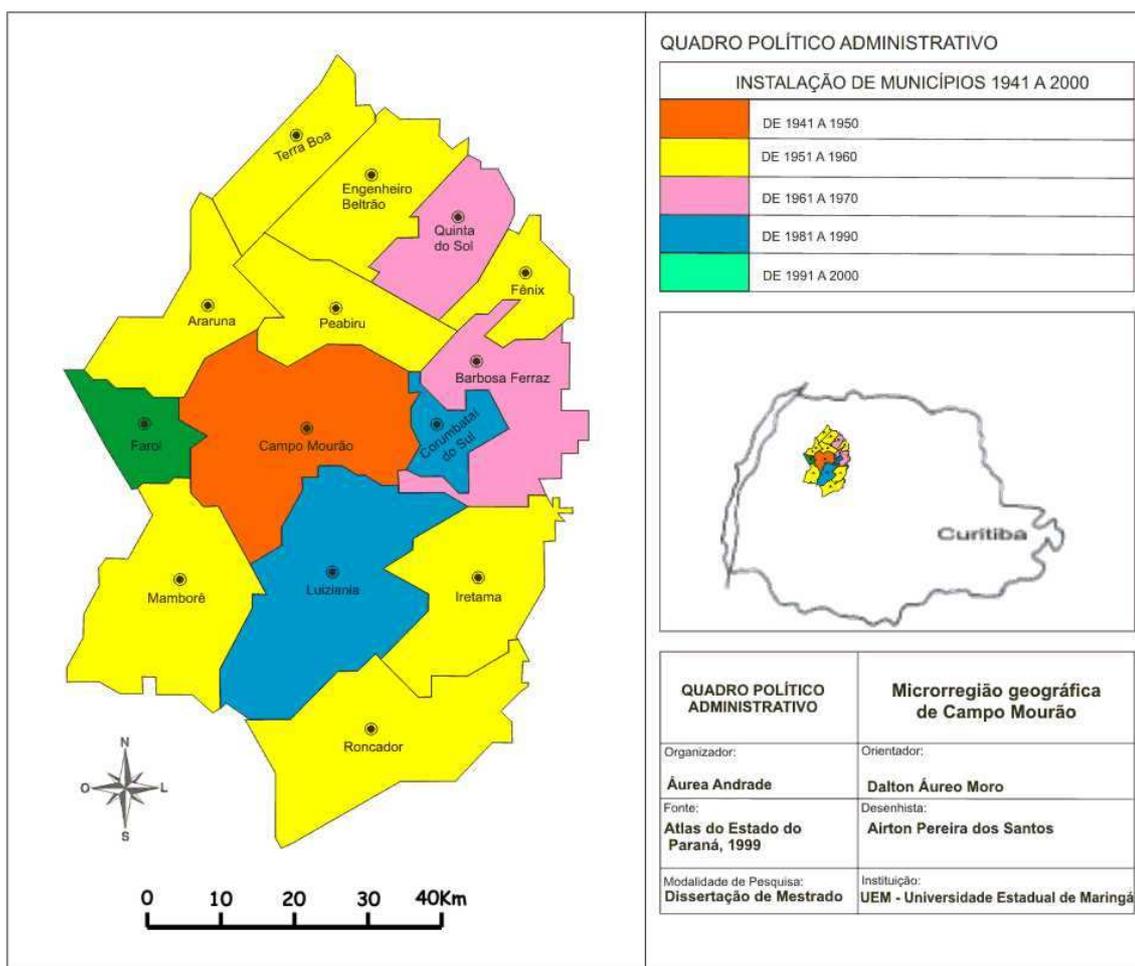


FIGURA 1 – Quadro Político e Administrativo da microrregião geográfica de Campo Mourão.

De acordo com o Censo do IBGE (2000), a região conta com uma população de 217.158 mil habitantes em uma área de 7.717.065 Km², polarizada por Campo Mourão. Geograficamente, as microrregiões de Campo Mourão e Goioerê se constituem pela mesorregião geográfica Centro-Occidental Paranaense, conforme a divisão regional do IBGE (1989). Possui características naturais e econômicas

semelhantes, além da integração entre os municípios que a congrega.

1.1 RELEVO

Pertencendo à zona geográfica do Terceiro Planalto Paranaense e constituído pelas rochas basálticas da formação Serra Geral originada por derrames de lavas básicas; e nos arenitos, da formação Caiuá, que constituem o chamado grupo São Bento, encontra-se o planalto de Campo Mourão, com altitude média de 650 m (Figura 2).

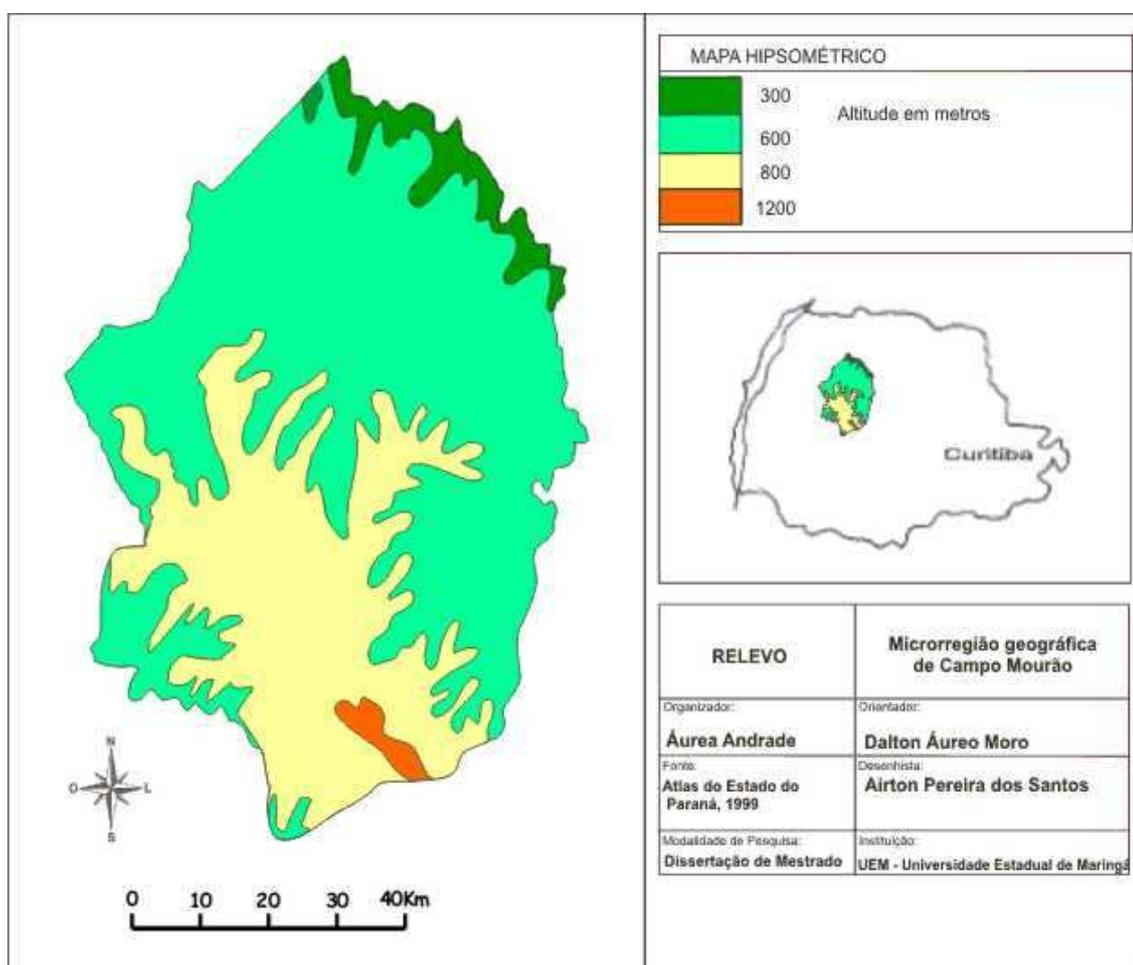


FIGURA 2 - Relevo da microrregião geográfica de Campo Mourão

De acordo com Maack (2002) o Terceiro Planalto Paranaense é dividido em 04 blocos, a saber: bloco do planalto de Araiporanga que se estende entre os rios Tibagi e Itararé; o segundo se configura no planalto de Apucarana localizado entre

os rios Tibagi, Paranapanema e Paraná; no terceiro bloco encontra-se o planalto de Campo Mourão que se estende entre os rios Ivaí e Piquiri; o quarto bloco compreende as terras entre os rios Piquiri, Iguaçu e Paraná. Formado por zona de mesetas, atingindo altitudes de aproximadamente 1.250 metros na testa da escarpa, declinando para oeste, numa altitude de apenas 45 metros; no sul do rio Iguaçu encontra-se o planalto de Palmas.

A topografia da microrregião de Campo Mourão é composta por duas divisões: a porção ocidental é composta por relevo constituído de colinas suaves a planas, ligeiramente onduladas no espigão Ivaí/Piquiri; a porção oriental é caracterizada por relevo movimentado, “sendo profundamente entalhado a sudeste, formando as mesetas das serras de Pitanga com altitudes de 950 a 1.050 metros s.n.m” (MAACK, 2002, p. 423).

1.2 SOLOS

Na construção da paisagem natural da microrregião de Campo Mourão, o solo pode ser considerado um agente de síntese do ambiente. A relação entre paisagem e solo é muito estreita, ou seja, o cenário de uma paisagem está inteiramente conectado ao tipo de solo que a compõe. Embora “a distribuição dos solos na paisagem reflète, em termos gerais, a variação da geologia (rochas) do clima, do relevo, da vegetação (a história de evolução da própria paisagem)” (NOBREGA & CUNHA, 2001, p. 62).

Contudo, há particularidades quanto aos aspectos da formação. Do ponto de vista geológico verifica-se que a microrregião apresenta dois tipos de origem da decomposição das rochas: areníticas e basálticas. “Pedologicamente nos locais de ocorrência do basalto são encontrados Latossolos Vermelho, Nitossolos Vermelhos e Neossolos Litólitos e, nas áreas de ocorrência do arenito, Latossolos Vermelho e Argissolos” (SOUZA, 2003, p. 91).

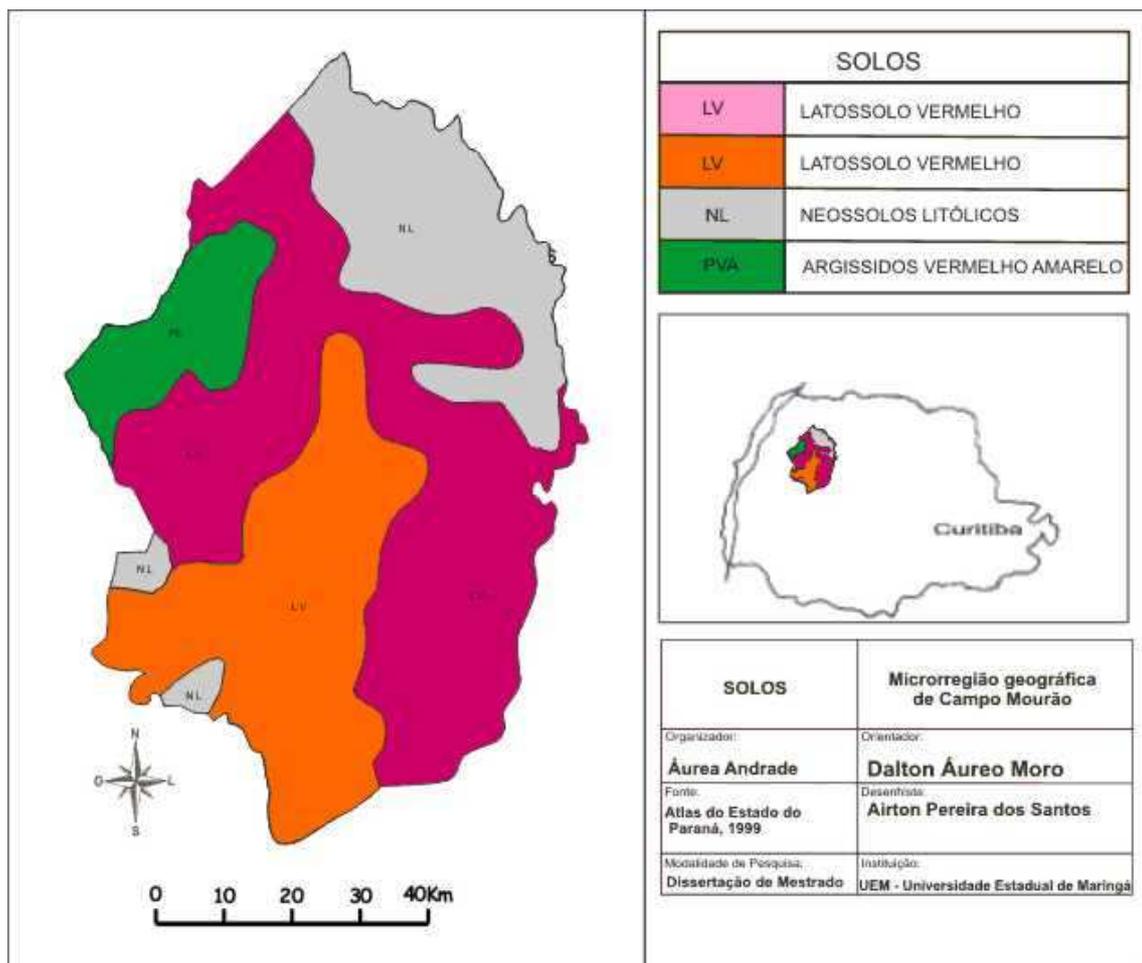


FIGURA 3 - Classificação dos solos da microrregião geográfica de Campo Mourão

De acordo com Nakashima e Nóbrega (2003), na área de ocorrência do basalto, nos espigões mais alongados, incidem seqüências de Latossolos Vermelhos de textura argilosa nos topos; nas baixas e médias vertentes ocorrem Nitossolos Vermelhos ou Latossolos Vermelhos, e nas baixas vertentes ocorrem as associações de solos rasos -Neossolos- (Figura 3).

Com relação à porção oeste, na área de ocorrência do Arenito Caiuá, as colinas são amplas, de topos quase aplainados e vertentes longas de baixa declividade, predominando os Latossolos Vermelhos de textura arenosa/média nos topos e altas vertentes. Já nas médias e baixas vertentes encontra-se o Argissolos Vermelho-Amarelo e nas áreas de várzeas Gleissolos (Figura 3).

1.3 CLIMA

O clima predominante na microrregião geográfica de Campo Mourão, segundo a classificação de Köppen, é Cfa-Clima Subtropical Úmido Mesotérmico, classificação considerada estática. Já a classificação de Strahler (1969) é genética e procura explicar a dinâmica a partir da atuação das Massas de Ar. De acordo com essa teoria, a microrregião de Campo Mourão se enquadra na classificação dos “Climas das Latitudes Médias (Figura 4) controlados pelas massas de ar tropicais e polares” (AYOADE, 1985, p. 228).

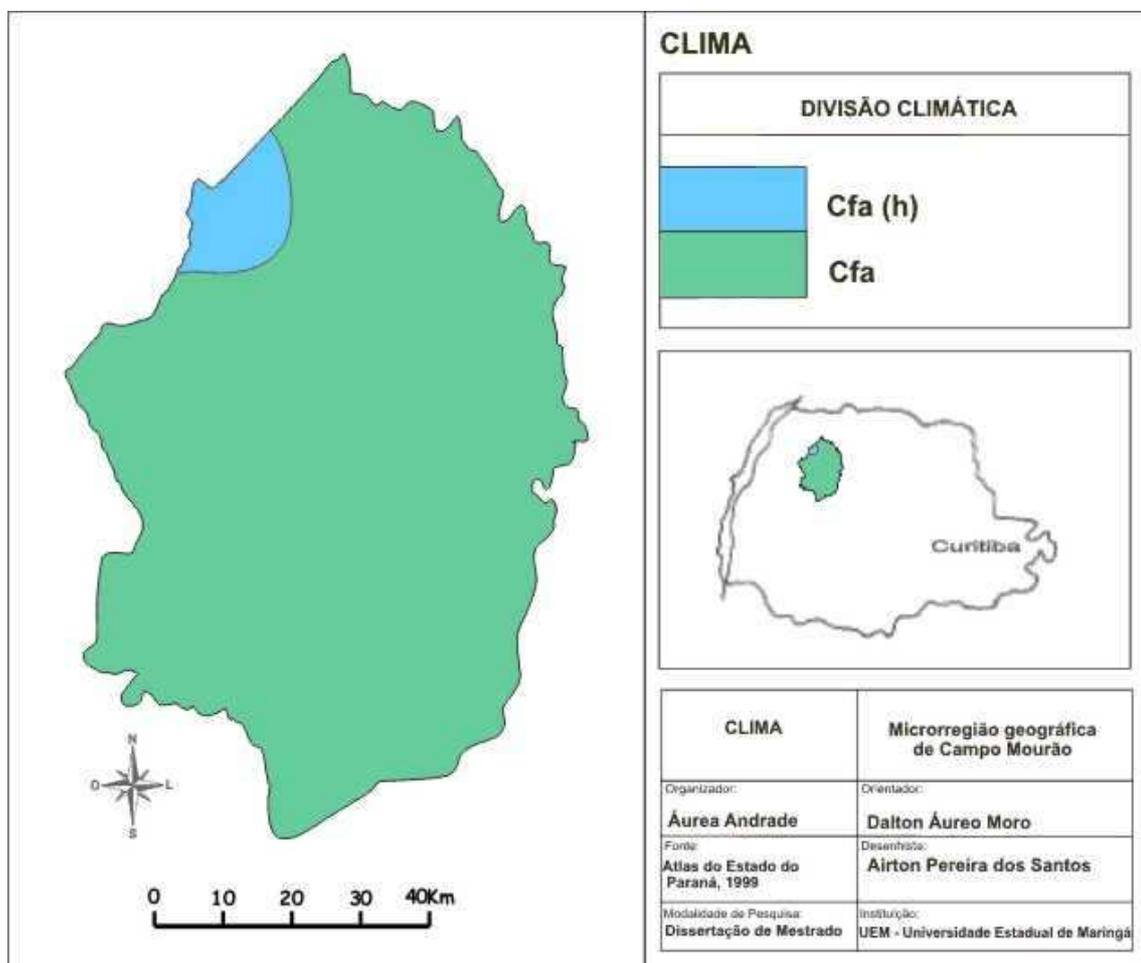


FIGURA 4 – Classificação Climática da microrregião geográfica de Campo Mourão

Analisando as concepções dos autores, observou-se que, tanto na classificação

estática, quanto na genética, o padrão para Campo Mourão pode ser considerado homogêneo quanto à característica da umidade; divergente na distribuição das chuvas.

A pluviosidade média para esta região, segundo Köppen, gira em torno de 1.500 mm anuais, embora as pesquisas realizadas na Estação Climatológica de Campo Mourão acuse que a média de precipitação³ é de 1700 mm, enquanto a média térmica fica em torno de 19°C. Por localizar-se ao sul do paralelo 24º, é propício a geadas esporádicas entre os meses de maio a setembro. Em síntese, o clima da microrregião de Campo Mourão é favorável para o exercício da agricultura de grãos entre outras atividades.

Na região, especialmente no município de Campo Mourão, mesmo tendo um clima atual estável, no quaternário houve mudanças radicais originando um tipo de vegetação atípica “o Cerrado”. Este fato está relacionado à mudanças climáticas, que caracterizaram essa região durante um longo período.

1.4 HIDROGRAFIA

A microrregião geográfica de Campo Mourão se constitui de um divisor de águas em sua porção central, entre as microrregiões de Campo Mourão e Goioerê, bacias dos Rios Ivaí e Piquiri. Os rios da microrregião são expressivos em tamanho, embora apresentem reduzida capacidade de navegação, por possuírem cachoeiras e corredeiras, e os que podem ser navegáveis são de cursos pequenos (Figura 5).

O Rio Piquiri nasce na serra São João, próximo a cidade de Guarapuava, com percurso de 560 Km. Os afluentes que constituem parte da bacia hidrográfica que abrange a microrregião são: Rio Goio Bang, Rio Goio-erê, Rio Nhá-Pocain e Rio Cantu (AVILLA, 2002).

³ Pesquisa realizada por Nair Gloria Massoquim e Áurea Andrade Viana de Andrade, parte da pesquisa apresentada no Encontro Latino-americano de Geografia – Santiago Chile.

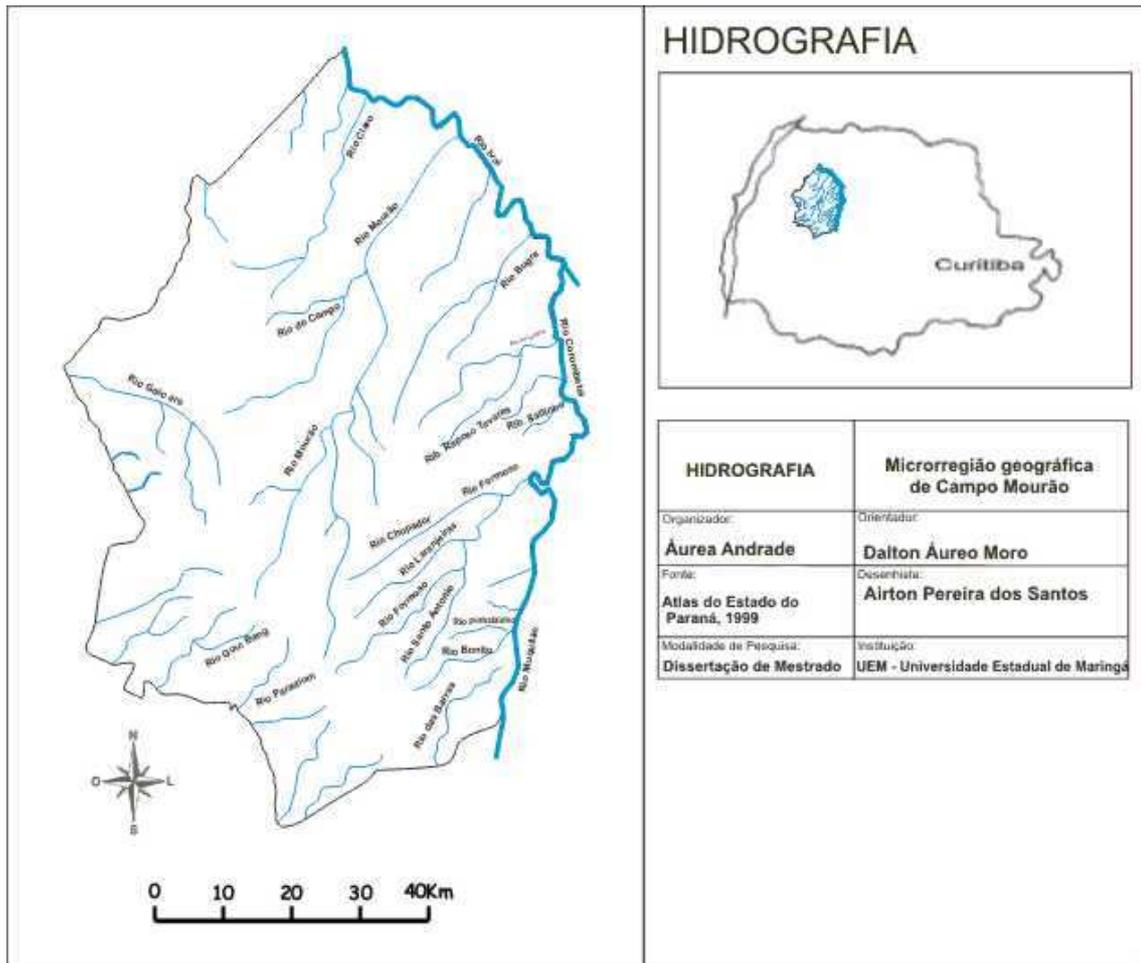


FIGURA 5 – Hidrografia da microrregião geográfica de Campo Mourão

1.5 VEGETAÇÃO

Outrora à época do início da ocupação moderna, a vegetação original era composta por Mata Pluvial Subtropical, Campos do Cerrados, Campos limpos e Matas de Araucária (Figura 6). Conforme Maack (2002, p. 269) a região, especialmente do município de Campo Mourão “constitui-se de 102 Km² de campos cerrados como forma de relicto do Quaternário Antigo. Campo Mourão localiza-se a 629m de altitude na zona limítrofe entre a mata de araucária e a mata pluvial-tropical”. Dos 102 Km² de campos cerrados aos quais se refere o autor, resta somente uma área de 13.318m², concentrada na Estação Ecológica do Cerrado, sob Coordenação do Departamento de Geografia da FECILCAM.

A ocorrência de Araucária está relacionada com temperaturas médias entre 17 a 20°C e altitude média acima de 500m. De acordo com Ab'Saber (2003), este domínio de natureza extratropical emerge acima do nível das matas subtropicais. O mato é baixo e relativamente descontínuo, com pinhais altos e imponentes.

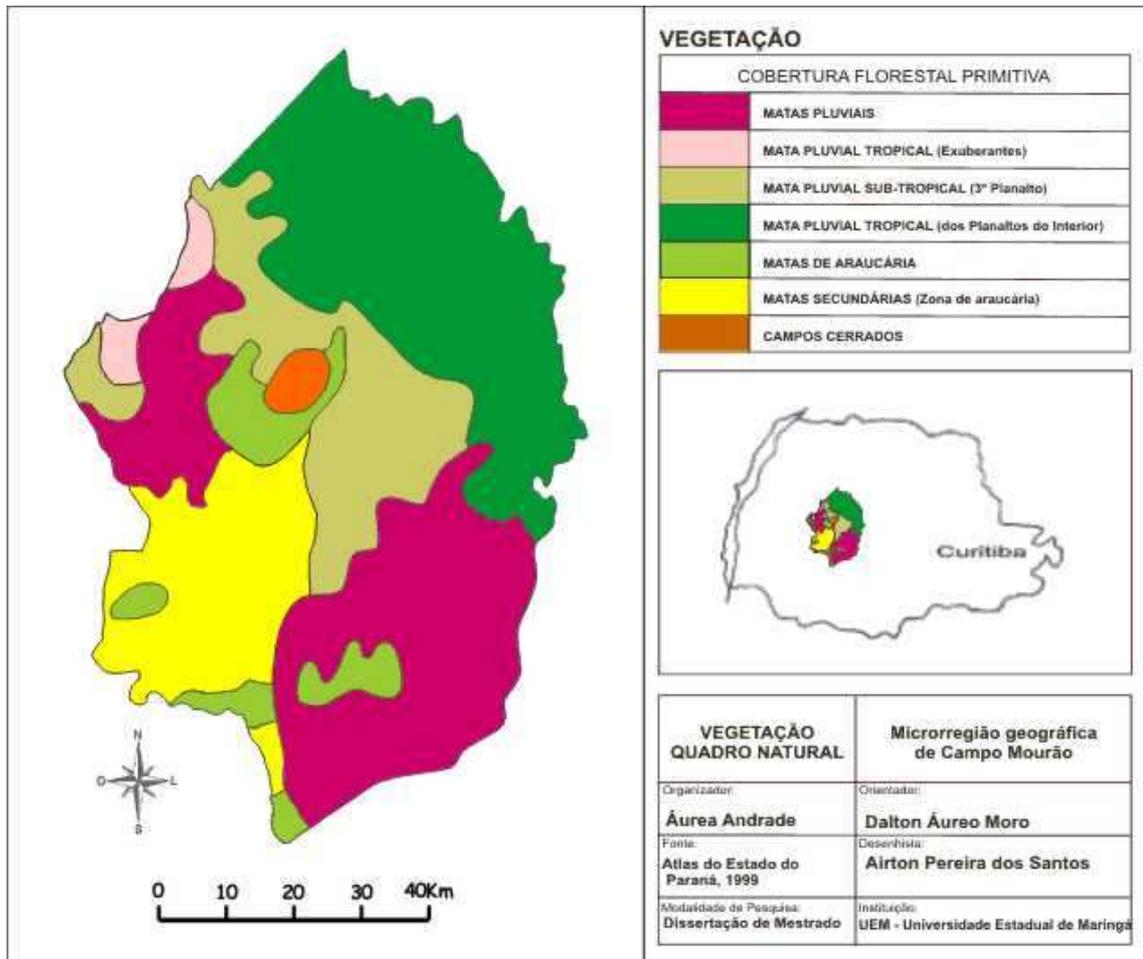


FIGURA 6 - Vegetação nativa da microrregião geográfica de Campo Mourão

A Mata Pluvial-Tropical e seus vales fluviais desenvolveram-se sobre os férteis solos de Nitossolos Vermelhos. Ao sul do divisor de água do Ivaí-Piquiri, a Mata Pluvial Tropical transforma-se gradativamente em Mata Subtropical (MAACK, 2002).

Atualmente, face aos avanços da agricultura, quase nada resta da vegetação original. Ainda é possível encontrá-la em tênues franjas nos fundos de vales, em locais onde estão presentes solos litólicos e em locais íngremes de difícil acesso.

1.6 ASPECTOS GEO-HISTÓRICOS DA OCUPAÇÃO E USO DA TERRA NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CAMPO MOURÃO

“Vista à distância, em suas relações com o Homem, a geografia não é mais do que a história no espaço, do mesmo modo que a história é a geografia no tempo” (ELISÉE RECLUS, 1905, p. 4).

Utilizando-se da divisão geográfica formulada pelo IBGE–1989, a área em estudo localiza-se na mesorregião geográfica Centro-Ocidental Paranaense, junção das microrregiões geográficas de Goioerê e de *Campo Mourão*. Esta microrregião teve seu processo de colonização oficial a partir de meados da década de 1930. Porém, na região em estudo, já havia pequenos núcleos de povoações, como observa Bernardes N. (1953 p. 429, 430).

[...] há ainda a considerar o seguinte; em não poucos casos teve-se que omitir, propositadamente, certas povoações ou pequenos núcleos rurais localizados no âmago da mata deserta. São núcleos formados junto a longas vias de penetração, com função de etapa. Cite-se, como exemplo, Jataízinho e Campo Mourão.

[...] Campo Mourão, povoação surgida anonimamente no interior da zona despovoada e que se tornou uma base de apoio para os batedores do sertão que por aí circulavam visando às barrancas do rio Paraná. Em 1920 já existia aí um minúsculo povoado (sendo assinalado nos mapas da época) quando ainda se processava o povoamento ao longo da estrada entre Guarapuava e Pitanga.

As primeiras iniciativas de povoamento na região ocorreram por volta da década de 1880 com a expansão dos guarapuavanos. Somente a partir do século XIX, em razão de fatores políticos e econômicos, a atenção estava voltada para a região de Campo Mourão. Nesta ocasião havia dois sentidos para tal interesse. Segundo Soriano (2002, p. 65) o primeiro “envolvia o interesse tanto do Governo Imperial quanto da jovem Província do Paraná” em estabelecer uma via de ligação entre o Rio Ivaí e o Rio Paraná, bem como para Mato-Grosso e fronteira com o Paraguai. O

segundo estava relacionado aos guarapuavanos fazendeiros, que procuravam expandir suas atividades pastoris para novas áreas.

De acordo com Simionato (1996), os primeiros expedicionários vindos de Guarapuava chegaram à região de Campo Mourão em 1883, com uma comitiva composta de 120 homens para efetivarem, nesta área, atividades pastoris. Além disso, o grupo tinha como finalidade realizar os primeiros contatos com os indígenas que habitavam as florestas densas da região. A influência indígena na região fora marcante e ainda sobrevive na atualidade, especialmente no dialeto, que pode ser observado nas denominações dos municípios e rios que compreendem a região em estudo. Por exemplo, a cidade de Iretama (casa das abelhas), Peabirú (caminho aterrado), Mamborê (lugar distante), Araruna (arara [espécie de ave com plumagens azuis]), Corumbataí (rio dos peixes corimbás), Rio Ivaí (rio da flor) e Piquirí (rio de peixes pequenos [lambaris]). Contudo, a ocupação primitiva da região foi praticamente dizimada, notadamente pelos bandeirantes paulistas e, posteriormente, em razão dos conflitos entre os indígenas opositores à ocupação dos novos povoadores.

A ocupação das terras da região de Campo Mourão não se fez sem conflitos apesar do Estado colonizar a região a partir do século XX. Esta porção do território paranaense pertencia à comarca de Guarapuava (Figura 7) e alguns influentes fazendeiros obtinham o título de posse dessas terras devolutas. Assim,

[...] englobou 30 nomes de pecuaristas guarapuavanos que declararam possuir desde 1880, uma área em comum de 60 mil hectares, atribuindo-se a posse das mesmas terras denominadas 'Campo Mourão' dando margem a posteriores legitimações de posse de terras nessa região. Contudo a ocupação evidente com morada habitual, na região, só se concretizou com a chegada de José Luiz Pereira em 1903, fixando-se onde hoje é a cidade de Campo Mourão (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DA LAGOA, 1982, apud HESPANHOL, 1990, p. 55).

De acordo com Bernardes, N. (1953), Simionato (1996), a exploração nativa da ervamate se fazia em toda região, com ervateiros vindos, sobretudo do Paraguai. Em

1919, na região de Campo Mourão, mais especificamente na localização do município de Mamborê, instalou-se a primeira empresa de exploração de erva-mate.

Anterior ao ano de 1924, a Companhia Mate-Laranjeira, potência Argentina que se dedicava ao cultivo, extração e beneficiamento da erva-mate nativa, (*Herva paraguayensis-SIC*) existente em grande quantidade na região Sul, cuja firma era administrada por Alica tirano e escravizador que após prometer grandes recompensas a pessoal oriundo do Paraguai, fazia-os internarem-se nas matas virgens a fim de extraírem a erva-mate nativa (JORNAL MAMBURÊ, 06 a 12 julho de 1965, p.01).

De acordo com a mesma fonte, com a revolução de 1924 e, em razão dos maus tratos, os oprimidos de Alica fugiram, “porém, alguns desses trabalhadores, já quase acostumados às terras férteis desta região” permaneceram em seus ranchos.

Para Bernardes, L. (1953), ainda que a fronteira demográfica estava em expansão à ocupação efetiva, o aproveitamento econômico da nova região não se processou. O que de fato houve nesta nova área desbravada foi somente uma ocupação escassa de indivíduos que viviam de forma primitiva, em seus velhos ranchos e parques recursos, sem contato com a civilização, ou seja, isolados do ‘mundo’ (leste paranaense).

A exploração da erva-mate teve pouca influência ou quase nula no processo de povoamento da região. Ao contrário da estrada que se edificou entre Guarapuava e Campo Mourão, entre os rios Ivaí e Piquirí.

Com a vinda das expedições surgiram, conseqüentemente, as primeiras picadas através da cerrada mata virgem do Oeste do Paraná. Inicialmente foram abertas por Edmundo Alberto Mercer, em 1911 e 1923, com o objetivo de facilitar o transporte de gado vindo do Mato Grosso para o Paraná, evitando o caminho através de São Paulo. A picada foi denominada de “*boiadeira*”, aberta em 1911, dirigindo-se de Salto Ubá no Rio Ivaí, passando por Campo Mourão, para Porto Camargo, no Rio Paraná.

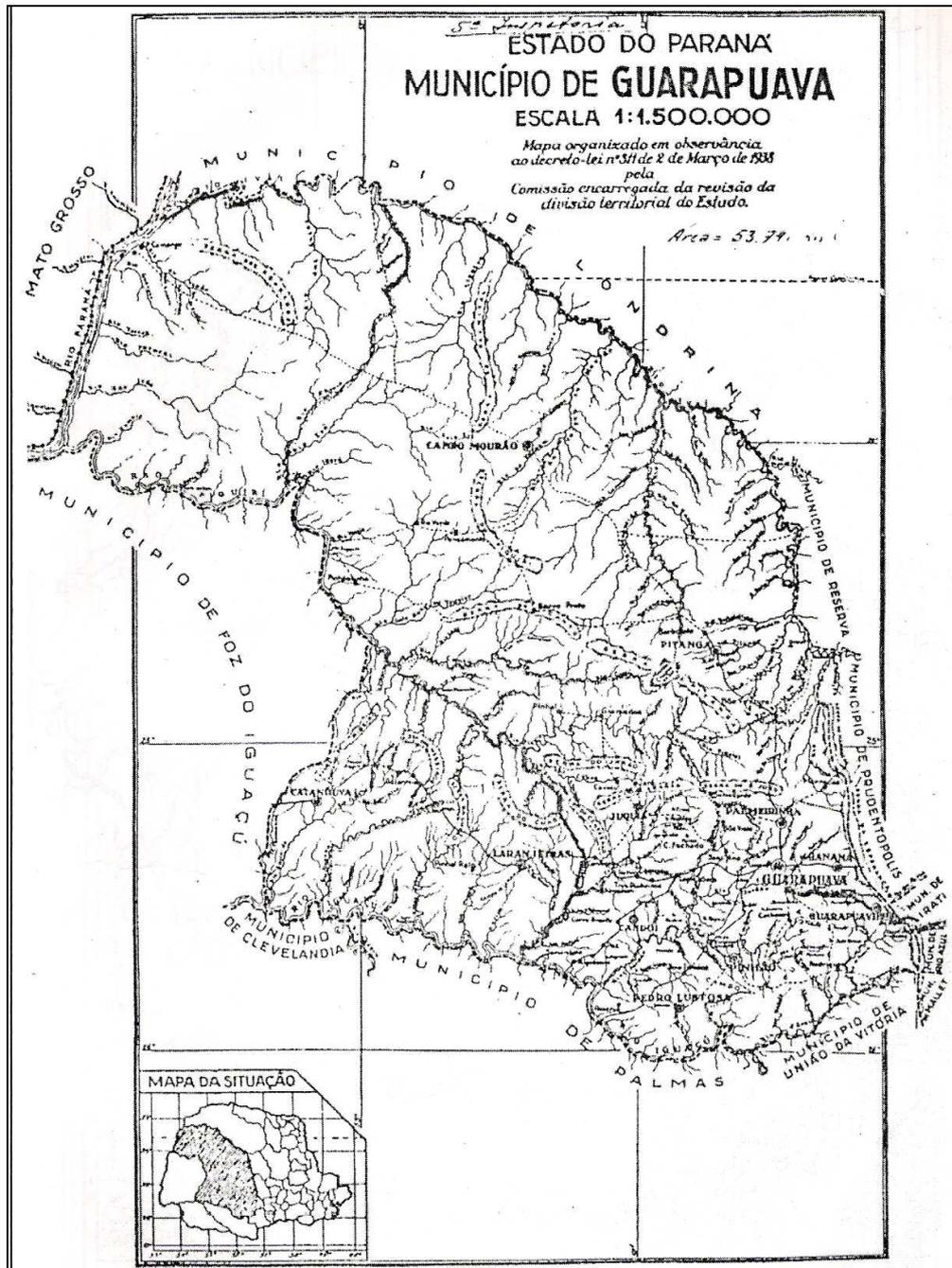


FIGURA 7 – Área territorial do Município de Guarapuava
Fonte: Veiga, 1999.

As investidas pelo interior do Paraná contribuíram para a abertura de picadões ou caminhos, que culminaram para o desenvolvimento de estradas. Segundo Teixeira (s/d, p. 4), Manoel Mendes de Camargo foi vanguardeiro do desbravamento e povoamento da região noroeste do estado e da origem da estrada Boiadeira.

[...] desbravador do sertão paranaense foi o cidadão Manoel Mendes de Camargo, criador e comerciante bem sucedido na cidade de Guarapuava, também proprietário de uma casa comercial na localidade de Pitanga e estar ligado ao comércio de bovinos, enveredou para o vizinho Mato Grosso, no intuito de trazer animais destinados ao abate nos grandes centros, atribuem-lhe como idealizador e empreendedor da Estrada Boiadeira.

Teixeira (s/d, p. 5) argumenta que em 1918, o empreendedor obteve do Estado a concessão ligando a primeiramente Guarapuava à Pitanga, perfazendo 103 Km. “O percurso seguinte, até a localidade de Campo Mourão, atingiu 132 km. E desse ponto até as barrancas do rio Paraná, outros 125 Km”.

Neste sentido, o empreendedor viabilizou a construção da Estrada Boiadeira. Em 1919 o Estado cria o decreto nº 546, regulamentando o contrato para a construção da estrada de tropas, ligando Campo Mourão ao Rio Paraná, este é aprovado pela Lei estadual nº 182, de 12 de março de 1919 (TEIXEIRA, S/D).

Como se pôde observar, os picadões que ligavam Guarapuava a Mato Grosso, contribuíram para o descobrimento dos “campos” e posteriormente à construção da estrada. Esta foi responsável pelo povoamento da região de Campo Mourão e integração com as demais regiões.

Segundo Hespanhol (1990, p. 56) “A ocupação sistemática da região de Campo Mourão, bem como de toda a área situada ao Sul do rio Ivaí, intensificou-se a partir da década de 1940, com a implementação pelo poder público estadual”, neste sentido são oportunas também as considerações de Westphalen (1988, p. 18), ao esclarecer que:

A partir de 1939, o Governo do Estado resolveu colonizar também suas terras devolutas e de antigas concessões, no Oeste paranaense, fundando, na margem esquerda do Piquiri, as colônias Piquiri, Cantu, Goio-bang e Goio-erê, à margem direita do Ivaí as colônias Manoel Ribas, Muquidão e Mourão.

A ação do Estado na criação dessas colônias na região visava conter a “excessiva expansão e conseqüentemente o isolamento das famílias de agricultores nacionais cuja tendência é a exploração de grandes áreas de mata virgem”. A intenção do Estado também era pôr ordem no caos que se estava concretizando para, em seguida, continuar uma segunda fase em que o agrimensor precede o povoador (BERNARDES N.1953, p 446).

As demarcações dos lotes das colônias foram pouco diferenciadas em relação às demarcações das companhias colonizadoras do Norte Paranaense. Os lotes mediam em média 20 hectares, essa repartição pode ser atribuída ao tipo de relevo e solo dessa região. Estes condicionantes fisiográficos foram relevantes no processo de repartição das terras, e também atrativos para o povoamento da região, originários de duas frentes de colonização.

As características de solo, relevo e vegetação da região assemelharam-se às que fizeram a fortuna do Norte do Paraná. Nas matas ao redor de Campo Mourão originou-se, então uma pequena frente pioneira ativa semelhante à daquela zona. Atualmente esta cidade está em uma das pontas de uma enorme pinça que, nesta região, se fecha sobre o Ivaí: o povoamento que se expandiu no Norte tende a se unir através do Ivaí com o que vem se alastrando, com ponto de apoio em Guarapuava. [...] Aí, então, nesta fronteira do povoamento o Norte e o Sul do estado se encontram. Para aí afluem mineiros, paulistas, baianos, etc. bem como riograndenses, catarinenses e paranaenses do leste (BERNARDES N. 1953, p. 447).

De acordo com Westphalen (1988) o território paranaense na década de 1960, estava totalmente ocupado e as frentes pioneiras que existiam, desapareceram. Encontram-se e se espalham três ondas de povoamento a proveniente do Paraná Tradicional (leste), que se expandiu a partir do século XVII com a criação de gado, indústria da erva-mate e da madeira; os agricultores da cultura de café, que em razão de seus antecedentes históricos se relacionavam diretamente com São Paulo; e os colonos de agricultura de subsistência, lavradores de cereais e criadores de suínos (Figura 8).

Bernardes N. (1953), Monbeig (1984), Hespanhol (1990), dentre outros afirmam que a região de Campo Mourão foi o marco do encontro das duas frentes pioneiras do Norte e do Sudoeste. Cabe lembrar que os primeiros povoadores que se fixaram na região eram provenientes de Guarapuava (Paraná Tradicional).

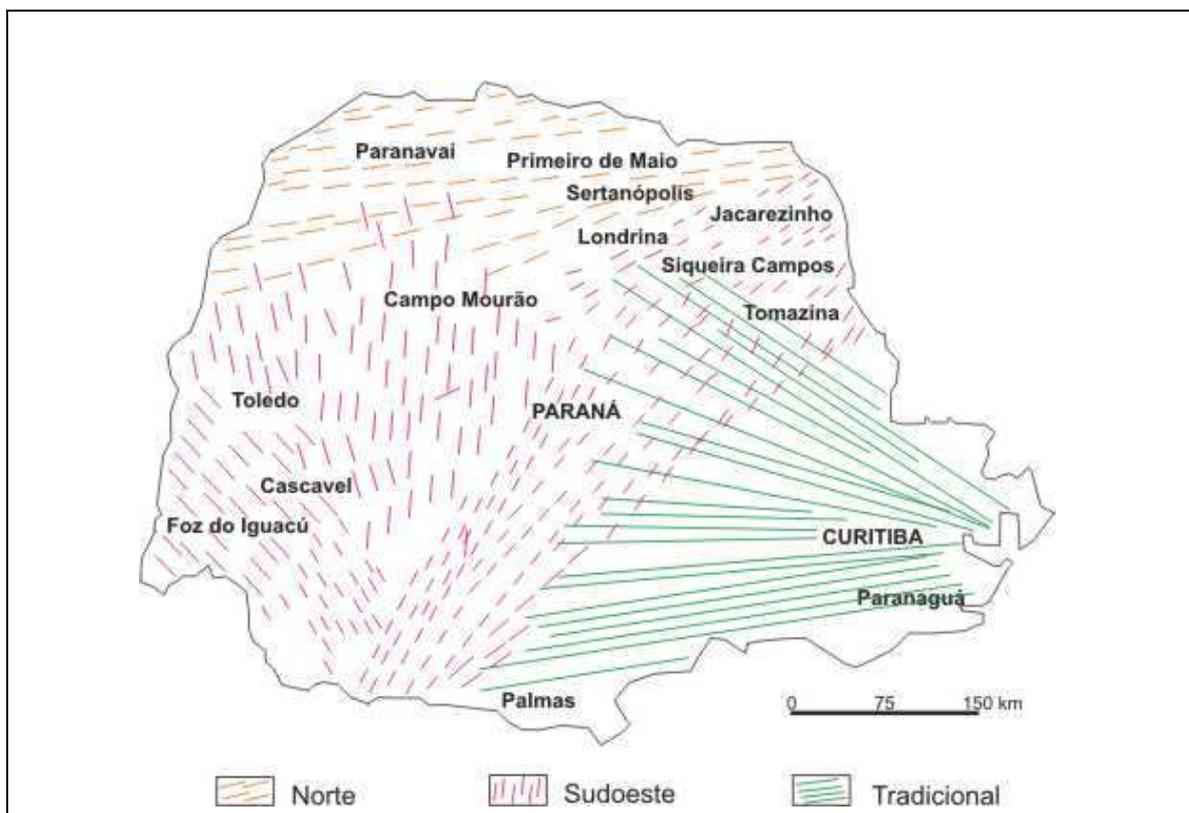


FIGURA 8 – As três ondas de povoamento paranaense
Fonte: Westphalen, 1988.

A influência dessas duas frentes de povoamento na região foi observada pelo Geógrafo Pierre Monbeig⁴, quando percorria as regiões cafeeiras de São Paulo e do Norte do Paraná estendendo-se até Campo Mourão.

Campo Mourão parece ser atualmente o extremo de uma corrente migratória que vem do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, migração essa também de “safristas” que tudo ignoram das culturas tropicais.

Atualmente as duas correntes pioneiras superpõem-se curiosamente, os paulistas procurando as boas terras roxas, que

⁴ Melhores informações no Livro: Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo, 1984

ficam nas partes baixas do vale do Ivaí, enquanto que os “safristas” vindos do sul preferem os solos pobres dos altos. Entretanto, essa estratificação não parece ter chance de durar, porque os plantadores de café sabem muito bem que suas plantações não resistirão às geadas brancas dos vales e que terão de abandonar as terras roxas e subir para o alto dos espigões (1984, p. 207).

Neste sentido, a exploração da terra na região de Campo Mourão se efetivou de forma diferenciada, em relação ao Norte Paranaense que apreendia uma alta concentração de cafezais. Embora a monocultura tenha ultrapassado a fronteira do rio Ivaí em direção ao rio Piquirí, na região foi pouco expressiva, exceto nas áreas acima do paralelo 24°, limite climático do café; abaixo as áreas são sujeitas à geadas esporádicas. Conforme citado no item 1.3.

Os condicionantes climáticos e os tipos de solos associados aos antecedentes históricos de ocupação foram determinantes para o baixo desenvolvimento da cafeicultura regional. Por essa razão Hespanhol (1990, p. 62) faz a seguinte ressalva:

Além das limitações de ordem climática (a área se localiza ao sul do Paralelo 24°), podem ser apontados mais dois fatores que contribuíram para a menor expressividade da cafeicultura na região de Campo Mourão:

- a significativa presença de migrantes sulinos sem tradição no plantio do café;
- o processo de ocupação sistemática da área, se deu, em grande parte, no decorrer da década de 1960, quando a cafeicultura se apresentava pouco atrativa e já se colocava em prática políticas oficiais de desestímulo à lavoura.

Conforme as informações do IBGE, na microrregião geográfica de Campo Mourão entre as décadas de 1960 e 1970, havia o predomínio das lavouras tradicionais voltadas, sobretudo, para a subsistência. De acordo com os dados contidos nas

TABELA 1**Uso do solo na década de 1960, na microrregião geográfica de Campo Mourão.**

Microrregião geográfica de Campo Mourão	USO DO SOLO DÉCADA DE 1960 (ha)								
	algodão	arroz	café	feijão	milho	trigo	soja	Pastagens	
								Natural	plantada
Araruna	-	2.782	6.351	2.180	3.817	78	-	-	-
Barbosa Ferraz	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Campo Mourão	4.703	9.582	26.048	17.329	41.385	572	-	6.527	-
Corumbataí do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Engenheiro Beltrão	626	190	10.998	742	2.444	5	*	51	-
Farol	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fênix	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Iretama	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Luiziania	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mamborê	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Peabirú	1.849	6.369	1.605	3.860	16	-	-	2.168	-
Quinta do Sol	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Roncador	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terra Boa	8	2.190	-	103	6.030	4	-	466	-
Total Microrregião	5927	16.593	66.318	21.959	57.536	675	0	9.525	0

Fonte: IBGE – Deral. Organização: Andrade, A. A. V. de. 2004.

* De acordo com o Censo Agropecuário de 1960, foram registrados 36 toneladas de soja no município de Engenheiro Beltrão.

TABELA 2**Uso do solo na década de 1970, na microrregião geográfica de Campo Mourão.**

Microrregião geográfica de Campo Mourão	USO DO SOLO DÉCADA DE 1970 (ha)								
	algodão	arroz	café	feijão	milho	trigo	soja	Pastagens	
								Natural	plantada
Araruna	3.558	4.942	4.271	1.416	6.324	976	355	848	9854
Barbosa Ferraz	847	1.444	2.734	5.089	13.655	6.181	247	530	9.856
Campo Mourão	9.294	18.321	4.960	14.619	30.952	4.340	2.809	4.927	40.884
Corumbataí do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Engenheiro Beltrão	5.818	1.287	1.930	659	5.897	7.785	2.658	28	8.667
Farol	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fênix	2.811	4.306	274	356	2.695	1.843	1.355	30	4.196
Iretama	31	1.425	840	6.751	12.532	371	284	409	9.173
Luiziania	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mamborê	3.753	7.974	114	6.724	12.100	1.548	1.130	2.942	23.267
Peabirú	1.559	3.870	1.293	617	4.314	3.130	1.267	231	13.944
Quinta do Sol	3.889	88	108	406	3.081	4.012	1.034	19	7.971
Roncador	72	2.958	92	5.103	11.055	160	147	1.014	6.469
Terra Boa	937	7.340	1.450	969	9.621	4.067	296	22	3.633
Total Microrregião	32.569	53.955	18.066	42.709	112.226	34.413	11.582	11.000	137.914

Fonte: IBGE – DERAL. Organização: Andrade, A. A. V. de. 2004.

Tabelas 1 e 2, dentre os produtos cultivados o milho ocupava uma posição de destaque, especialmente no município de Campo Mourão ficando em primeiro lugar entre as culturas. O café, como já foi citado, não foi expressivo embora ocupando o segundo lugar entre as culturas tradicionais da região.

Em razão dos fatores circunstanciais e conjunturais da cafeicultura, na década de 1970, obteve-se um declínio expressivo na área cultivada, ao contrário das culturas de arroz e feijão, na década de 1970. Esses dois produtos tiveram um crescimento significativo na área plantada. De acordo com as mesmas tabelas verifica-se que a área de pastagens, na década de 1960, era pouco expressiva. Porém, na década de 1970 apresentou um crescimento alarmante, em detrimento da cultura permanente do café. Assim como, nas regiões cafeeiras do Norte Paranaense, a substituição da cafeicultura se fez primeiro por pastagens, seguida pela cultura da soja (Gráfico 1).

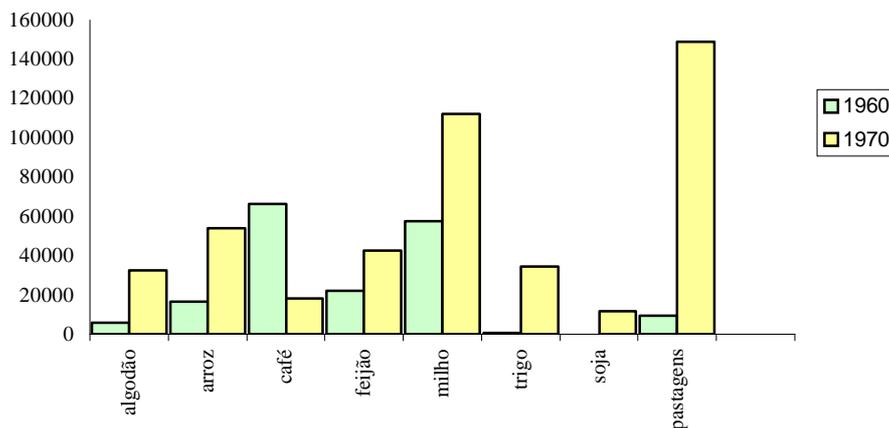


GRÁFICO 1 - Uso da terra na microrregião geográfica de Campo Mourão nas décadas de 1960/1970.

Fonte: IBGE – Andrade, A. A. V. de. 2004.

Cabe lembrar que, além das culturas tradicionais e a extração madeireira, a suinocultura foi expressiva na região. A partir da década de 1960, a cultura da soja

foi introduzida no município de Engenheiro Beltrão e, segundo dados do IBGE, apenas 36 toneladas foram registradas na região (Tabela 1). Na década de 1970, especialmente a partir de 1975, a expansão da lavoura da soja com técnicas modernas torna-se uma constante na região.

É admissível considerar que as inovações tecnológicas provocam novas relações de produção. No caso da microrregião geográfica de Campo Mourão, bem como de boa parte do território paranaense, as manifestações apresentaram transformações significativas no processo produtivo, ocasionando um rearranjo do espaço rural. O que será tratado a seguir.

2. ASPECTOS DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA E AS TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO RURAL PARANAENSE E REGIONAL

"O processo capitalista de modernização tecnológica se expandiu no meio rural, modificou a estrutura e a organização da produção" (CORRÊA, CORRÊA & GERARDI, 2001, p.39).

Neste capítulo, as discussões estarão centradas nos aspectos da modernização da agricultura e de seus impactos sócio-espaciais no estado do Paraná, notadamente na microrregião geográfica de Campo Mourão. Ao que se pôde constatar, a partir da década de 1970, progressivamente, o capital se expandiu no campo e em menos de uma década o estado assiste a profundas transformações na organização do espaço rural e no processo produtivo, o que contribuiu para a concentração fundiária, bem como, à exclusão de boa parte da população rural do processo produtivo.

Essa 'massa de lavradores' assim denominada por Martins (1995, p. 152), "estaria se transformando em massas de proletariados rurais, de trabalhadores sem terra", e, sem emprego. Isso ocorreu uma vez que a expansão das relações capitalistas produção incidiram concomitante à expansão das culturas mecanizadas da soja e do trigo, em detrimento da mão-de-obra braçal. Em busca de alternativas para a sobrevivência, essa massa de lavradores, vive em constante processo de migração para áreas agricultáveis especialmente para os centros urbanos. É neste contexto que, após duas décadas de modernização agrícola -1970/1990- emerge, no estado do Paraná, em 1995, um programa de habitação no campo, a 'Vila Rural', objeto desta investigação.

Neste sentido, tem-se uma abordagem sucinta do processo da modernização da agricultura regional e as implicações decorrentes desse processo, para que se possa entender a origem e a dinâmica deste novo agente. Contudo, por tratar-se de um tema complexo, não se pretende abordá-lo de forma exaustiva, para não fugir do objetivo do estudo.

2.1 ASPECTOS DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

A agricultura brasileira, a partir do Pós-Guerra, especialmente na segunda metade da década de 1960, revela intensa transformação na sua base técnica, ocasionada pelo processo de expansão das relações capitalistas. Entende-se por modernização as transformações capitalistas com ampla utilização de bens de produção industriais para a agricultura, legitimada por meio da política do Estado. Esse planejamento sistêmico da economia tem seus primeiros sinais ainda na década de 50, no bojo do projeto nacionalista, pressionado pelos Estados Unidos (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

Nesta ocasião, a cafeicultura ainda era a principal fonte de renda do país, no entanto a crise desse setor na pauta internacional se acentuava, forçando o governo nacional a adotar medidas enérgicas em relação à sua agricultura. Conforme aponta Moro:

Durante a década de sessenta, portanto, instalou-se sobre a cafeicultura brasileira uma profunda crise de mercado, fato que levou o governo brasileiro a mudar o rumo de sua política agrícola, passando a orientá-la, num primeiro momento, para a erradicação de cafeeiros antieconômicos e sua substituição por pastagens. No segundo momento, orientou esta substituição pela cultura de oleaginosas (PENTEADO, 1972, p. 8 apud MORO, 1991, p 66).

Ademais, Moro (1991, p. 67) ressalta que “entre o final da década de cinqüenta e início da de sessenta o Brasil exportou pouco mais de 50% de sua produção exportável de café, devido a excelente participação do café africano no mercado internacional e à política de sustentação de preços” provocando o desequilíbrio entre oferta e demanda do produto, levando a uma crise generalizada e sucessivamente à política de desestímulo à essa cultura.

Com vistas às considerações de Moro, verifica-se que a agricultura brasileira na ocasião encontrava-se em fase de transição, ou seja, rompendo-se com seu antigo sistema de produção, o complexo rural, iniciando uma nova fase, comandada pelo

complexo agroindustrial. Para Kageyama (1987, p. 3), este período representa a fase da “substituição da economia natural por atividades agrícolas integradas à indústria”, em outras palavras, que a agricultura deveria ser menos condicionada pelos recursos naturais e força de trabalho rural, e tornar-se dependente, cada vez mais, dos produtos industrializados (defensivos, fertilizantes, máquinas, tratores, entre outros).

De acordo com Graziano da Silva (1999, p. 87):

Postulava-se que a indústria deveria liderar o processo de desenvolvimento econômico e que à agricultura caberia os papéis de ‘financiar’ o esforço de substituição de importações (fornecido as receitas cambiais necessárias via exportação de produtos primários), promover matérias-primas para indústria nacional nascente e alimentar a crescente população urbana do país.

Desse modo, inicia-se um processo de articulação entre os setores da economia brasileira, mais especificamente entre a agricultura e a indústria que passaram a ter fortes relações provocando alterações significativas nas relações de produção, ‘modifica sua identidade setorial’ o que Müller designa como *complexo agroindustrial* – CAI.

Para Müller (1989, p. 46) o “CAI é uma unidade de análise do processo socioeconômico que envolve a geração de produtos agrícolas, o beneficiamento e sua transformação, a produção de bens industriais para a agricultura, os serviços financeiros, técnicos e comerciais correspondentes e os grupos sociais”.

Müller, ao tecer a definição de complexo agroindustrial, não generaliza para todos os países, em que ocorreu o processo de modernização. Assegura que o modelo que se desenvolveu nos países altamente tecnificados, nada tem a ver com as “relações sociais e das bases materiais que conformam determinados Cais Nacional”.

Segundo Coletti (1998, p 96), a década de 1980 foi marcada por inquietações e

debates acerca do caráter “recente ou não da industrialização da agricultura”, bem como, da formação do complexo agroindustrial brasileiro. Nesta ocasião, Geraldo Müller defendeu a tese de que o “complexo agroindustrial” é definido como:

O conjunto dos processos tecno-econômicos e sócio-políticos que envolvem a produção agrícola, seu beneficiamento e transformação, a produção de bens industriais para a agricultura e os serviços financeiros e comerciais correspondentes, [...] inexistência até por volta de 1970 no país (MÜLLER, 1983 p.146, apud COLETTI, 1998, p. 96).

Contrariando a tese de Müller, alguns especialistas como Tamás Szmrecsányi (1983), Guilherme da Costa Delgado (1985) defendem a idéia de que a modernização da agricultura e a constituição do CAI “são processos distintos e historicamente separados”. Na análise de Delgado, a constituição dos complexos agroindustriais acontece somente no final de três momentos da modernização, a saber:

O *primeiro* momento do processo de modernização agropecuária se caracteriza, grosso modo, pela elevação dos índices de tratorização e consumo de NPK, estimulada e facilitada pelo governo e empresas norte-americanas. Introduce-se nessa primeira década de inovações que é basicamente a década dos 50, um novo padrão tecnológico para a produção rural com base na importação de meios de produção industriais. A demanda de insumos é atendida por importações.

O *segundo* momento é o da industrialização dos processos de produção rural propriamente, com a implantação dos setores industriais de bens de produção e de consumos básicos para agricultura, e o favorecimento financeiro pelo Estado ao consumo desses novos meios de produção [...].

Um *terceiro* momento das relações agricultura-indústria é o processo de fusão ou integração de capitais intersetoriais. Essa integração se distingue da integração técnica agricultura-indústria, embora se realiza como suporte dela. Mas a integração de capitais terá um raio de abrangência mais amplo, compreendendo não apenas o aprofundamento das relações interindustriais, mas outras formas de integração e conglomeração sob o comando do grande capital [...] (DELGADO, 1985, p. 33,34).

Analisando as considerações do autor, verifica-se que as inovações na agricultura brasileira e os complexos agroindustriais se edificaram em tempos diferenciados.

Observa-se também que não são fenômenos recentes, no entanto são historicamente indissociáveis. Em outras palavras, paulatinamente se consolidava o novo padrão produtivo, embora com maior eficácia por volta do segundo quinquênio da década de 1960 a meados de 1970, quando se implantou o Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR.

Dentre as políticas públicas, o SNCR se constituiu num importante viés para implementação da modernização agropecuária, já que, para se modernizar, o agricultor necessitava de capital para aquisição de equipamentos, máquinas, fertilizantes, entre outros, necessários ao processo produtivo. Isso se tornou possível com o investimento de capital externo, que se tornou uma solução para os agricultores descapitalizados. Nesta perspectiva, o SNCR cumpriria o seu papel, porém, os benefícios atingiram de modo diferenciado os vários segmentos da agricultura.

A Lei 4.829, promulgada em 05 de novembro de 1965, na qual criou-se o Sistema Nacional de Crédito Rural, sob a coordenação e controle do Banco Central, traz em seu Artigo 1º o objetivo geral do “crédito rural, sistematizado nos termos desta Lei, que será distribuído e aplicado de *acordo com a política de desenvolvimento de produção rural do País* e tendo em vista o bem-estar do povo”. Esta definição é insatisfatória no sentido de não contemplar, na sua interpretação, as reais intenções do Estado. Contudo, no texto do Artigo 3º encontram-se definidos os objetivos específicos que são:

- I – estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais, inclusive para armazenamento dos produtos agropecuários, quando efetuados por cooperativas ou pelo produtor na sua propriedade rural;
- II – favorecer o custeio adequado e oportuno da produção e a comercialização de produtos agropecuários;
- III – possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais, notadamente pequenos e médios;
- IV – incentivar a introdução de métodos racionais de produção, visando ao aumento da produtividade e a melhoria do padrão de vida das populações rurais, e a adequada defesa do solo (BACEN, apud MORO, 1991, p. 113).

No âmbito legal, as diretrizes do SNCR estavam centradas nos pequenos produtores. No entanto, os grandes produtores foram mais beneficiados do que os pequenos, o que se comprova pelos montantes dos financiamentos distribuídos.

Para evidenciar a concentração dos créditos subsidiados, apresenta-se na Tabela 3 os valores dos financiamentos obtidos pelos agricultores, comparados com o valor da produção nos diferentes estratos de área existente no Brasil. Constata-se que as áreas de pequenas propriedades inferiores a 10ha, obtiveram apenas 05% dos créditos em 1970, assim sendo, em uma década a percentagem apresentou um crescimento irrisório de 03% do total dos financiamentos.

Em compensação as propriedades de 10.000ha acima abarcaram 36% do total do crédito rural nessa mesma data, elevando expressivamente para 75% em 1975, declinando para 35% no período compreendido entre 1975 a 1980. Esse declínio ocorreu em razão da crise econômica engendrada no país e, sobretudo, da elevação da taxa de juros (Tabela 3).

TABELA 3
Comparação entre o valor do financiamento e o valor da produção em diferentes estratos de área no Brasil – 1970/1980

Financiamento/valor da produção (%)			
Estrato de Área	1970	1975	1980
Menos de 10ha	0,05	0,06	0,08
De 10 a menos de 100ha	0,14	0,19	0,19
De 100 a menos de 1000ha	0,24	0,35	0,28
De 1000 a menos de 10.000ha	0,24	0,42	0,29
De 10.000ha e mais	0,36	0,75	0,35

Fonte: IBGE

De acordo com Coletti (1998, p. 99), um dos pressupostos para aquisição dos créditos era a propriedade jurídica da terra, atrelada aos incentivos à produção para exportação, o que colocava à margem dos benefícios creditícios um enorme

contingente de pequenos produtores (parceiros, pequenos arrendatários, posseiros, etc.), “cuja insuficiência de meios de produção, particularmente de terras, não se adequava aos objetivos” adotados pela política econômica do país. Conclui-se que o pequeno produtor foi a grande vítima do processo de passagem da renda do setor agrícola brasileiro. Em outras palavras, a lógica da política creditícia estava centrada ao novo modelo de desenvolvimento agrícola preestabelecido, com privilégios à produção de grande escala para exportação.

Na concepção de Guedes Pinto, citado por Furstenau, com base no índice de Gini, o período compreendido pós década de 1970, é caracterizado como o período de grande concentração da distribuição do crédito. Observa-se também o emprego do mesmo índice para calcular a distribuição de terra, comprovando a estreita ligação entre crédito rural e distribuição de terras. Neste sentido o autor considera que “a política agrícola é condicionada pela estrutura agrária” (PINTO, 1981, apud FURSTENAU, 1988, p. 51).

Cabe dizer que o movimento de acesso ao crédito por parte dos produtores rurais é idêntico ao movimento de modernização do campo, ou seja, a modernização foi concentrada segundo o tamanho fundiário dos estabelecimentos rurais, segundo as regiões e segundo as linhas produtivas (COMIM & MÜLLER, s/d, apud FURSTENAU, 1988, p. 51).

Quando se fala em linhas produtivas, considera-se as culturas de exportação, especialmente, a cultura temporária da soja, que teve maior facilidade de disseminação entre as culturas tecnologicamente implantadas, em razão do apoio do capital internacional e do Governo Federal, por meio da insistente propaganda de reestruturação de culturas, costumes alimentares concomitantes à modernização. Esta oleaginosa contribuiu para a transformação do processo produtivo e conseqüentemente provocou uma (des) estruturação do espaço agrário, resultando em sérios problemas sociais.

Sobre a expansão da soja no espaço agrário brasileiro é oportuna a consideração de Brum (1988, p. 78 apud, TEDESCO, 1993, p, 69):

A fase de grande expansão da soja coincidiu com o aprofundamento da internacionalização da economia brasileira. Nessa fase se define com mais clareza o atual modelo econômico brasileiro. A nossa economia se integra mais ao capitalismo internacional. O país experimentou um período de rápido crescimento econômico, fase esta conhecida como o milagre brasileiro”, que se estendeu de 1968 a 1973/1974. A necessidade de importar em grande escala máquinas, equipamentos e aparelhos modernos (bens de capital) para implantação de um parque industrial sofisticado, predominantemente multinacional, levou o governo brasileiro, seguindo a estratégia e orientação dos países centrais, principalmente os Estados Unidos, e das corporações transnacionais a incentivar a agricultura modernizada destinada à exportação. A soja foi a principal cultura a receber estímulos oficiais da agricultura na região e no país.

A articulação dessa oleaginosa com as técnicas modernas às vezes se confunde, contudo, cabe lembrar que “mesmo com essa estreita relação entre soja e tecnologia não se deve pensar que sem o cultivo da soja não teria ocorrido modernização” (FLEISCHFRESSER, 1988, p. 18).

Assim sendo, pode-se afirmar que as modificações no meio produtivo foram inevitáveis, uma vez que se tratava de um pacote tecnológico importado dos Estados Unidos e não de uma medida política interna unicamente. Para Fleischfresser (1988), com a modernização se acentuaram as desigualdades socioeconômicas entre os produtores, já que existiam diferenciações no meio rural. Deste modo, as condições financeiras, a localização, a qualidade do solo, a extensão da área produtora entre outros fatores, foram fundamentais para o favorecimento do desenvolvimento agrícola. Entretanto, foi bastante notória a desigualdade regional, tanto pela restrição da cultura a algumas áreas, quanto pela diferenciação na aplicação de capital.

De acordo com Graziano da Silva (1999), o progresso técnico na agricultura não se fez de maneira homogênea, este processo se firmou de modo parcial, conservador e doloroso. Parcial porque atendeu exclusivamente algumas regiões brasileiras, além disso, não envolveu todas as etapas dos ciclos produtivos, especialmente dos principais produtos agrícolas nacionais, como café, cana-de-açúcar, e tantos outros.

Conservador, em razão do caráter discriminatório, não contemplando todas as categorias de agricultores, além de apresentar uma diferenciação entre as regiões consideradas periféricas. Graziano complementa que o processo de modernização agrícola “não rompeu com a tradicional concentração fundiária, isto é da posse da terra”. O processo também foi ‘doloroso’ porque provocou a expropriação e expulsão de milhares de pequenos agricultores e trabalhadores do campo, acentuou as desigualdades sociais e, conseqüentemente, a miséria.

Os estudos de Fleischfresser (1988), Moro (1991), Graziano da Silva (1993, 1999), Locatel & Hespanhol (1999), confirmam que as inovações tecnológicas não foram iguais para as regiões brasileiras, pois conservou-se as antigas estruturas e, de certa forma continua nos dias atuais. Nesse sentido,

a intervenção do Estado brasileiro, neste setor, deu-se com a implantação de políticas discriminatórias que redundam no aumento das desigualdades, privilegiando um pequeno grupo de produtores e proprietários de terras [...] não tendo se estendido à todas as regiões, culturas e categorias de produtores rurais, aos impactos bons e ruins, causados pelo processo de modernização, se fizeram sentir em toda a agricultura brasileira (LOCATEL&HESPANHOL,1999 apud HUBNER, 1999, p. 44).

Reforçando os apontamentos de Locatel & Hespanhol, é oportuno concluir com as considerações de Graziano da Silva (1993), para quem, a partir da década de 1960, a agricultura brasileira mostrou a intensa diferenciação entre as regiões do país:

- a) Na região Centro-Sul, a agricultura se moderniza com maior rapidez, em razão da maior intensidade de insumos e máquinas agrícolas.
- b) O Nordeste, após a anexação dos Estados do Maranhão e da Bahia, permaneceu sem nenhuma transformação significativa no processo produtivo agropecuário.
- c) A Amazônia, incluindo a maior parte do Centro-Oeste, representou a zona de

fronteira agrícola.

Em suma, o novo padrão agrícola brasileiro, caracteriza-se pela ampla utilização de inovações tecnológicas que vão desde a produção da semente à comercialização do produto final, profundamente sustentado e patrocinado pelo Estado.

A fim de melhor entender como se deu a ação tecnológica na agricultura regional, é importante conhecer algumas implicações do processo de modernização da agricultura no Estado do Paraná, bem como, suas conseqüências na organização espacial rural, notadamente na microrregião Geográfica de Campo Mourão.

2.2 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA PARANAENSE E SUA INSERÇÃO NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CAMPO MOURÃO.

As transformações econômicas e sociais no espaço agrário paranaense se intensificaram a partir da década de 1970, com o acelerado processo de modernização agrícola, acompanhado da disseminação das culturas modernas da soja e do trigo. Isso resultou na ampla utilização dos novos meios de produção, ou seja, no emprego expressivo de máquinas e insumos de origem industrial.

Antes, porém, de tratar dessa questão, deve-se observar que as transformações no processo produtivo foram amplamente condicionadas pelo Estado. Este serviu de agente à solidificação do capital internacional, representado pelas grandes empresas estrangeiras. Dentre os vários mecanismos públicos, cumpre lembrar que o crédito subsidiado, em boa parte, serviu de sustentáculo às inovações da produção agrícola regional.

Segundo Graziano da Silva (1981, p. 191), as inovações tecnológicas classificam-se em três segmentos:

- a) Inovações mecânicas, que afetam de modo particular a intensidade e o ritmo da jornada de trabalho;

- b) Inovações físico-químicas que modificam as condições naturais do solo, elevando a produtividade do trabalho aplicado a esse meio de produção básico;
- c) Inovações biológicas, que afetam principalmente a velocidade de rotação do capital adiantado no processo produtivo, através da redução do período de produção, e da potenciação dos efeitos das inovações mecânicas e físico-químicas.

Essas inovações na agricultura paranaense consolidaram-se em passos largos. Apesar de tardia se comparada aos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, embrionários do processo de modernização. A “mecanização no estado do Paraná teve início por volta de 1970-75, quando um número maior de produtores passou a utilizar algum tipo de máquina” (MARTINE, 1987, p. 133). Esta agilidade se explica, segundo Serra (2001, p. 53), tendo em vista que o estado “teve condições de transplantar para o seu espaço as inovações que deram certo e abrir mão das que não deram certo, suplantando assim a fase de experiências internas”.

No Centro-Sul, o Paraná sem dúvidas foi mais receptível ao avanço do capitalismo no campo. Assim como no Brasil, esse processo foi desigual entre as regiões paranaenses, uma vez que a característica do capitalismo se faz “desigual e contraditória”. Do mesmo modo, deve-se considerar as contrastantes configurações regionais, ou seja, os condicionantes naturais de uma dada região, a topografia (relevos dissecados), a fertilidade natural dos solos (pedregosos, arenosos) e o clima (índice de precipitação, temperaturas, entre outros) que impossibilitam ou inviabilizam a mecanização, além de interferir na produtividade, conseqüentemente afastando o interesse do capital.

Ademais, fatores políticos, econômicos e históricos devem ser considerados nas análises das desigualdades. Com referência ao político, não existia nenhuma política agrícola do governo, que respeitasse as diferenças regionais e o tipo de cultura. No que se refere ao econômico, nas regiões mais articuladas e com acúmulo de capital, o processo foi mais intenso. Esses fatores encontram-se atrelados aos antecedentes históricos específicos de cada região, uma vez que a modernização agrícola se distingue pela agilidade da ação nas regiões de ocupação recente (PEREIRA, 1987).

Com o avanço do capital na agricultura, por conseguinte altera-se a base técnica de produção, aumenta a exploração da terra agricultável, especialmente as que possuem culturas temporárias para o fornecimento de matérias-primas às indústrias. Isto significa maior utilização de recursos tecnológicos. Nesta perspectiva, Martine (1987, p.135) acredita que:

Essas transformações significam mais do que uma simples substituição de culturas, porque foram acompanhadas de profundas alterações na base técnica de produção. Culturas como arroz, feijão, milho e mandioca, em que a organização da produção se baseava em técnicas tradicionais, foram substituídas por culturas como a soja e trigo, que exigem a adoção integral da nova tecnologia.

Moro (1991), analisando a modernização da agricultura paranaense, em especial da região Norte, ressalta o crescimento expressivo do emprego de tratores, arados, colhedoras, irrigação, eletrificação, entre outros, indispensáveis à avaliação da prática da modernização. Desse modo, pode-se afirmar que esses indicadores são provas da legitimação da dinâmica do capital na agricultura.

Os dados contidos na Tabela 4 comprovam o 'progresso' tecnológico da agricultura paranaense. Nele verifica-se que entre 1970-80 o número de tratores aumentou em 338.9%. Em seguida, constata-se um percentual relativamente baixo, ou seja, 23,9% em 1985 e 29,5% em 1996. Este fato pode ser atribuído ao aumento da potência dos tratores. O mesmo se sucedeu com o uso de arados de tração mecânica, que aumentou excessivamente registrando 379.4%, ao passo que, os arados de tração animal obtiveram apenas 2% de aumento. Os dados expressos na Tabela 4 revelam a nova fase da agricultura paranaense, especialmente até a década de 1980.

Segundo Teixeira (2002, p. 160, 161), o período de 1970/80 foi assinalado pela "facilidade de financiamento para aquisição e aplicação de defensivos agrícolas, com absorção pelos estados do Paraná e São Paulo". Dentre as culturas que consomem este produto "a soja foi a que mais utilizou agrotóxico. Com relação ao emprego de herbicidas, a soja, a cana-de-açúcar e o arroz foram as que mais consumiram este tipo de defensivo". O autor afirma também que o Paraná foi o

estado que mais adquiriu “herbicidas, com 10.565 toneladas”.

Os dados contidos na Tabela 4 também apresentam o consumo de fertilizantes e defensivos agrícolas de 1970 a 1996. Este último atingiu níveis de crescimento abusivos, embora não se tenha dados relativos ao montante na década de 1970. Por outro lado, verifica-se que na década subsequente o uso ocorreu em 336.664 estabelecimentos agrícolas. No entanto, em 1985, esse percentual cai para 1% e, em 1996 apresentou índice negativo -13,9. Do mesmo modo, a ingestão de fertilizantes acendeu para 266,9% entre as décadas de 1970/80, caindo para 10,7 % em 1985, passando para saldo negativo de -7,4%, em 1996.

As taxas decrescentes do uso de fertilizantes e defensivos podem ser compreendidas com as explicações de Lucas (1984, p. 134, 135). Para o autor, com as medidas decretadas na Circular 706, de 21 de junho de 1982, “os pequenos e médios produtores terão que comercializar, evidentemente com prejuízos, suas colheitas; pagar os juros que estão sendo decretados para acompanhar a inflação; deixar de aplicar fertilizantes, cujo uso não é mais exigido pelo Banco”.

TABELA 4
Indicadores da modernização agrícola no Paraná.

Tipos	Períodos						
	1970	1980	%	1985	%	1996	%
Arados - Tração Animal	283,215	289,122	2.0	306,617	6.0	200.195	-34.7
Arados - Tração Mecânica	18,883	90,526	379.4	97,570	7.8	99.032	1.5
Máq. de Plantio/Colheita	19,719	87,838	345.4	96,607	9.9	106.482	10.2
Tratores	18,619	81,727	338.9	100,919	23.4	130.828	29.6
Fertilizantes	56.424	207.011	266.9	229.143	10.7	221.754	-7.4
Defensivos	-	336,664	-	340.245	1.0	326.284	-13.9

Fonte: IBGE – organização: Andrade, A. A. V. de. 2004.

Outro indicador analisado é a ampla utilização de máquinas de plantio e colheita. Até 1970, o Paraná contava com 19.719, esse número passa para 87.838 unidades, com percentual absoluto de 345, 4% no período de 1970-80. A partir de 1985 constata-se um percentual de 9,9% e, no último Censo Agropecuário de 1996, apresenta-se um crescimento de 10,2%.

Analisando os percentuais das últimas décadas, pode-se sustentar que há uma estabilidade nas inovações da agricultura. Todavia, essa aparente queda de aquisição de tratores e máquinas para plantio e colheita é aclarada nos últimos anos, por conta do melhoramento das máquinas mecânicas, o que ocasiona maior eficácia desses meios modernos de produção. No entanto, os indicadores citados, comprovam que o processo de modernização da agricultura paranaense se configurou de maneira acelerada. Contudo, este processo não fluiu em todas as regiões do estado com a mesma intensidade.

No caso da microrregião geográfica de Campo Mourão, as manifestações do processo de modernização agrícola apresentaram transformações significativas no processo produtivo e ocasionaram um rearranjo do espaço rural, haja vista que até a década de 1970, na região, predominavam as culturas temporárias de arroz, feijão, algodão, pastagens e algumas manchas com cultivo de café, já citado no capítulo anterior. Segundo Martine (1987, p. 138):

A redução na área das lavouras permanentes do estado pode ser creditada basicamente às MRH do grande norte, enquanto a evolução entre as temporárias foi marcada pelo movimento ocorrido principalmente no Extremo-Oeste e em *Campo Mourão* (integrante do Norte) e sudeste. Nessas MRH, a expansão da soja foi excepcional, respondendo por 60% (um milhão de hectares) da expansão na área com soja no Paraná e por 68% (599.000 ha) na área com trigo.

O binômio soja/trigo passou a ocupar crescentes áreas na região aumentando a produção. Este fato evidencia a nova tendência da agricultura na região em estudo.

A rápida disseminação desse fenômeno na microrregião de Campo Mourão se deve aos incentivos oficiais do Estado, aos antecedentes históricos de ocupação, já referenciados, bem como aos fatores físicos (relevo, solo e clima) condicionantes à ampla utilização de máquinas mecânicas e insumos. Isso foi possível na porção ocidental em que se encontra o suave relevo ondulado do espigão Ivaí/ Piquiri; a impossibilidade ou dificuldade da mecanização ficou na porção oriental constituída

de relevo movimentado (Figura 4).

De acordo com a Tabela 5, verifica-se que o processo de modernização agrícola se faz desigual na microrregião geográfica de Campo Mourão. Todavia, a característica do avanço do capital na agricultura é a sua diferenciação regional. Ao examinar os dados dos indicadores - tratores, máquinas de plantio, colheita e fertilizantes (químicos) de cada município, pode-se observar evidências que sustentam essa argumentação.

Considerando-se as informações contidas na Tabela 5, conclui-se duas tendências para a microrregião. Primeiramente verifica-se a ampliação absoluta de máquinas e equipamentos à mecanização, entre os municípios de Campo Mourão, Engenheiro Beltrão e Mamborê (localizados na porção ocidental). Os três municípios, na década de 1970, contavam com 588 tratores, número considerado relevante em comparação com os demais. Na década de 1980, este indicador apresentava 2.743 unidades, correspondendo a 55.6 % do total de tratores da microrregião. Do mesmo modo, o número absoluto de máquinas para plantio e colheita nas décadas de 1970/80 passaram de 313 para 2.902 unidades.

No caso da aplicação de fertilizantes, verifica-se que o município de Terra Boa, na década de 1970, 747 estabelecimentos aplicaram adubos corretivos, somando 27.2% do total da microrregião. Conforme Tabela 1, na década de 1960, o município contava com uma área de 16.552 ha. ocupada com café. Na década de 1970, a soja e pastagens plantadas vão ocupar essas antigas áreas de café. Estas mudanças na produção demandam maiores investimentos, especialmente de fertilizantes, visto que o solo na região possui um alto teor de acidez.

A segunda tendência é o aumento excessivo do percentual de emprego de tratores, entre os municípios de Araruna, Iretama e Roncador ficando, com os dois últimos, os percentuais mais elevados. Esses três municípios, na década de 1970, somavam 54 unidades de tratores. Na década de 1980 o número absoluto cresceu para 518 unidades, equivalendo somente 9.45% do total da microrregião. Os dados revelam

uma mecanização lenta nestes municípios, o que pode ser atribuído aos condicionantes naturais - solo e relevo- (Figuras 4 e 5).

TABELA 5

Indicadores da modernização agrícola da microrregião geográfica de Campo Mourão

Microrregião Geográfica de Campo Mourão	INDICADORES														
	Nº de Tratores					Máq. Plantio/colheita					Fertilizantes				
	1970	1980	%	1996	%	1970	1980	%	1996	%	1970	1980	%	1996	%
Araruna	30	239	696.6	459	92.0	11	113	927.2	159	40.7	131	648	394.6	652	0.6
B.Ferraz	63	360	471.4	399	10.8*	15	502	3.246	180	-64.1*	40	726	1.715	682	-6.0
C. Mourão	295	1502	409.1	736	-51.0*	78	1525	1.855	663	-56.5*	213	1644	671.8	647	-60.6*
Cor. do Sul** ⁵	-	-	-	67	-	-	-	-	100	-	-	-	-	366	-
Eng. Beltrão	185	650	251.3	728	12	153	589	284.9	688	16.8	243	896	268.7	724	-19.2
Farol*	-	-	-	315	-	-	-	-	347	-	-	-	-	360	-
Fênix	65	276	324.6	342	23.9	42	258	514.3	524	103.1	25	392	1.458	304	-22.4
Iretama	12	136	1033.3	239	75.7	-	94	-	239	154.2	9	315	3.400	593	88.2
Luiziana*	-	-	-	634	-	-	-	-	669	-	-	-	-	404	-
Mamborê	108	1179	991.6	932	20.9	82	1101	1.242	1000	-9.17	50	1552	3.004	998	-35.7
Peabirú	85	421	395.2	560	33.0	65	406	524.6	726	78.8	279	671	140.5	669	-0.30
Q. do Sol	104	284	173.0	315	10.9	18	262	1.355	319	21.7	40	273	592.5	227	-16.8
Roncador	12	197	1541.6	356	80.7	9	200	2.122	437	118.5	1	421	42.000	895	112.6
Terra Boa	36	234	550.0	454	94.0	8	120	1.400	391	225.8	747	804	7.5	406	-49.5
Microrregião	995	5478	450.5	6.536	19.3	472	5.170	995.3	6.242	20.7	2.752	8.342	203.1	7.927	-4.97

Fonte: IBGE – Organização: Andrade, A. A. V. de. 2004.

Além disso, há uma outra interpretação que se faz necessária neste contexto. Os dados amostrais reunidos na Tabela 5, apresentam percentuais negativos em todos os indicadores alusivos ao Censo Agropecuário de 1996, para o município de Campo Mourão, seguido por Barbosa Ferraz. Ambos perderam área na década de 1990, por conta da emancipação política e administrativa de Luiziana, Farol e Corumbataí do Sul.

Conferiu-se que nos municípios propícios à mecanização, a propagação espacial da modernização, via incorporação tecnológica dos meios de produção, incidiu rapidamente e com crescente área plantada da cultura da soja. Este acontecimento comprova que o avanço do capital na agricultura, na microrregião, se fez

⁵ *A emancipação política e administrativa com Campo Mourão após 1980 (Figura 2).

** A emancipação política e administrativa com Barbosa Ferraz após 1980 (Figura 2).

concomitante à inclusão das culturas da soja e trigo. Ao passo que nos municípios localizados em áreas de relevo acidentado, a ação do capital foi branda.

De acordo com as análises dos indicadores e das restrições ocasionadas pelos condicionantes físicos (relevo, solo) à mecanização, o processo de modernização da agricultura regional assinala-se desigual.

Com a incorporação das novas técnicas, os agricultores ficaram mais vulneráveis aos meios modernos, devido a intensa alteração das relações de trabalho no campo, em outras palavras, com a ampliação do uso da força mecânica, o trabalho humano se reduziu consideravelmente. Em síntese, se por um lado o avanço do capital na agricultura viabilizou o processo produtivo, o mesmo não ocorreu com a massa de trabalhadores rurais, já que a substituição da força braçal pela mecânica liberou milhares desses proletariados.

2.3 AS IMPLICAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS REGIONAL

Ao que se pôde avaliar, com o avanço do capitalismo no campo, as desigualdades se acirraram, uma vez que este processo se apresenta contraditório, pois acentua a pobreza e provoca a concentração de capital na minoria da população rural⁶.

Com o aprimoramento da agricultura, os produtores foram forçados a se integrarem ao complexo agroindustrial, o que demandava uma readaptação do sistema produtivo (exigência do mercado) às novas técnicas modernas (insumos agrícolas e máquinas). Porém, os agricultores descapitalizados viam-se incapazes de aplicar tais técnicas, o que ocasionou uma expressiva diferenciação sócio-econômica entre as classes de agricultores.

⁶ Graziano da Silva (2000, p. 35) prefaciando Rangel, observa que “É preciso nunca esquecer que o desenvolvimento capitalista se põe sempre novas contradições, à medida que resolve as velhas, como insistia o mestre Rangel. A modernização conservadora da agricultura brasileira não foge a essa regra: o êxodo rural está esvaziando os campos e inchando as cidades, transformando a crise agrária numa crise urbana”.

Seguramente, a política agrícola do Estado também foi igualmente responsável por essas desigualdades. Isso Ocorreu por meio de financiamentos discriminatórios que favoreceram uma minoria de médios e grandes agricultores.

Enquanto os demais - na maioria, sem recursos e com pouca terra para a garantia do crédito e para a escala de produção requerida por essa tecnologia – diferenciam-se cada vez mais daqueles, até o limite extremo, com a perda da Terra e, conseqüentemente, o assalariamento no campo ou na cidade (FLEISCHFRESSER, 1988, p.139).

Em suma, o desenvolvimento da agricultura, com o uso intensivo de capital e tecnologia, acarretou mudanças significativas na estrutura fundiária paranaense e nas relações de produção. Estes acontecimentos implicaram em grande escala, na substituição da monocultura do café e das culturas de subsistência, pelas culturas capitalizadas da soja e do trigo, notoriamente no Norte do Paraná. Além disso, provocaram expropriação e expulsão de milhares de pequenos agricultores e trabalhadores do campo.

É nesta perspectiva que se pretende discutir o processo de concentração da estrutura fundiária e a expulsão da população rural regional, que resultou na criação das Vilas Rurais, presentes na paisagem agrária paranaense.

2.3.1 Concentração da posse da terra

Dentro do contexto da concentração da posse da terra pode-se assegurar que esta se confirma como um dos principais efeitos da lógica do avanço do capitalismo no campo. Segundo Martins (1995, p.159), “ela é um instrumento fundamental de produção” e de exploração⁷.

⁷ “A terra não pode ser confundida com o capital; não pode ser analisada em suas conseqüências sociais, econômicas e políticas como se fosse capital igual àquele representado pelos outros meios de produção” Martins, José de Souza, 1995.

Em virtude dos antecedentes históricos, a estrutura fundiária do Paraná se edificou em duas estruturas distintas: Paraná Tradicional e Moderno. Na primeira, o acesso a terra se efetivou em grandes latifúndios -herança do regime de sesmaria-. A segunda se estruturou em pequenas e médias propriedades, resultantes de um processo de colonização imobiliária.

Segundo Pereira (1987), no período compreendido de 1940 a 1970 ocorreu o processo de colonização do Norte/Oeste (entendido como Paraná Moderno). Nesta ocasião predominavam as propriedades inferiores a 50 ha. Entretanto, à medida que o capitalismo se acentua no campo, esse quadro se reverte, tomando proporções irreversíveis.

De acordo com as observações de Moro (2001, p. 101), a partir da década de 1970, a concentração da posse da terra “foi de tal magnitude que deixaram de existir 100.385 estabelecimentos agropecuários” no Paraná.

Conforme os dados expressos na Tabela 6, verifica-se que entre as décadas de 1970 a 1980 os estratos inferiores a 10ha se reduziram sensivelmente em quase todas as mesorregiões que compreendem o território do denominado Paraná Moderno, salvo o Sudoeste. Nesta, em razão dos precedentes históricos da ocupação e dos conflitos sobre a posse da terra, a ação da modernização foi mais tardia. Do mesmo modo, os efeitos também tardaram, conforme pode ser observado na Tabela 6.

A mesorregião geográfica Centro-Occidental (composta pelas microrregiões geográficas de Goioerê e Campo Mourão) apresentou maior percentual na redução desses estabelecimentos, ou seja, -54 %. Na seqüência aparece a região Noroeste com -51,2; região Norte Central -50.6; região Norte Pioneiro -32,5 e, por fim, Sudeste com -26.8. Ademais, ressalta-se que no período compreendido de 1980 a 1996, a mesorregião geográfica Centro-Occidental Paranaense registrou o segundo menor índice de pequenas propriedades, isto é, 9.826 estabelecimentos agropecuários inferiores a 10ha (Tabela 6). Isso representa uma mudança expressiva, tendo em

vista que a região apreende uma área de solos arenosos, relevos dissecados que inviabilizam a mecanização.

TABELA 6

Número de estabelecimentos agropecuários, por grupos de áreas (ha), nas mesorregiões do estado do Paraná, em 1970 a 1990.

MESORREGIÕES PARANAENSE	0 -10 ha					10 -100ha					100 - 1000ha					+ de 1.000 ha				
	1970	1980	%	1996	%	1970	1980	%	1996	%	1970	1980	%	1996	%	1970	1980	%	1996	%
100 - Noroeste	55.581	27.084	-51.2	15.657	-14.4	31.479	24.401	-22.4	18.981	-22.2	2.398	3.489	45.5	3.913	12.0	207	284	37.2	265	-6.7
101 - C. Ocidental	36.266	16.665	-54.0	9.826	-6.8	17.536	14.103	-19.5	11.977	-15.1	969	1.739	79.4	2.160	24.1	48	64	33.3	78	21.8
102 - Norte Central	57.713	28.506	-50.6	21.224	-25.5	40.367	32.005	-20.7	26.554	-17.13	2.532	3.596	42.0	4.187	16.4	118	140	18.6	160	14.3
103 - Norte Pioneiro	30.624	20.674	-32.5	12.759	-38.3	19.639	17.618	-10.3	15.303	-13.1	1.734	2.152	24.1	2.508	16.7	102	146	43.1	117	-19.8
104 - Centro Oriental	7.912	12.061	52.4	9.483	21.3	10.185	10.485	2.9	9.941	-6.1	1.956	2.212	13.0	2.548	15.3	216	275	27.3	290	5.4
105 - Oeste	41.878	35.509	-15.2	23.447	-33.9	39.286	37.290	-5.0	30.318	-18.7	1.335	2.205	65.1	2.875	30.4	68	89	30.8	95	6.7
106 - Sudoeste	20.225	27.418	35.5	20.658	-24.6	29.525	29.280	-0.8	25.383	-13.3	685	908	32.5	1.223	35.2	16	20	25.0	12	-40.0
107 - Centro Sul	11.533	17.523	31.9	14.876	-15.1	17.171	17.828	3.83	20.222	13.4	3.051	3.153	3.34	3.331	5.7	203	290	42.8	231	-20.3
108 - Sudeste	16.119	11.790	-26.8	14.361	-21.8	20.949	18.213	-13.0	19.173	5.2	1.201	1.436	19.5	1.530	6.2	59	89	50.8	108	21.3
109 - M de Curitiba	17.221	17.765	3.1	12.329	-30.6	14.799	13.835	6.5	10.913	-21.1	1.297	1.459	12.5	1.157	-20.5	50	141	182.0	93	-34.0
Total do Paraná	295.272	214.995	-27.1	154.620	28,0	240.936	215.058	-10.7	188.765	12.2	17..158	22.349	30.2	25.432	13.8	1.087	1538	41.5	1.449	5.8

Fonte: IBGE – Organização: Andrade, A. A. V. de

Em conseqüência desses fatos assegura-se que a região é uma das que mais sofreu e ainda vem sofrendo com a ação da anexação das pequenas propriedades às médias e, sobretudo, com as grandes propriedades. Conforme pode ser examinado na Tabela 6, os estabelecimentos superiores a 1000 ha cresceram 21,8 %. Esse percentual é o maior registrado no Estado.

De acordo com os apontamentos de Oliveira (2002, p. 64):

O processo de ampliação da propriedade camponesa ocorreu através da anexação das pequenas pelas médias e grandes. Há, portanto um processo de expropriação no seio da própria produção camponesa, onde o camponês médio ou rico anexa, através da compra, a terra do pequeno, que muitas vezes opta sua ampliação em outras regiões.

No caso da microrregião Geográfica de Campo Mourão, a anexação das pequenas propriedades às médias e grandes acentuou-se entre 1970/80. Dos onze municípios que integravam a região na ocasião, seis apresentavam percentuais negativos bem superiores a média da microrregião, -50.1%. Os dados Censitários do IBGE de 1970 e 1980, expressos na Tabela 7, comprovam que os municípios de Araruna, Campo Mourão, Engenheiro Beltrão, Fênix, Mamborê, Quinta do Sol e Terra Boa registraram índices alarmantes de expropriação dos estratos até 10 ha.

TABELA 7
Número de estabelecimentos agropecuários, por grupos de áreas (ha),
dos municípios da microrregião geográfica de Campo Mourão

Microrregião de Campo Mourão	0 -10 ha					10 -100ha					100 - 1000ha					+ de 1.000 ha				
	1970	1980	%	1996	%	1970	1980	%	1996	%	1970	1980	%	1996	%	1970	1980	%	1996	%
Araruna	1588	222	-86.0	603	171.6	1002	611	-39.0	673	10.1	27	67	148.1	89	32.8	-	2	-	1	-50.0
Barb. Ferraz	3.191	1.572	50.7	726	-53.8	1.030	1.175	14.0	628	-46.5	31	103	232.2	91	-11.6	-	3	-	4	33.3
C. Mourão	4.885	1.265	-74.1	315	-75.1	2.767	1.270	-54.1	494	61.1	240	342	42.5	147	-57.0	2	12	500.0	3	-75.0
Cor. do Sul	-	-	-	350	-	-	-	-	289	-	-	-	-	26	-	-	-	-	1	-
Eng. Beltrão	1.606	330	-79.4	245	-25.7	880	660	-25.0	504	-23.6	44	81	84.0	95	17.2	-	2	-	4	100.0
Farol	-	-	-	181	-	-	-	-	245	-	-	-	-	69	-	-	-	-	1	-
Fênix	900	320	-64.4	124	-61.2	392	248	-36.7	201	-18.9	18	43	138.9	52	20.9	-	1	-	1	0
Iretama	1.657	2.084	25.7	649	-68.8	581	710	22.2	653	-8.0	36	62	72.2	105	69.3	2	2	0	4	100.0
Luiziana	-	-	-	-	-	-	-	-	255	-	-	-	-	168	-	-	-	-	11	-
Mamborê	1.481	1.105	-25.4	303	-72.5	1.570	1.082	-31.0	687	-36.5	108	218	101.8	177	-18.8	1	4	300.0	2	-50.0
Peabirú	865	379	56.1	296	-21.9	734	542	-26.1	490	-9.6	62	79	27.4	91	15.2	1	4	300.0	5	25.0
Quinta do Sol	1.061	256	-75.8	61	-76.1	368	206	-44.0	136	-33.9	35	55	57.1	62	12.7	1	6	500.0	4	-33.3
Roncador	820	1.630	98.7	621	-61.9	740	926	25.1	775	-16.3	73	65	-10.3	114	75.3	1	-	-100.0	4	100.0
Terra Boa	855	273	-68.0	264	-3.30	745	638	-14.3	454	-28.8	9	28	211.1	27	-3.5	2	-	-100.0	2	100.0
Microrregião	18.910	9436	-50.1	4.873	48.3	10.809	8.068	-25.3	6.484	-19.6	683	1.143	67.3	1.312	14.7	10	36	260.0	47	30.5

Fonte: IBGE – Organização: Andrade, A. A. V. de. 2004.

Assinala-se também, a ampliação dos estratos superiores a 100ha. Os Censos de 1970 e 1980, bem como o último Censo Agropecuário de 1996 definem a tendência inequívoca da concentração da terra na microrregião. Os censos revelam que o desenvolvimento do capitalismo operou seletivamente, suprimindo a pequena propriedade familiar, organização de produção que predominou na região até a década de 1970. Ocorrendo, portanto, uma readequação do tamanho dos estabelecimentos regionais.

Sabe-se que a concentração da terra reduziu a diversificação das culturas, especialmente nas áreas mecanizadas, diminuindo consideravelmente as lavouras de subsistência. Desse modo, a posição de região monocultora da soja fica fortalecida.

No período em que se solidificou o surto modernizador, acompanhado da expansão da soja, ocorreu a supervalorização da terra regional. Segundo IBGE (1990)⁸ no Paraná, na década de 1980, níveis muito elevados da taxa de preço médio por hectare eram encontradas, especialmente nas áreas marcadas pela expansão das culturas modernas, que necessitavam de grandes investimentos.

Segundo Martins (1995, p. 160), a intenção do capital é dominar tudo, e, pouco a pouco, ele o faz, “como o capital tudo transforma em mercadoria, também a terra passa por essa transformação, adquire preço, pode ser comprada, vendida e alugada”.

Este processo contribui para valorizar o preço da terra e alargar a sua concentração nas mãos dos latifundiários, conseqüentemente cresce o número de desapropriados que ficam na esperança de recuperação de suas terras. Estes, mesmo sem condições financeiras, se lançam nas estradas, a caminho das fronteiras agrícolas e dos centros urbanos.

⁸ Melhores Informações consultar Fundação. IBGE- Diretoria de Geociências – Geografia do Brasil. Vol. 2. Rio de Janeiro: IBGE, 1990

TABELA 8

Condição do produtor segundo número de estabelecimentos dos municípios da microrregião geográfica de Campo Mourão

Microrregião Geográfica de Campo Mourão	Proprietário			Arrendatário			Parceiro			Ocupante		
	1970	1980	1996	1970	1980	1996	1970	1980	1996	1970	1980	1996
Araruna	1.032	925	940	85	37	68	1326	32	319	174	27	39
Barbosa Ferraz	1.542	1.786	968	630	338	109	1777	433	260	306	296	122
Campo Mourão	3.372	1.708	750	1833	435	119	1502	533	32	1196	216	58
Corumbataí do Sul	-	-	372	-	-	25	-	-	206	-	-	66
Engenheiro Beltrão	912	812	578	94	116	145	1435	111	107	110	34	18
Farol	-	-	338	-	-	53	-	-	27	-	-	78
Fênix	377	364	237	91	89	66	733	108	65	110	51	9
Iretama	1.044	1.268	974	683	352	100	425	916	163	124	323	174
Luiziana	-	-	451	-	-	75	-	-	35	-	-	8
Mamborê	1.786	1.554	843	805	363	200	218	294	37	351	198	89
Peabirú	685	650	602	28	142	136	850	155	76	99	57	68
Quinta do Sol	331	247	194	512	58	53	623	191	13	-	27	3
Roncador	911	1.134	1009	277	239	127	315	808	171	132	2803	207
Terra Boa	617	911	594	4	16	62	978	5	62	12	8	29
Total Microrregião	12.609	11.359	8.850	5.042	2.185	1.338	10.182	3.586	1.573	2.614	4.040	968
Paraná	312.762	305.765	282.175	68.741	43.340	26.945	122.937	63.044	28.117	50.048	41.954	32.638

Fonte: IBGE – Organização: Andrade, A. A. V. de. 2004.

De acordo com Moro (2001) outro aspecto relevante à análise da concentração fundiária é a condição do produtor. Assim como ocorre a redução dos estratos inferiores a 10 ha e dos estratos intermediários de 10 a 100ha, os espaços disponíveis para a categoria de produtor também se reduz, em outras palavras, há uma estreita relação entre a diminuição do indicador de estabelecimentos com a redução das categorias de produtor. Neste sentido, pode-se acurar em nível regional a intensa relação entre a reversão da estrutura da posse da terra, com a redução da condição do produtor (Tabela 8).

Para Fleischfresser (1988), a estrutura fundiária e a classe de produtores devem ser avaliadas de modo conjunto, uma vez que ambas estão relacionadas com o principal meio de produção agrícola – a terra. E esta é propriedade privada, nela esta arraigada a origem da categoria do produtor.

Para analisar a condição do produtor na microrregião de Campo Mourão, utilizou-se das quatro classificações do IBGE, proprietário, arrendatário, parceiro e ocupante.

Entende-se como regime de propriedade ou proprietários, “quando as terras do estabelecimento, no todo ou em parte, fosse de sua propriedade (inclusive por

usufruto)” (IBGE). Na Tabela 8 verifica-se que a microrregião, em 1970, contemplava 12.609 proprietários, independentemente do tamanho da propriedade. Na década de 1980, o número caiu para 11.359 e no último censo registrou 8.850. Esse segmento registra o número mais elevado entre as categorias de produtor na região, no entanto, este número se reduziu em termos absolutos de 3.759 entre 1970/96. Nota-se que os estabelecimentos agropecuários inferiores a 10ha foram os que sofreram maiores reduções.

O regime de arrendamento ou arrendatário é a segunda condição do produtor, este paga em dinheiro ou em produção ao dono da propriedade da terra, para nela produzir. Esse procedimento ocorre *“sempre que as terras de estabelecimento tivessem sido tomadas, mediante o pagamento em dinheiro ou sua equivalência em produtos ou prestação de serviços”* (IBGE). Os dados da Tabela 8 revelam o ‘desaparecimento’ dessa categoria de produtor para a região. Isso se deve ao fato de que com a valorização das terras e com a alta rentabilidade das lavouras mecanizadas (soja, trigo, milho, principalmente) tornou-se mais vantajoso para o proprietário explorar diretamente a Terra do que ceder para a exploração de terceiros. Na década de 1970, o montante era de 5042 arrendatários; em 1996, este número se reduziu de maneira drástica caindo para 3.704 arrendatários, extintos da região.

Os parceiros são considerados os indivíduos ocupados nas atividades agrícolas, onde as terras seriam de propriedade de *“terceiros e estivessem sendo exploradas em regime de parceria mediante contrato verbal ou escrito, do qual resultasse a obrigação de pagamento ao proprietário de um percentual da produção obtida”* (IBGE). Outras definições são encontradas, mas muitas vezes se confundem com arrendatários. Esta categoria na região é pouco encontrada, embora os dados de 1970 mostrem a existência de 10.182 parceiros, e 1.573 em 1996. Na opinião de Lucas,

O destino do ‘posseiro’ e, em realidade, o tornar-se ‘parceiros’, que é a segunda ‘condição’ que o ‘produtor’ adquire em nosso sistema capitalista. O ‘Parceiro’, como está computado pelo IBGE, tanto pode ser um camponês pobre, que tem uma participação na terça parte, na quarta parte ou na metade de sua produção, deixando

igualmente uma outra metade, terça ou quarta parte do que produz nas mãos do 'proprietário', e utilizando sua própria força de trabalho e a da sua família, como pode ser igualmente um empregador de assalariados (1984 p. 59).

O autor observa também que em “regiões desenvolvidas pode-se encontrar índices elevados de parceiros, ao passo que nas regiões menos desenvolvidas o número diminui”. De modo geral, segundo autor, há uma constante redução dessa categoria à medida que o capitalismo se expande. Essa afirmação é contraditória, apesar de servir para elucidar a região em estudo. Em outras palavras, a região é considerada desenvolvida em termos de agricultura, e conforme já mencionado o número de parceiros reduziu consideravelmente.

A quarta condição do produtor, segundo o IBGE, é a de ocupante ou posseiro, e compreende as pessoas que se apossam de uma área sem pagamentos. Essa condição ocorre *“nos casos em que a exploração se processa em terras públicas, devolutas ou de terceiros (com o sem o consentimento do proprietário), nada pagando o produto pelo seu uso”*. Para a microrregião, os dados de ocupação apresentam sentidos antagônicos em relação às outras categorias. Verifica-se que na década de 1970, a região contava com 2.614 ocupantes; na década de 1980, o saldo cresceu passando para 4.040, somente em 1996 este quadro se reverte, registrando 968 em termos absolutos. Para explicar este fato é oportuno o estudo realizado pelo IPARDES, no qual se concluiu que:

Os ocupantes de que fala o Censo são, na realidade, os posseiros, sem titulação de terras ou com titulação ilegal. A variação ocorrida entre 60 e 75 indica, desta forma, dois processos paralelos e antagônicos: de um lado, a diminuição em número e área dos ocupantes nos estratos maiores, e de outro a diminuição menos acentuada nos estratos menores. Isto se por um lado indica a legalização das terras nos estratos maiores, fornece uma idéia aproximada das dificuldades que enfrentam os pequenos para realizá-la. O grande número de ocupantes ainda existente nos estratos pequenos indica que boa parte dos produtores paranaense não tem nenhuma segurança quanto a continuidade do acesso à terra. De um lado, por falta de recursos para pagar um processo de legalização de terras, e agüentar sua demora. Por outro lado, pelo caráter conflitivo que assumem as questões da terra no Paraná,

conforme relatam inúmeras fontes (IPARDES, 1983, p. 46, apud FLEISCHFRESSER, 1988, p. 78).

Neste contexto, pode se dizer que parte dessa categoria de produtor, juntamente com os demais, foram forçados a migrarem para as cidades ou para outras áreas agrícolas, em busca de novas formas de sobrevivência. O que será tratado no próximo item.

2.3.2 A expulsão do homem do campo – Êxodo rural.

Neste item serão abordados basicamente o movimento migratório dos agentes sociais, excluídos do processo de expansão capitalista no campo. Essa massa de população rural há tempo luta por sobrevivência mas continua desassistida do progresso econômico.

O fastígio do êxodo rural, nos tempos modernos, desenvolveu-se nas regiões onde a ação do capitalismo e a mecanização foram mais intensas. Entretanto, é notório que a migração campo/cidade se fez antes mesmo do avanço do capitalismo na agricultura brasileira, e nas últimas décadas este fenômeno cresceu em ritmo alarmante (MARTINE, 1987).

O estado do Paraná, após passar por um momento de atração populacional dentre as décadas de 1950 a 1960, embrenha-se numa retração aguda a partir de 1970 (Gráfico 2). Conforme as considerações de Martine (1987, p. 150):

Durante as décadas de cinquenta e de sessenta, o Paraná caracterizou-se por elevadas taxas de crescimento demográfico, devido, em grande medida, ao intenso fluxo de migrantes para as áreas de fronteiras agrícola, principalmente ao norte do estado. No entanto, nos anos setenta, assistiu-se a reversão desse padrão de crescimento, quando o estado passou de receptor a expulsor de população. A taxa de crescimento anual da população total sofreu uma queda acentuada do patamar de 7,0%; na década de cinquenta, para 1,0% na de setenta.

Sobre essa questão, Moro complementa que:

Parte considerável dos retirantes do campo dirigiram-se a outros estados da federação, notadamente às fronteiras agrícolas das regiões Centro-Oeste e Norte e à região metropolitana da capital paulista. Da mesma forma, é significativo o contingente que se deslocou para as terras agrícolas, lindeiras ao rio Paraná, no vizinho Paraguai, concorrendo na formação dos “brasil-guaíais”. [...] ainda, há um numeroso conjunto de retirantes que se dirigiram preferencialmente às cidades pólos regionais, como Cascavel, Guarapuava, Maringá, Londrina, Umuarama, Apucarana, Ponta Grossa, dentre outras, e as cidades satélites, e, com maior fluxo, a região metropolitana da capital paranaense (2001, p. 114).

Este fenômeno se intensificou com a fragmentação da pequena propriedade-via partilha hereditária-provocando o minifúndio, além disso, soma-se as dificuldades de reprodução da agricultura familiar. Outro fato que contribuiu para essa fragmentação foi o emprego da força mecânica em detrimento da braçal. Estes acontecimentos, entre outros, foram responsáveis pela nova configuração espaço rural paranaense.

Como visto no item anterior, uma das características deliberadas da dinâmica do capitalismo é a posse da terra. Não obstante a proliferação do *assalariamento*, o capitalismo, à medida que impulsiona o uso dos meios modernos, cria também efeitos sobre as relações da força de trabalho, aumentando consideravelmente o excedente de mão-de-obra⁹ ocasionando desemprego no meio rural. Desse modo, verifica-se o disparate do capitalismo, pois ao mesmo tempo em que cria o *assariado* - seu exército de mão-de-obra-, libera-os. Estes, sem nenhuma perspectiva, são forçados a abandonar seu habitat, em busca de terra e de emprego.

Entre 1985 e 1995, o número de pessoas ocupadas nas atividades rurais sofreu uma redução de 31,7% ou 597,4 mil pessoas. Na década de 70, marcada por intensa e profunda transformação da base agrícola e na estrutura de posse de terra, o IBGE registrou que a redução do ‘pessoal ocupado’ foi de 8,8% ou 173,8 mil pessoas (LIBARDI&DELGADO, 1994, p. 53).

⁹No capitalismo a fome de trabalho excedente brota do caráter mesmo da produção. E este movimento incessante, impulsionado pela natureza mesma do modo de produção, explica, explicita e exacerba a contradição estrutural do capitalismo, entre, de um lado, a concentração do capital gerado e do controle sobre o processo social de produção e, de outro, a socialização do trabalho (SOARES, 1981, p. 171).

Os dados censitários do IBGE (1991) revelam ainda que mais de 2.650.000 pessoas foram despojadas do campo, parte considerável migrou para as cidades, uma parcela conseguiu se integrar ao sistema urbano. Porém, os mais descapitalizados, permanecem sofrendo por conta dos efeitos negativos da modernização.

De acordo com Raggio (1994 apud Bana 2001 p.49), as estratégias dessa população residem no esforço particular de cada integrante da família, especialmente os jovens e as crianças que se lançam no mercado de trabalho, prematuramente, para contribuir na renda familiar.

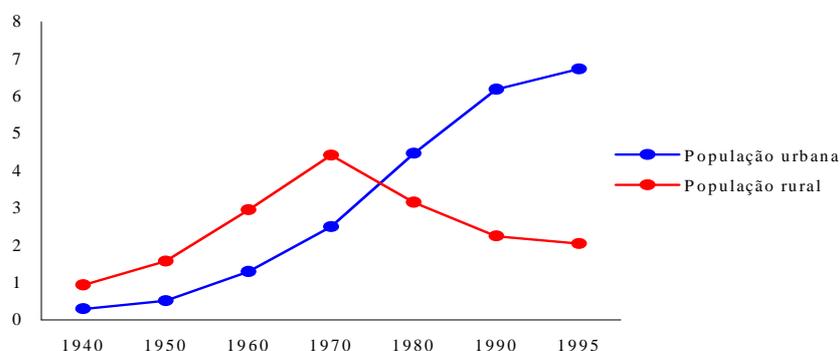


GRÁFICO 2 – Dinâmica da população urbana e rural do estado do Paraná (calculado em percentagem).

Fonte: IBGE – Organização: Andrade, A. A. V. de. 2004.

O resultado desse processo culminou para acelerar a taxa de urbanização do Paraná. Segundo Martine (1987), no período compreendido de 1950 a urbanização no estado crescia em 25%, passando para 36,1% em 1970 e para 76,7% em 1995.

O Gráfico 2 ilustra claramente a inversão da população paranaense. Em outras palavras, até a década de 1970, a população rural, que antes era predominante, após esse período, perde a posição. Verifica-se que o crescimento progressivo da população urbana se fez em um curto espaço de tempo e de forma diferenciada entre as regiões paranaenses, em razão das próprias atividades econômicas nelas desenvolvidas.

No caso da microrregião de Campo Mourão não foi diferente. Contudo, pelo que se pôde averiguar, a taxa de urbanização da região se deu mais tardiamente, ou seja, entre as décadas de 1970/1980 registrando 40%, e entre as décadas subseqüentes essa taxa elevou-se para 63% (Tabela 9).

TABELA 9
População Rural e Urbana da microrregião geográfica de Campo Mourão – 1970/2000

Microrregião Geográfica de Campo Mourão	POPULAÇÃO-HABITANTES											
	RURAL				URBANA							
					Taxa de urbanização %							
	1970	1980	1991	2000	1970	%	1980	%	1991	%	2000	%
Araruna	19.207	9.743	6.529	3.947	4.167	18	4.576	31	5.858	47	9.134	70
Barb. Ferraz	31.347	26.802	7.517	4.375	6.065	12	10.815	29	10.870	59	9.735	68
C. Mourão	49.338	26.409	9.983	5.722	27.780	36	50.366	65	72.335	87	74.754	92
Cor. do Sul	10.384	7.453	4.880	2.960	609	5	1.396	15	1.762	26	1.998	40
Eng. Beltrão	21.962	9.756	6.293	2.953	3.415	13	5.788	37	8.378	57	11.129	79
Farol	10.806	4.115	2.551	2.019	808	6	1.118	21	1.837	41	1.944	49
Fênix	11.913	4.141	1.967	1.106	2.897	19	3.438	45	4.016	67	3.836	77
Iretama	13.328	17.929	9.292	5.179	1.722	11	4.373	19	6.522	41	6.156	54
Luiziana	7.209	10.059	5.916	3.402	316	4	1.796	15	3.187	35	4.138	54
Mamborê	29.780	16.561	7.718	6.141	4.735	13	8.419	33	8.314	51	9.014	59
Peabirú	17.446	8.292	5.014	2.991	6.726	27	7.939	48	9.147	64	10.491	77
Quinta do Sol	14.134	5.078	2.227	2.305	1.757	11	2.755	35	3.372	60	3.454	59
Roncador	12.401	14.834	11.579	6.809	1.051	7	3.542	19	5.994	34	6.826	50
Terra Boa	14.456	9.036	5.201	3.463	5.355	27	7.440	45	9.761	63	11.177	76
Microrregião	263.711	170.208	86.667	53.372	67.704	20	113.761	40	151.353	63	163.786	75

Fonte: IBGE – Organização: Andrade, A. A. V. de. 2004.

O processo migratório da região chega ao clímax em 1985, ou seja, o processo de inversão da população rural para população urbana, conforme o Gráfico 3, ocorreu no segundo quinquênio da década de 1980, dez anos mais tarde em relação ao estado. Contudo, a região continua perdendo sua população tanto rural, como urbana.

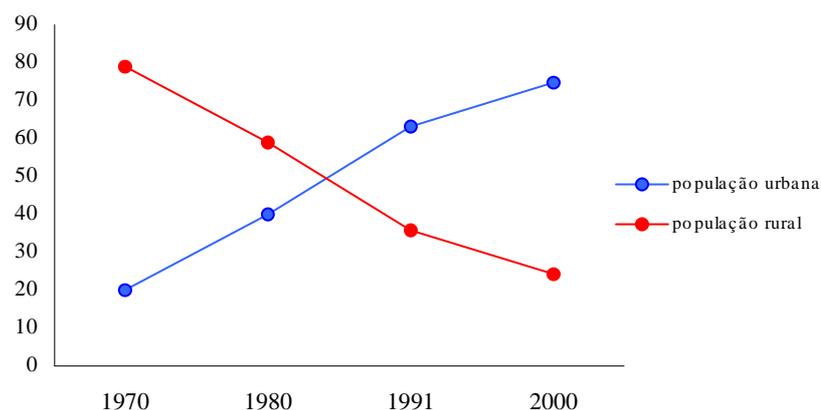


GRÁFICO 3 - Dinâmica da população urbana e rural da microrregião geográfica de Campo Mourão (em porcentagem).

Fonte: IBGE – Organização: Andrade, A. A. V. de. 2004.

De acordo com os dados apresentados no Gráfico 4, nas últimas três décadas, a população absoluta da região vem se declinando. Sem dúvida, a intensiva mecanização, bem como a dinâmica acelerada da concentração da posse da terra estão na base da redução de cerca de 110.000 habitantes.

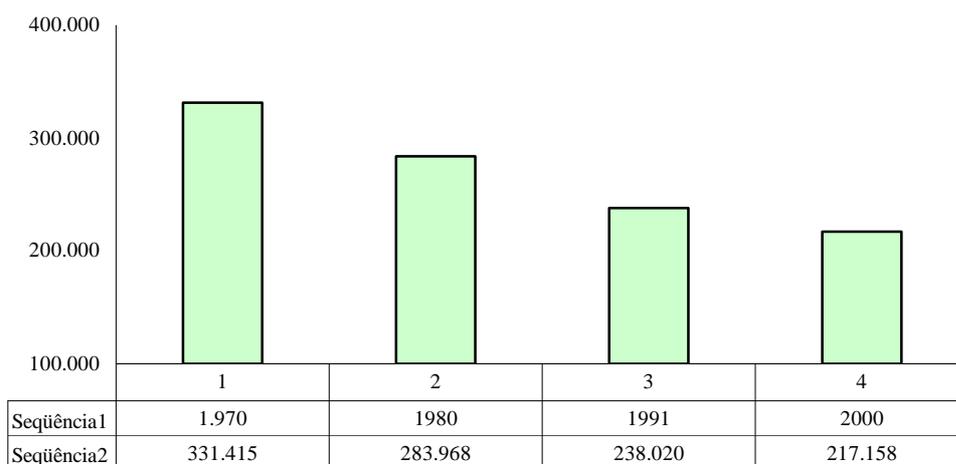


GRÁFICO 4 – Total da população da microrregião geográfica de Campo Mourão.

Fonte: IBGE – Organização: Andrade, A. A. V. de. 2004.

Para Libardi & Delgado (1999), a evasão da população rural, mais precisamente a mão-de-obra excedente não teve absorção pelo mercado de trabalho urbano, especialmente na década de 1990, com a recessão econômica, que continua presente. Além disso, as ocupações nos segmentos urbanos foram insuficientes para contemplar parte dessa população, implicando no aumento da taxa de desocupação.

Estudos realizados por pesquisadores do IPARDES, em 1996, revelam a fragilidade das condições de retenção populacional nos centros urbanos. Essa tendência é constatada mesmo nas cidades pólos e subpólos, ou seja, que se encontram sem condições de absorver todo o contingente populacional, sinalizando que a capacidade esta cada vez mais afetando a rede urbana tradicional do estado¹⁰.

De acordo com o Estado, a chegada da população proveniente do campo aos centros urbanos é o final da linha de um movimento. “A intervenção nos efeitos desse problema, posterior à incorporação desse contingente populacional ao centro urbano, torna-se mais difícil do que se ocorre no início (sobre as causas) do processo de deslocamento da população” (GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, 1995, p. 16). Para amenizar esse fluxo migratório, e outros problemas enfrentados, o Estado coloca na paisagem agrária paranaense as Vilas Rurais. Destinadas aos trabalhadores rurais volantes e seus familiares, com o objetivo de fixá-los no meio rural. O que será tratado nos próximos capítulos.

¹⁰ Melhores informações, movimento migratório no Paraná (1986-91 e 1991-96): origens distintas e destinos convergentes. Kleeinke, Maria L. Urban. Deschamps, Marley Vanice. Moura, Rosa. 1999 p.27 a 50. IPARDES.

3. A DINÂMICA DAS VILAS RURAIS NA ORGANIZAÇÃO NO ESPAÇO RURAL PARANAENSE

Norteadado pela formação e organização das Vilas Rurais, buscou-se neste item discutir a ação do Estado e a espacialização, especialmente na microrregião geográfica de Campo Mourão.

Como citado no capítulo anterior, a expansão tecnológica no campo transformou o processo produtivo, conseqüentemente desarticulou o sistema do complexo rural, para a formação do complexo agroindustrial, resultando em sérios impactos sócio-espaciais, especialmente em nível regional. Além disso, contribuiu para acelerar o crescimento da urbanização.

Em meio a essas transformações e mudanças de significado do espaço rural emergem as Vilas Rurais, derivadas do processo de urbanização. É neste contexto que se discute este 'agente' presente na paisagem rural paranaense.

3.1 A GÊNESE DAS VILAS RURAIS PARANAENSE

No Paraná, no segundo quinquênio da década de 1990, intensificou-se o movimento de conflito social no campo. O Estado, para controlar os atores sociais, vítimas do processo de 'modernização conservadora' da agricultura, lembra a tática da política de proteção das oligarquias rurais e força manifesta de repressão estatal do militarismo, com os trabalhadores rurais, sem terra.

O conflito foi "legalizado". O relatório da Comissão Pastoral da Terra – Conflitos no campo no Brasil 1997 – afirma que está ocorrendo uma transferência da violência ilegítima (expulsão, assassinato por jagunços e ameaças de expulsão de famílias) para a violência legitimada (despejo judicial). O que vem ocorrendo atualmente no Paraná é o melhor exemplo desse tipo de violência. Nesse estado, além desse tipo de violência, patrocinada pelo governo estadual, registram-se casos de tortura de trabalhadores aprisionados pela polícia, prisões arbitrárias de trabalhadores e prisões políticas de lideranças (CARVALHO FILHO, 2001, p.196, 197).

Nesta ocasião, o governo estadual cria uma nova estratégia, a elaboração de projetos, para evitar novos integrantes às organizações dos trabalhadores sem terra, sem teto, e, acima de tudo, atenuar o movimento migratório campo/cidade, dos trabalhadores rurais (bóias-frias). Ainda, em 1995, arquiteta um programa de 'assentamento', denominando-o de 'Vila Rural'. Segundo Santos (2001, p. 60) “ As Vilas Rurais de certa forma, polarizam estas lutas e evitam que o vileiro/trabalhador se envolva de forma direta com essas forças sociais”.

As intenções do governo com a implantação do programa embutia, de um lado, o interesse em conter a incorporação de novos habitantes aos grandes centros urbanos, especialmente à capital Curitiba, que atingiu, nas últimas décadas, elevadas taxas de crescimento, ao passo que no estado, no mesmo período, registrava-se índices menos elevados de crescimento urbano. Esse fato preocupava as autoridades públicas, visto que este problema ocorria em todas as regiões, ou seja, em todas as áreas urbanas do Paraná, conforme citado no capítulo anterior.

Receber esse contingente que continuava a migrar campo/cidade demandava novos encargos, infra-estrutura básica, habitação, saúde, educação e transportes. Dessa forma, acarretaria uma desestruturação na administração pública pela falta de uma infra-estrutura já alocada ao plano diretor, uma vez que as condições (alegadas pelo governo) são ínfimas para atender as demandas. Por outro lado, o governo estava preocupado ao mesmo tempo com o patronato rural, uma das justificativas do programa estava centrada na falta de mão-de-obra no campo para atender alguns produtos da agricultura paranaense.

Embora existam explorações que utilizam farta mão-de-obra, como é o caso do algodão, da sericicultura e da citricultura, essas ocupações são na verdade, sazonais, e não têm sido capazes de evitar que essa mão-de-obra, fundamentalmente, para o futuro de nossa agricultura, continue migrando aos principais centros urbanos paranaense, à procura de melhores condições de vida, incluindo moradia, saúde, alimentação, educação, transportes e lazer (GOVERNO DO PARANÁ, 1995, p.16).

Neste sentido, o novo programa de habitação presente no espaço rural “[...] visa atender a todos os segmentos que dependem deste tipo de mão-de-obra. Portanto,

além do interesse do serviço braçal, temporário, as indústrias, cooperativas e os proprietários rurais deverão participar na implantação das Vilas Rurais, pois isto garantirá a disponibilidade de mão-de-obra” (GOVERNO DO PARANÁ, 1995, p. 27).

[...] o programa beneficia o campo e a cidade, pois vai evitar o êxodo rural e a favelização dos centros urbanos.[...] as vilas rurais vão significar a melhoria da qualidade de vida para um milhão de paranaenses [...] o programa não envolve apenas os futuros moradores das vilas, mas toda a população dos distritos rurais, que vai usufruir o reforço que daremos às estruturas de saúde, educação e lazer (FOLHA DE LONDRINA, 31 de maio, p. 07)¹¹.

Para o governo estadual Jaime Lerner, o programa Vila Rural representava um exemplo de assentamento, assim o defendia: “o Paraná realiza o maior programa de assentamento rural do País. Além da propriedade da terra, é preciso criar mecanismos que segurem o homem no campo e ofereçam alternativas para que o trabalho e o sustento venham da própria terra” (BEM MORAR, 1997, p. 3).

A partir do conceito revelado, verifica-se que o governo não estava preocupado em discutir políticas de reforma agrária e, sim, criar um ‘novo modelo’ de assentamento, com recursos do Banco Mundial (Bird) e do Estado. Outros modelos semelhantes a estes podem ser encontrados no Nordeste brasileiro, no estado de São Paulo. No Paraná, há os assentamentos denominados agrovilas, ou suburbanos, implementados na gestão do governo de José Richa, período de 1983/1986.

De acordo com Gomes da Silva, semelhantes às Vilas Rurais tem-se outro tipo básico de assentamentos, os chamados assentamentos associativos ou explorações comunitárias; assentamentos extrativistas ou reservas extrativistas; assentamentos individuais ou explorações parceladas e assentamentos suburbanos ou agrovilas. Este último modelo de assentamento é o que possui maior semelhança com as Vilas Rurais.

Destinam-se aos trabalhadores volantes (bóias frias e outras denominações locais), resultantes, em parte, do fantástico êxodo de

¹¹ Melhores informações em programas habitacionais do governo do Paraná em registro histórico nas páginas da imprensa, dezembro 2002.

cerca de 30 milhões de pessoas [...]. Trata-se de trabalhadores rurais que já se urbanizaram, habitando a periferia das pequenas e médias cidades e em boa parte incluídos entre as famílias brasileiras que vivem nos níveis de miséria e pobreza [...]. Estas agrovilas devem ser formadas por parcela de culturas de subsistência que possam ser cultivadas como trabalho e renda familiar.

Algumas experiências já existentes no Nordeste e no Estado de São Paulo, principalmente nas regiões canavieiras, podem fornecer subsídios para o desenho desses núcleos urbanos (2002, p. 188).

Os modelos de assentamentos a que se refere o autor, juntamente com os denominados assentamentos de Vilas Rurais, não se caracterizam como modelo de reforma agrária. Para a propagação do programa o governo utilizou-se de meios de comunicação e assegurou que as “Vilas Rurais são um caminho que mostra um exemplo de reforma agrária viável”.

Alheio às pendengas ideológicas que amarraram a implantação da reforma agrária no País há 30 anos, o Paraná decidiu adotar uma política de pé no chão.[...] A intenção de Lerner é segurar o homem no campo e evitar que um exército de 400 mil trabalhadores volantes sem serviço batam à porta das cidades paranaenses. ‘O programa é o início de uma profunda reforma agrária feita sem falsas ideologias (ISTOÉ, 1995, p. 46).

Por conta do exposto, e da metodologia operacional, os próprios organizadores e a mídia a confundiram com um programa de reforma agrária. As afirmações desencadearam muitas discussões e inquietações nos meios acadêmicos, visto que, a questão da reforma agrária¹² é muito complexa, além disso, seria ingenuidade ou desconhecimento sobre a questão atribuir esta designação ao ‘novo agente’.

O sentido estratégico governamental com o programa Vila Rural condensa significados antagônicos: de um lado pretendiabeneficiar as pessoas vítimas do processo de tecnificação no campo; de outro, evidenciar a preocupação com a carência de mão-de-obra para atender as cooperativas, agroindústrias, enfim, ao

¹² A lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, estabelece em seu Título II, Capítulo I e seguintes todas as normas necessárias à realização de REFORMA AGRÁRIA neste País, e dispõe, textualmente, em seu Art. 16, o seguinte: “A Reforma Agrária visa a estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso de terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do País, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio”. Para maior aprofundamento dos conceitos e modelos de Reforma Agrária consultar Edgar de Vasconcelos Barros. Princípios de Ciências Sociais para a Extensão Rural, 1994.

‘patronato rural’, além do marketing de reforma agrária. Neste sentido, a ambigüidade do programa é legítima.

3.1.1 Objetivos e Metodologia do programa – Vila Rural

Conforme o documento do programa (1995), o governo estadual pretendia atingir a estirpe dos vários problemas urbanos, crescente a cada dia, especialmente nos médios e grandes centros, decorrentes do fluxo migratório da população do campo, que, marginalizada, acaba acentuando a criminalidade urbana.

O programa Vila Rural apresentava como objetivos principais: minimizar o êxodo rural que continuava crescente e conseqüentemente ampliava o favelamento, problema este que deveria ser amenizado; assegurar a mão-de-obra no campo mantendo dessa forma uma reserva para as agroindústrias e empresas rurais, dentre outras. Segundo ex-governo Jaime Lerner (1995, p. 3) “é impossível dissociar os problemas urbanos da questão do campo, assim como é necessário atuar simultaneamente sobre os efeitos e as causas do processo migratório”.

Além disso, as Vilas Rurais também tinham seus objetivos que, embora não dissociados dos do programa, têm suas particularidades. De acordo com os veículos de divulgação, as Vilas Rurais, incluía em seus objetivos, proporcionar melhores condições de moradia, trabalho, alimentação e qualidade de vida para os beneficiados. Assim eram previstos, no projeto original e nas normas operacionais do programa, seis importantes objetivos que constam a seguir:

- a) Solucionar o problema de falta de moradia dos trabalhadores rurais, fixando-os no campo, freando o fluxo desses para as cidades;
- b) melhorar as condições de saúde do público alvo, por meio da disponibilidade de alimentos produzidos no quintal, especialmente nos períodos em que não estiverem trabalhando;

- c) melhorar o desenvolvimento profissional do trabalhador rural, bem como das senhoras e jovens, através da capacitação, pelo serviço de Extensão Rural;
- d) melhorar as condições sociais dos vileiros, com melhor atendimento sanitários e educacional;
- e) manter no meio rural, à disposição dos produtores e das agroindústrias, mão-de-obra qualificada para desempenhar as atividades agrícolas;
- f) reduzir os enormes investimentos gastos nos centros urbanos, visando atender a uma população que dificilmente poderá ser utilizada nas cidades.

Além desses objetivos, há, também, que se apresentar as estratégias de ação. Consta do projeto que as Vilas Rurais deveriam ser implantadas em regiões de grande concentração de trabalhadores rurais. “Em razão da realidade hoje conhecida, prevê-se que a maior parte das vilas será implantada no Norte e no Noroeste do Estado, regiões onde é marcante a presença do trabalhador rural em condições precárias”. Ademais, são nessas regiões que se encontram as principais aglomerações das indústrias do complexo sucroalcooleiro, industrialização do café, soja, algodão e citricultura (GOVERNO, 1995, p. 21). Neste sentido estavam previstos os zoneamentos apresentados na Tabela 10.

TABELA 10
Zoneamento previsto para programa Vila Rural

Região	Número de Vilas	Número de Famílias
Norte Pioneiro	100	20.000
Norte Novo	100	20.000
Noroeste	80	16.000
Centro/Sul	10	2.000
Oeste/Sudoeste	10	2.000
Total	300	60.000

Fonte: EMATER.

Os dados amostrais da Tabela 10, indicam que o governo pretendia construir 300 Vilas Rurais e assentar 60 mil famílias, notadamente na antiga região cafeeira, ou

seja, região alvo principal do programa; ao contrário das regiões Centro-Sul e Oeste-Sudoeste pouco requisitadas para o benefício. Esses dados, comparados com os da Tabela 11, revelam que o número de implantação de Vilas Rurais foi superior, ou seja, mais 102 vilas, totalizando 405 em todo o estado. Mesmo assim, o número de famílias assentadas soma apenas um terço do previsto, 15.609 famílias ou unidades.

TABELA 11

Regiões contempladas, número de famílias e de Vilas Rurais no Paraná

Região	Número de Vilas	Número de Famílias
Norte Pioneiro	44	1721
Norte Novo	87	3948
Noroeste	125	5216
Centro/Sul	84	2685
Oeste/Sudoeste	65	2039
Total	405	15.609

Fonte: IBGE – Organização: Andrade, A. A. V. de. 2004.

Outro fato que pode ser observado na Tabela 11 são as regiões Centro-Sul e Oeste-Sudoeste, que obtiveram um expressivo número de Vilas Rurais, totalizando 149 vilas, porém, o previsto era de somente 20.

A metodologia para a seleção dos municípios considerava dois aspectos fundamentais para instalação do programa no município (GOVERNO, 1995, p. 35 e 36):

- a) área plantada das duas principais culturas que demandam maior quantidade de mão-de-obra, a saber, algodão e cana-de-açúcar;
- b) estarem na região que apresentava maior concentração de mão-de-obra volante, recaindo a escolha sobre as seguintes microrregiões: Londrina, Maringá, Campo Mourão, Paranavaí, Apucarana, Umuarama, Ivaiporã, Cornélio Procópio e Santo Antônio da Platina.

De acordo com a mesma fonte, para a seleção dos municípios, considerou-se também:

A demanda de mão-de-obra calculada com base nos coeficientes técnicos dos custos de produção, conforme a metodologia da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná. A partir dessas informações e utilizando-se o conceito de equivalente homem-dia, este foi transformado em número de pessoas demandadas pelas lavouras de algodão e cana-de-açúcar no Paraná.

Analisando estes aspectos, a equipe do programa destacou 37 municípios paranaenses que deveriam ser priorizados com o programa. Esta mesma equipe, ao analisar os dados dos municípios, transformou-os em quatro escalas de prioridades:

- A primeira escala considerava as lavouras de algodão seguidas pelas lavouras de cana-de-açúcar. Nesta escala estavam destacados os municípios de Centenário do Sul, Paranacity, Astorga, São João do Ivaí, Bandeirantes, Cruzeiro do Sul, Jandaia do Sul, Engenheiro Beltrão, Moreira Sales, São Pedro do Ivaí, Colorado, Bom Sucesso, Alvorada do Sul, Paraíso do Norte e Ribeirão do Pinhal.
- A segunda considerava os municípios produtores de lavouras de algodão e que os mesmos fossem áreas de fronteiras com municípios produtores de cana-de-açúcar, destilaria de álcool, em que o fluxo de trabalhadores rurais volantes é intenso. Assim, foram classificados os municípios de Goioerê, Janiópolis, Assai, Alto Pequiri, Tuneiras do Oeste, Munhoz de Melo e Lobato.
- A terceira foi destinada aos municípios que continham destilarias de álcool e demandava maior mão-de-obra. Os municípios selecionados foram: Jacarezinho, Porecatu, Cambará, Ibaiti, Rolândia, Santo Antônio da Platina, Nova Londrina e Maringá.
- Na quarta e última escala de prioridade foram considerados os municípios que demandaram grandes contingentes de mão-de-obra, sazonalidade de trabalho nas culturas de algodão e cana-de-açúcar, em menor proporção em relação aos municípios de escalas mais prioritárias. Nesta foram selecionados

os municípios de Querência do Norte, Godoi Moreira, Lunardelli, Santa Cecília do Pavão, Mandaguaçu, Paiçandu e São Sebastião da Amoreira.

Entretanto, constatou-se que o programa não atingiu a meta proposta no projeto, basta conferir os dados do Quadro 2, que apresentam os municípios em que foram instaladas as primeiras Vilas Rurais do estado.

Como foi exposto, a metodologia proposta para seleção contemplava 37 municípios, e dentre eles foram selecionados os de maior prioridade. Contudo, apenas o município de Engenheiro Beltrão, de acordo com o programa, pertencia a primeira escala de prioridade. Os demais municípios referenciados no Quadro 2 não constavam entre os selecionados, mas foram os primeiros beneficiados.

MUNICÍPIO-PR	VILA RURAL	UNIDADES	INÍCIO DA OBRA
Apucarana	Nova Ucrânia	65	14.03.1995
Toledo	Felix Lerner	18	05.04.1995
Manoel Ribas	Novos Caminhos	18	08.05.1995
Pitanga	Tarcilio Ferreira Messias	20	29.05.1995
Bituruna	Sapopema	21	08.08.1995
Peabirú	Lary Calixto Razzolini	34	16.08.1995
Curitiba	Santa Rita	30	21.08.1995
Luiziana	Novo Horizonte	23	21.08.1995
Barbosa Ferraz	Maria Gonçalves Virgínio	25	11.09.1995
Califórnia	Nova Califórnia	20	27.11.1995
Itaipulândia	Esperança	15	04.12.1995
Tibagi	Santa Rosa	24	18.12.1995
Engenheiro Beltrão	Francisca Ferreira Borges	53	20.12.1995
Tapejara	Sant'ana	81	22.12.1995

QUADRO 2 – As primeiras Vilas Rurais implantadas no Paraná.

Fonte: IBGE – Organização: Andrade, A. A. V. de. 2004.

Desse modo, os fatos evidenciam que o programa trata de um projeto político. O governo atendia os pedidos dos representantes municipais, desviando-se da metodologia de seleção dos municípios, proposta no projeto original.

3.1.2 As instituições envolvidas com as Vilas Rurais

O programa Vila Rural, conforme o IPARDES (2003), faz parte do Projeto Paraná 12 meses, implementado com recursos do acordo de empréstimos firmado entre o

Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o governo do Paraná, em dezembro de 1997. Contudo, o programa já vinha sendo implantado desde 1995.

Segundo entrevista¹³ com o senhor Celso Fernandes, Gerente Geral do Paraná 12 meses, “do período de 1995 a 1997, o governo estadual conseguiu construir 46 Vilas Rurais em todo o território paranaense, com recursos do próprio Estado. A partir de 1997 o programa é acoplado ao projeto Paraná 12 meses”.

Neste contexto, é oportuno as considerações da Gazeta Mercantil, que asseguram que as Vilas Rurais fazem parte do Paraná 12 meses, “que está orçado em US\$ 353 milhões, dos quais US\$ 175 milhões financiados pelo Bird e US\$178 milhões de contrapartida do Estado. A liberação dos recursos internacionais ficou paralisada por dois anos (1996/1997), pela demora do Senado Federal para aprová-la” (11 de junho de 1999, p. 3).

O governo estadual, em parceria com os governos municipais e com a participação de mais 12 instituições estaduais, responsabilizaram-se pelo desenvolvimento do programa. Dentre as instituições envolvidas no programa, as prefeituras municipais desenvolviam um papel fundamental. Competia a elas: aquisição, doação do terreno, participação em todas as fases de implantação e condução do programa, apoiando supletivamente as Vilas em relação a eventuais necessidades das famílias e serviços como manutenção das vias públicas das Vilas.

O núcleo regional da SEAB é outra instituição fundamental no auxílio ao desenvolvimento das Vilas Rurais; seu papel era coordenar, apoiar, aprovar e encaminhar outras Vilas, controlar aspectos financeiros e metas e analisar as condições técnicas do terreno para exploração do uso da terra. À EMATER, competia a elaboração de estudos acerca do quadro natural da área para a aprovação da construção de uma Vila Rural, em parceria com a Cohapar e Seab, além da assistência técnica à extensão rural e o fornecimento de equipamentos no início do programa.

¹³ Entrevista concedida a autora às 15 horas e 50 minutos do dia 14 de setembro de 2004.

Para a Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA, ficou deliberado a elaboração de projetos de prevenção ambiental da área, bem como, subsídios para perfuração de poços semi-artesianos para abastecimento de água à população das vilas; ficando a cargo da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, a implantação do sistema de abastecimento. Para o Instituto Ambiental do Paraná -IAP, ficou designado a análise e aprovação de projetos de preservação ambiental nas áreas a serem afixadas as Vilas, a fiscalização e execução da legislação ambiental.

À Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná – CODAPAR ficou designado todo o trabalho de mecanização e terraplanagens. Já à Companhia Paranaense de Energia Elétrica – COPEL, as atribuições de instalações de infraestrutura de energia elétrica.

À COHAPAR, coube a responsabilidade de coordenar e participar no processo de cadastramento e seleção; dar parecer de estudos das áreas para edificações; administrar a construção das moradias e outros; articular o suprimento dos serviços de energia elétrica, água e saneamento; rescindir os contratos de concessão de uso dos lotes e promover a substituição dos beneficiários quando necessário.

Quanto à seleção, exigia-se alguns critérios dos beneficiários: ser trabalhador rural volante com família numerosa, morador do município há mais de quatro anos, preferencialmente, não possuir imóveis e exercer atividade remunerada temporária. Juntamente com a Cohapar, a Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família – SECR, contribuiu para selecionar os assentados, coube à esta instituição a incorporação de uma infra-estrutura social e a organização comunitária. O atendimento à saúde e à criação de programas de saúde para os vileiros ficou sob a responsabilidade da Secretaria de Estado da Saúde – SESA.

A Secretaria de Estado da Educação – SEED ficou incumbida da educação formal de todos os assentados do programa. A Secretaria do Estado do Emprego e Relação do Trabalho – SERT se designou à promoção de geração de emprego, além de estudos sobre o mercado de trabalho (ASARI, MUNIZ & ROSA, 2002).

Todas as instituições que participaram da implantação do programa exerceram suas funções exclusivamente durante a gestão do governo Jaime Lerner. Com a mudança de governo verificou-se *in loco* que, das instituições envolvidas com o programa, somente a COHAPAR continua a exercer suas funções, até porque a emissão e recebimento das prestações (25 anos) são de sua responsabilidade.

Dessa forma, o mesmo governo que promoveu políticas públicas de estímulo ao desenvolvimento das Vilas Rurais, tornou-se um agente omissor, ao promover o afastamento das demais instituições estaduais, o que pode estar relacionado à política do atual governo, que vem priorizando outros programas.

3.1.3 Infra-estrutura das Vilas Rurais

Conforme o projeto elaborado pela equipe do governo, as Vilas Rurais deveriam ser localizadas próximas aos centros urbanos, para facilitar o deslocamento dos trabalhadores e o escoamento da produção. Dessa forma, as prefeituras não precisariam investir em infra-estrutura como escolas, postos de saúde, etc., para atenderem as novas comunidades. Partindo desse pressuposto, verifica-se que o governo não estava preocupado em melhorar ou construir uma infra-estrutura para os habitantes das Vilas, o que é inquietante, haja vista, que boa parte destas, estão localizadas em áreas distantes o que torna difícil o deslocamento.

O programa se constitui de pólos de trabalhos e de produção agrícola com infra-estrutura de habitação, energia elétrica e abastecimento de água. As Vilas Rurais possuem tamanhos variados assentando entre 15 a 80 famílias. Contudo, na elaboração do programa a intenção era atender em média 200 famílias por Vila Rural. Essa exigência estava prevista em documento do governo. Segundo informações,

o tamanho das vilas rurais será dimensionado para atender, em média, 200 famílias, variando de acordo com a disponibilidade e aproveitamento de áreas rurais, cujas edificações serão administradas pela Cohapar, preferencialmente pelo sistema de mutirão, dependendo do engajamento da prefeitura local (1995, p. 22).

De acordo com a mesma fonte, os lotes deveriam “possuir aproximadamente 2000 m² de área, individualizados com marcos de madeira e, quando possível, a separação entre lotes seria através de caminhos e canais de irrigação”. No entanto, o governo introduziu modificações que resultaram em aumento das dimensões dos lotes, fixados em 5000m² de área.

Assim, a alteração entre a proposta original e a operacionalização das Vilas causou, de um lado, o aumento significativo do módulo (lote), mas, por outro, os números de unidades/famílias assentados ficaram bem inferiores, ou seja, de 200 unidades previstas foram realizadas exclusivamente 39 unidades em média.

Em cada lote foi edificada uma habitação com aproximadamente 44 m², sem repartições, contando com uma cozinha conjugada à sala, privada de fossa seca externa, seguindo os critérios do programa que visava o baixo custo; apesar de constar no projeto original o valor de US\$ 216.000.000,00 (duzentos e dezesseis milhões de dólares norte-americanos) previsto para o programa. Considerando este valor, o nível das habitações é bastante precário. Além disso, no montante fora previsto também infra-estrutura, áreas rurais nos municípios e equipamentos comunitários para a implantação de 300 Vilas Rurais, e os valores estão distribuídos segundo o Quadro 3.

DISCRIMINAÇÃO	TOTAL
Implantação	34.500.000,00
Áreas Rurais	150.000.000,00
Habitação	27.294.000,00
Infra-estrutura	2.610.000,00
Equipamentos Comunitários	1.596.000,00
TOTAL	US\$ 216.000.000,00

QUADRO 3 – Investimentos previstos para implantação do programa em milhões de dólares.

Fonte: Governo do Paraná, 1995.

Para melhor detalhamento dos investimentos previstos para o programa, no Quadro 3 apresenta-se o investimento fixo para cada Vila Rural. Nele é possível verificar os valores discriminados por área rural, habitação, infra-estrutura, equipamentos comunitários e custo de implantação.

DISCRIMINAÇÃO	VALOR ¹
ÁREA RURAL Aquisição 1.500ha x 44ha=US\$ 66.000,00 Preparação do Terreno=US\$5.800,00 Proteção do Terreno (cerca)=US\$43.200,00	US\$ 115.000,00
HABITAÇÃO Material de construção (cesta básica) 1750 x 200=US\$350.000,00 Mão-de-obra (mutirão) 750 x 200=US\$150.000,00	US\$ 500.000,00
INFRA-ESTRUTURA Sistema Viário (Arruamento) 15.000 Km x 2Km= US\$30.000.00 Abastecimento d'água US\$46.000,00 para 200 casas Energia elétrica - US\$74,90 p/unidade x 200= US\$14.980,00	US\$ 90.980,00
EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS Centro Comunitário (Galpão com 200m ²) US\$6.700,00 Área de esporte e lazer - US\$ 2.000,00	US\$ 8.700,00
CUSTO DE IMPLANTAÇÃO Serviços topográficos Projetos de implantação Projetos de engenharia Diversos e eventuais	US\$ 5.320,00
TOTAL	US\$ 720.000,00

(¹) Valor médio de investimento com 200 unidades familiares e lote de 2.000m².

QUADRO 4 - Investimento por Vila Rural (em us\$)

Fonte: Governo, 1995.

Conforme Quadro 3, o projeto previa US\$ 216.000.000,00 para o custeio das Vilas, porém, fora financiado, a fins de investimentos, pelo projeto Paraná 12 meses, o valor de US\$ 187.479.615,37, resultando em R\$ 395.751.091,68. Deste total foi destinado US\$ 70.339.241,59¹⁴ para as construções de moradias, resultando em 15.609 habitações para as famílias assentadas. O restante foi assim distribuído: US\$ 78.876.468,13 aplicados em apoio aos agricultores familiares; US\$ 20.727.122,06 em adequação e estruturas rurais; US\$ 4.810.211,99 para treinamentos de beneficiários; US\$ 2.061.519,42 em treinamentos técnicos executores e US\$2.804.830,09 aplicados em estudos e pesquisas agropecuárias (SEAB, 2004).

As Vilas Rurais deveriam ainda contar com outras infra-estruturas e serviços de apoio como Sistema Viário, com extensão de 1500 a 2000 metros, dotadas de drenagem superficial e ensaibramento simples; horta-modelo e viveiro, com finalidade didática e capacitação na produção de hortaliças; já o viveiro se destinava

¹⁴ Esse valor é referente a dezembro de 1997 a setembro de 2004, data do término do acordo com o Banco Mundial.

a produzir mudas de árvores para o reflorestamento das matas ciliares; irrigação, fundamental para a produção de hortifrutigranjeiros; Energia Elétrica, atendimento através de programas de eletrificação rural; Água e esgoto, abastecimento de água através de rede coletiva com captação por poço artesiano e reservatório elevado; Assistência Médico-Dentário/Ensino/Transporte ficaria a cargo das prefeituras municipais. Na ausência desses convênios, o governo assumiria a responsabilidade (GOVERNO, 1995).

Ao que se pôde avaliar por meio das visitas efetivadas nas 28 Vilas Rurais implantadas na região, grande parte da infra-estrutura que se designava às Vilas, não foi atendida, especialmente com relação aos serviços de transportes. Verificou-se que a pavimentação para o escoamento do produto continua precária e o custo oneroso, em razão da baixa produtividade condicionada pelo tamanho da propriedade, falta de apoio técnico e demanda do produto que com raras exceções, são diferenciados.

Quanto ao transporte escolar, este é efetivado diariamente, não exclusivamente às vilas, mas, para as propriedades rurais, ambos dependem das condições atmosféricas, aos elevados índices pluviométricos. Ao que demanda postos de saúde, as pessoas são atendidas nos núcleos urbanos ou cidades mais próximas, raramente há assistência social nas vilas. Outra prioridade precária é o meio de comunicação, como o serviço de telefonia, pois de acordo com as entrevistas foi o mais solicitado pelos vileiros.

Os municípios que implantaram o programa assumiram o compromisso de acompanhar todos os passos, juntamente com as 12 instituições estaduais envolvidas durante as etapas da elaboração, operacionalização e desenvolvimento do programa. Porém, algumas das instituições não assumiram os compromissos que lhes foram atribuídos, especialmente após a mudança de governo.

3.2 A ESPACIALIZAÇÃO DAS VILAS RURAIS NO TERRITÓRIO PARANAENSE

As Vilas Rurais presentes na paisagem paranaense emergem como um novo agente na organização do espaço. Na foto 1 encontra-se uma amostra do arranjo paisagístico do novo padrão de habitação na organização do espaço rural regional, elemento de muitas discussões entre os estudiosos acerca da sua classificação, se rural ou urbana.



Foto 1 - Representação de um modelo de Vila Rural
Fonte: Revista Bem Morar, 1997.

Conforme a Lei 5.868, de 12 de dezembro de 1972, o Artigo 6º assim expressava: Para fins de incidência do ITR, a que se refere o Artigo 29 da Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966, considera-se imóvel rural aquele que se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal ou agroindustrial e que tiver área superior a 1 ha (CORRÊA, et al, 2001, p. 43).

O objetivo da referida Lei é evitar que se prolifere os minifúndios uma vez que são consideradas propriedades improdutivas, em razão de seu baixo rendimento econômico. No sentido desta Lei, as Vilas não podem ser consideradas propriedades rurais em razão de seus 5.000 metros de extensão (meio hectare).

Ao que se pôde observar pelas entrevistas e documentos, a concepção rural ou urbana depende de cada município onde estão fixadas as Vilas, algumas delas

possuem registros de Lei de Urbanização, portanto pagam o IPTU-Imposto Predial Territorial Urbano e são registradas como imóveis urbanos.

Em todo território paranaense somam-se 182 Vilas Rurais definidas como imóveis urbanos. Na microrregião em estudo metade das Vilas, num total de 14, são definidas como imóveis urbano. As outras 223 vilas do estado, incluindo o restante das da microrregião, pagam o ITR – Imposto Territorial Rural. Embora a diferença de custo do IPTU para o ITR seja em média cinco reais (R\$ 5,00) a mais por ano para cada proprietário, o tributo acaba sendo quase irrisório, mas isso se torna cômodo, pois as prefeituras se eximem da coleta de lixo e de outras infra-estruturas urbanas de sua competência. Neste sentido, verifica-se a falta de uma regulamentação, haja vista que a área destinada a cada vileiro tem a mesma categoria de propriedade.

Outra questão plausível se refere ao tamanho dos lotes de produção, que apresenta significado contraditório; por um lado, são considerados insuficientes para a produção e reprodução; por outro, tornam-se um grande problema, pois enquanto imóvel urbano, os encargos com IPTU poderão se elevar, até porque, trata-se de um projeto político e há muitas rivalidades e opiniões contrárias à sua implantação. Desse modo, os problemas de ausência de mão-de-obra no campo e migração para as periferias das cidades podem retornar.

Segundo Ponte (2002, p. 210), a presença da instituição de habitação urbana COHAPAR descaracteriza as Vilas Rurais como uma categoria rural.

Podemos questionar se o programa é uma Vila Rural ou uma Vila Urbana camuflada de alguns elementos rurais [...],
Outro elemento que coloca em cheque o caráter rural do Programa está relacionado às discussões, ainda sem definição, a respeito da forma de imposto, pois, como a Vila tem apenas ½ hectare, o INCRA não considera como terra rural, mas urbana.

Assim, nem mesmo a Constituição Federal define o que seja área rural ou urbana, fato que causa polêmica acerca das concepções teóricas. De acordo com Schneider (1994, apud CORRÊA et. al, 2001, p. 46):

O espaço rural não pode mais ser definido exclusivamente pela atividade agrícola tendo em vista a significativa redução de pessoas ocupadas na agricultura propiciada pela tecnificação do campo. Associa-se a isto o aumento do número de pessoas residentes no campo ocupadas com atividades não agrícolas e o aparecimento de uma camada relevante de pequenos agricultores que buscaram combinar a agricultura com outras fontes de rendimento, normalmente não vinculadas diretamente à produção agropecuária.

Com o progresso tecnológico no campo, surgiram novas categorias de atividades e relações de produção ocasionando o crescimento expressivo das cidades. Esse crescimento se estendeu para as áreas rurais, provocando uma nova dinâmica no meio rural, por atividades agrícolas e não agrícolas, o que Graziano da Silva denomina de 'Novo Rural'. Neste sentido, as transformações nas áreas rurais não podem ser dissociadas do urbano. Em meio às mudanças de significados do rural, dissemina por todo território paranaense as Vilas Rurais, firmando-se como um novo agente no cenário agrário.

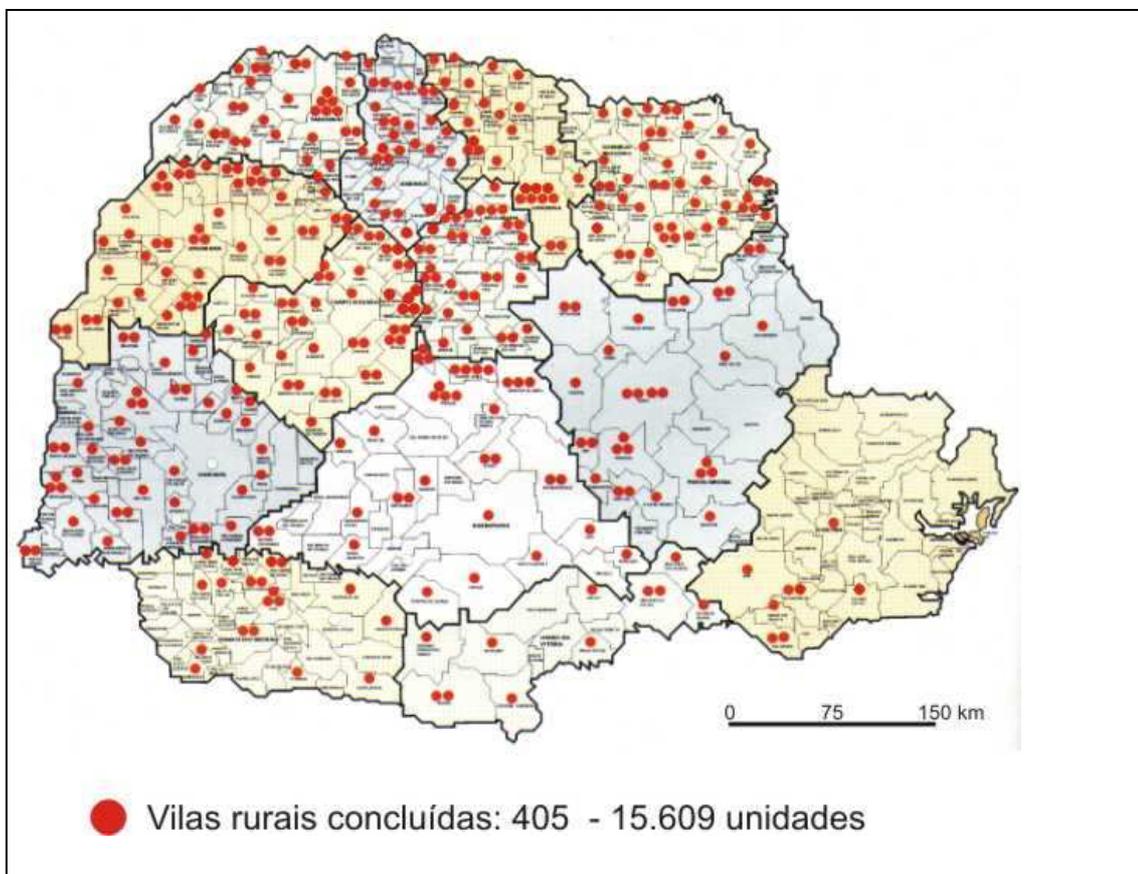


FIGURA 9 – Espacialização das Vilas Rurais no território paranaense
Fonte: Revista Bem Morar, 2003. Organização: Andrade, A. A. V. de.

Com o intuito de visualizar a espacialização das Vilas Rurais no estado do Paraná, apresenta-se uma figura de representação cartográfica. Nela é possível verificar a distribuição geográfica por regiões, segundo a divisão realizada pela COHAPAR (Figura 9).

Conforme a mesma Figura, o território paranaense encontra-se ocupado com 405 Vilas Rurais, contemplando 15.609 famílias, em uma área de 126.277.710.87m², especialmente nas regiões em que o processo tecnológico na agricultura foi mais intenso. O município de Apucarana, localizado na região Norte Paranaense, foi o primeiro a ser contemplado com o programa, recebendo a primeira Vila Rural, denominada de 'Nova Ucrânia'. Esta foi implantada no estado em 26 de maio de 1995, fixando 65 famílias e abrigando aproximadamente 350 pessoas.

Divisão Regional COHAPAR	Escritório Regional da COHAPAR	NºDe Vilas Rurais	Unidades
Regional de Francisco Beltrão -	ERFB	19	673
Regional de Guarapuava -	ERGP	34	1103
Regional de Ponta Grossa-	ERPG	31	1073
Regional de Campo Mourão-	ERCM	44	1624
Regional de União da Vitória-	ERUV	11	331
Regional de Apucarana-	ERAP	35	1360
Regional de Cascavel-	ERCA	46	1366
Regional de Maringá-	ERMA	27	1474
Regional de Cornélio Procópio-	ERCP	44	1721
Regional de Paranavaí-	ERPV	32	1540
Regional de Umuarama-	ERUM	49	2.052
Regional de Londrina-	ERLD	25	1114
Regional de Curitiba-	ERCT	08	178
TOTAL		405	15.609

QUADRO 5 - Distribuição das Vilas Rurais por região

Fonte: IBGE – Organização: Andrade, A. A. V. de. 2004.

No referido quadro observa-se que conforme a distribuição regional da Cohapar, a região de Campo Mourão ocupa o 2º lugar em termos de distribuição espacial das Vilas, com um total de 44, empatando com a região de Cornélio Procópio, perdendo para as regiões de Umuarama e de Cascavel, embora nesta última estava previsto a construção de apenas 10 Vilas, conforme discussão anterior (Tabela 10).

Assim sendo, a instalação das Vilas Rurais tornou-se uma constante no cenário regional, introduzindo novos atores sociais, que contribuem para dinamizar a região.

Na seqüência, os capítulos 4, 5 e 6 abordam a dinâmica das Vilas Rurais da microrregião geográfica de Campo Mourão, bem como a distribuição sócio-espacial e econômica e análise de suas particularidades.

4. SITUAÇÃO DOS VILEIROS ANTES DA FIXAÇÃO NAS VILAS RURAIS DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CAMPO MOURÃO

Neste capítulo será caracterizado o perfil dos beneficiários, antes de se fixarem nas Vilas Rurais. Cabe lembrar que as informações coletadas e analisadas restringem-se exclusivamente na apresentação dos dados empíricos colhidos *in loco*.

Faz-se necessário destacar que o universo da pesquisa apreende uma quantidade expressiva de Vilas, disseminadas por toda a microrregião geográfica de Campo Mourão (Figura 10) totalizando 28 em uma área de 7.724.210.86m², atendendo 1067 famílias.

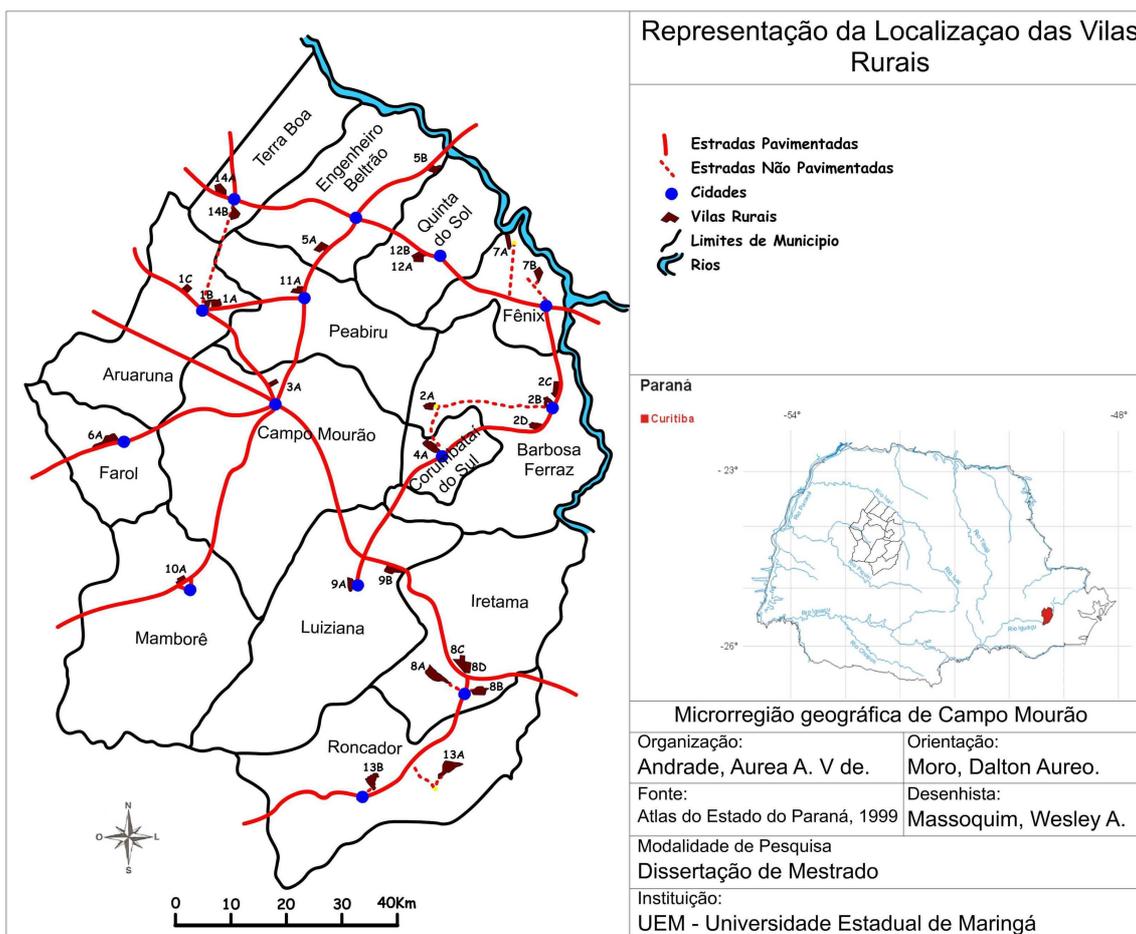


FIGURA 10 – Representação da Localização das Vilas Rurais da microrregião geográfica de Campo Mourão

Partiu-se do princípio que, estudar os aspectos sócio-econômicos desses atores sociais é relevante, tendo em vista servir de parâmetro para averiguar, pelo conjunto dessas informações, se os beneficiários preenchem os critérios propostos nos objetivos do programa, e qual o grau de exclusão dos mesmos.

Dessa forma, é preciso reconhecer que as variáveis: origem dos vileiros, profissão/ocupação, condição de moradia, situação da residência, renda *per capita*, bens duráveis e participação política são indicadores importantes para caracterizar o grau de exclusão social. É sabido que há outros indicadores, mas para esse estudo, selecionou-se os mais relevantes.

Com vistas a atingir esse propósito, a análise torna-se importante uma vez que essa população é 'vítima' e 'beneficiária' do Estado. Como já citado, o projeto estatal condensa significados contraditórios; se, por um lado, beneficia os deserdados historicamente do sistema produtivo; por outro, busca assegurar mão-de-obra no campo.

4.1 ORIGEM DOS BENEFICIÁRIOS

As transformações recentes no cenário agrário paranaense foram amplamente condicionadas pela articulação do Estado e Capital. O novo modelo de produção e de reprodução ampliada, e a acumulação do capital se intensificou com o avanço tecnológico, resultando em profundas implicações sócio-espaciais como: a (re) estruturação fundiária, através da concentração de terra, a espoliação de milhares de trabalhadores rurais agravando o êxodo rural, acelerando a urbanização e ativando a colonização da fronteira agrícola norte/ocidental. Como visto no capítulo dois, esse processo se intensificou a partir da década de 1970.

Desse modo, o Estado revela-se um agente dinâmico no processo da ampliação e consolidação do capitalismo no campo. No entanto, não se revelou dinâmico para criar políticas públicas voltadas para atender os ‘deserdados’ desse percalço. Somente após três décadas é que o governo estadual inicia a criação de políticas para assegurar mão-de-obra no campo, através das Vilas Rurais. Discorrendo sobre tais acontecimentos, Santos (2002, p. 78), garante que estes “atores sociais não foram consultados se queriam ou não sair do campo [...]. Agora, não parece ser por opção que os trabalhadores rurais volantes estão saindo da cidade e retornando ao campo”.

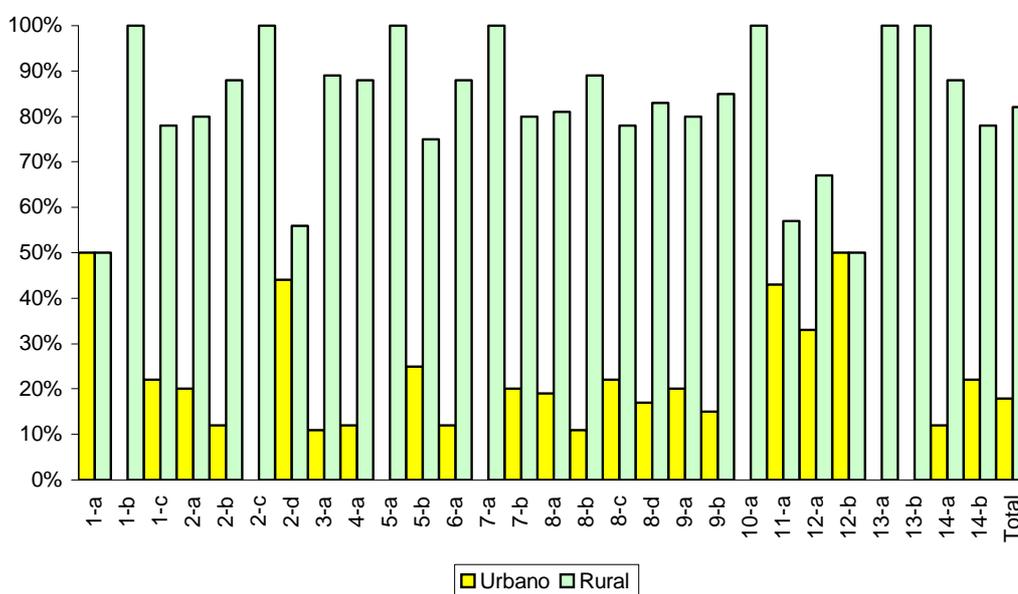


GRÁFICO 5 - Comparativo da origem dos vileiros da microrregião geográfica de Campo Mourão
 Fonte: Pesquisa de Campo, 2004.

De acordo com a pesquisa de campo realizada nas Vilas Rurais da microrregião, os chefes das residências, em sua maioria, são procedentes do meio rural. Conforme se observou no Gráfico 5, 82% dos entrevistados são originários da zona rural e somente 18% da zona urbana. Configura-se assim, o perfil da origem desses vileiros na região. Nesta perspectiva, as Vilas não se desvincularam dos objetivos e da

metodologia do programa, que considerava como prioridade o atendimento aos trabalhadores rurais, conforme já citado no capítulo três.

Para que se possa verificar a espacialidade dos vileiros, é importante mencionar à análise da representação da Figura 11, que apresenta as Vilas e as respectivas percentagens dos originários do campo. Dentre as que apreendem o maior índice de vileiros oriundos do campo, merece destaque as Vilas 1b do município de Araruna; 2c de Barbosa Ferraz; 5a de Engenheiro Beltrão; 7a de Fênix; 10a de Mamborê e 13a, 13b de Roncador. Elas apresentam um percentual de 100% do total dos chefes das habitações pesquisadas (Gráfico 5).

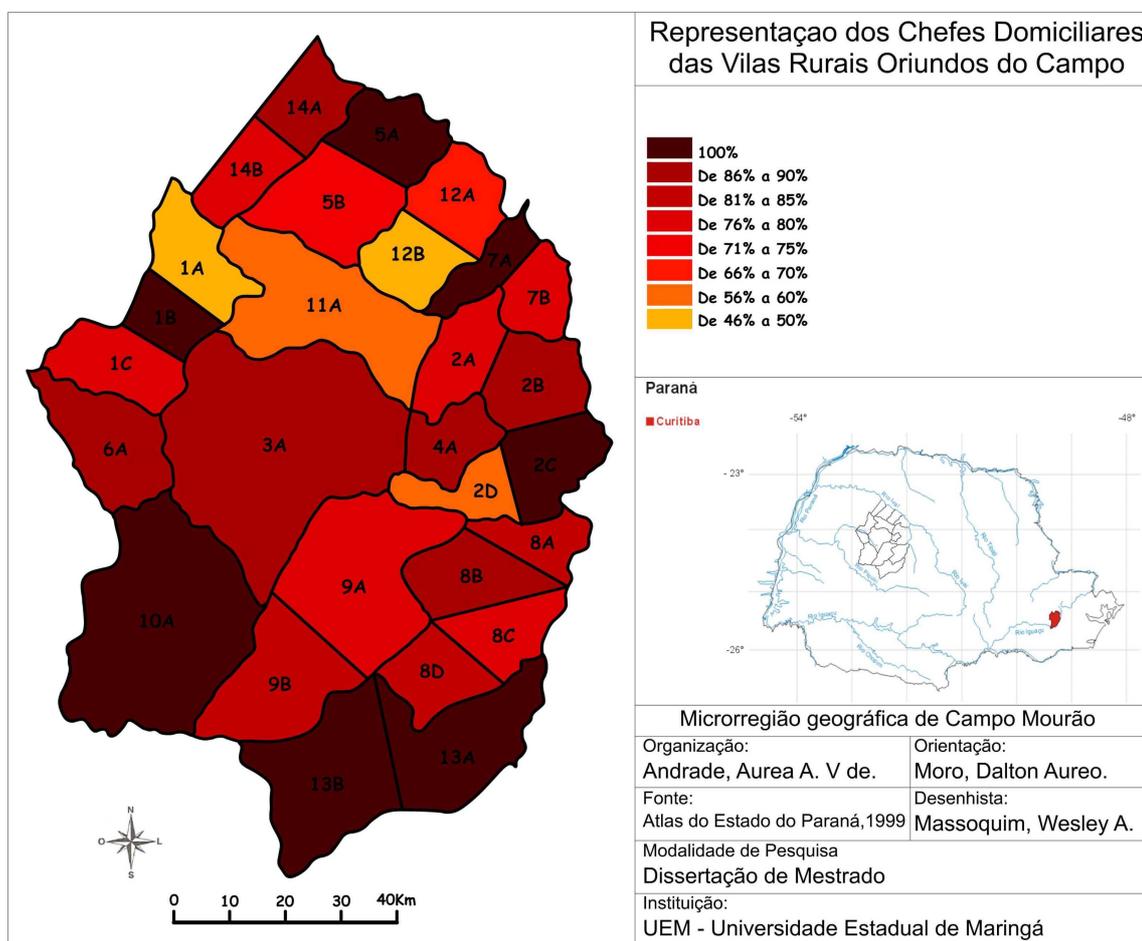


FIGURA 11 – Representação dos chefes domiciliares das Vilas Rurais oriundas do campo
Fonte: Pesquisa de Campo, 2004.

A tendência se confirma em razão dos antecedentes históricos demográficos da região, uma vez que, nas décadas de 1970/80, a população era predominantemente rural. Embora a microrregião apresente uma taxa de evasão rural significativa, parte dessa população se fixou nas Vilas, especialmente nas referidas acima. Diante desse fato, há que se destacar o lado positivo do programa frente às mudanças do comportamento demográfico resultante do processo produtivo.

Não obstante, verifica-se que as Vilas 1a de Araruna e 12b de Engenheiro Beltrão possuem aproximadamente 50% de trabalhadores oriundos da zona urbana. A primeira justifica-se em razão da proximidade da Vila ao núcleo urbano de Araruna; outro fato é que este município possui um baixo índice de trabalhadores rurais em relação aos demais municípios da região, mesmo assim, conseguiu beneficiar-se com três Vilas. Já a Vila 12b de Engenheiro Beltrão é constituída por funcionários da agroindústria Sabaráalcool, ou seja, dentre os beneficiários que habitam esta Vila, a maior parte saiu dos centros urbanos para trabalhar na empresa. Assim, nota-se que um dos objetivos do projeto original do programa, que visava atender as agroindústrias, se confirma.

Cumprido ressaltar que o programa se mostra como um instrumento de negociações políticas, apresentando pouca preocupação com o trabalhador rural volante, em benefício ao trabalhador vinculado à agroindústria. Por isso, é necessário encontrar soluções adequadas, inerentes à realidade do trabalhador rural temporário, visto que uma parcela considerável está desassistida de políticas sociais.

4.2 OCUPAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS ANTES AO INGRESSO NA VILA

Neste estudo buscou-se ainda averiguar o perfil ocupacional dos vileiros antes do acesso às Vilas Rurais. De acordo com os dados amostrados, que podem ser observados na Tabela 12, que se refere à estrutura ocupacional. Vê-se, por meio dela, que o percentual de trabalhador rural temporário é responsável por mais de 36% da ocupação em quase todas as Vilas pesquisadas. Com exceção das Vilas 7a do município de Fênix, 8d de Iretama e a 12b do município de Quinta do Sol que possuem uma estrutura ocupacional nitidamente com ex-trabalhador rural fixo.

Outra modalidade de ocupação que se destacou dentre os beneficiários foi a do arrendatário, com um percentual de 21%, número significativo se comparado com o percentual de trabalhador rural fixo, parceiro e trabalhador urbano com índice respectivo de 11%; por outro lado, a ocupação de proprietário apresentou uma percentagem relativamente baixa, de apenas 6%. Desses, muitos ocupavam propriedades familiares, donos exclusivo quando da partilha por herança.

TABELA 12
Ocupação dos vileiros antes da fixação nas Vilas Rurais

DISTRIBUIÇÃO DOS VILEIROS (%)							
Cód. Das Vilas Rurais	OCUPAÇÃO						
	Rural Temp.	Rural Fixo	Proprietário	Arrendatário	Parceiro	Urbano	Nenhum
1-a	33	0	0	17	0	50	0
1-b	33	0	0	33	0	33	0
1-c	11	22	0	11	33	22	0
2-a	60	0	0	20	0	20	0
2-b	13	0	0	38	50	0	0
2-c	20	0	0	60	20	0	0
2-d	22	0	0	56	0	22	0
3-a	56	11	22	0	0	11	0
4-a	38	0	25	13	13	13	0
5-a	55	9	0	9	9	9	9
5-b	38	13	0	13	38	0	0
6-a	50	13	13	25	0	0	0
7-a	0	40	20	40	0	0	0
7-b	60	0	0	20	0	20	0
8-a	50	6	13	6	6	6	13
8-b	67	11	11	0	0	0	11
8-c	11	11	11	11	33	22	0
8-d	0	33	33	0	0	17	17
9-a	40	20	0	40	0	0	0
9-b	15	15	0	31	8	15	15
10-a	60	40	0	0	0	0	0
11-a	14	29	0	14	0	29	14
12-a	50	17	0	17	0	17	0
12-b	0	33	0	0	33	33	0
13-a	57	0	14	29	0	0	0
13-b	67	0	0	33	0	0	0
14-a	44	6	0	31	13	0	6
14-b	33	0	11	44	11	0	0
Total	36	11	6	21	11	11	4

Fonte: Pesquisa de Campo, 2004.

Ainda, conforme a referida Tabela, a ocupação de parceiro, em algumas Vilas, apresenta índices elevados. Quando se compara com os dados contidos na Tabela 8, referentes ao capítulo dois, observa-se que os municípios que obtinham maior número de parceiros correspondem com as Vilas Rurais que congregam os municípios referenciados em páginas anteriores. Em outros termos, constatou-se

que os dados obtidos na ocupação de parceiro entre as Vilas e os municípios estão intimamente relacionados.

Segundo IPARDES (2000, p. 96) a região em estudo também “apresenta um sistema de exploração da terra com pequenos parceiros e arrendatários, no café e no algodão”. Quanto a espacialidade geográfica das referidas culturas, notou-se que a aptidão agrícola é nítida nas Vilas, ficando a exploração da cultura do café mais para o norte da microrregião, enquanto que a cotonicultura era explorada mais ao sul. Contudo, é sabido que o esvaziamento desses municípios se acentuou com as oscilações da produção da cafeicultura, bem como a crise da cotonicultura. Porém, verifica-se que uma pequena parcela das categorias de produtores conseguiram se beneficiar com o programa.

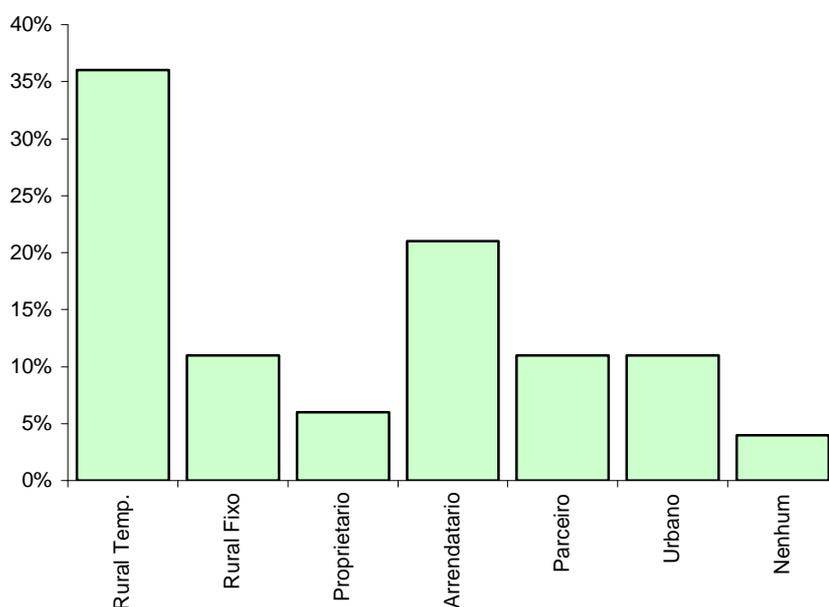


GRÁFICO 6 – Ocupação dos vileiros anterior à Vila Rural
Fonte: Pesquisa de Campo, 2004.

Visando avivar a representatividade da categoria analisada, merece destaque o Gráfico 6, de cunho ilustrativo, em que se enfatiza o trabalhador temporário e, ao

mesmo tempo, chama-se a atenção do leitor para o número ínfimo de proprietários de terra entre os beneficiários. É especialmente neste sentido que o programa, embora não suprimindo todas as necessidades do contemplado, é de fundamental importância para a maior parte dos vileiros.

4.3 RENDA MENSAL FAMILIAR E PER CAPITA MENSAL DOS BENEFICIÁRIOS ANTES DA FIXAÇÃO NA VILA

Outra variável necessária para se verificar a condição sócio-econômica do beneficiário, antes do seu ingresso à vila é a renda *per capita*. Conforme o IPARDES “a distribuição das pessoas classificadas de acordo com a renda familiar per capita resulta da divisão do rendimento familiar pelo número de pessoas da família”. Esta permite que se aproxime da incidência de pobreza e miséria, em outras palavras, a análise dessa variável é um componente relevante na configuração do grau de exclusão social, mas não determinante.

Entende-se como exclusão social à vulnerabilidade, quando parcela da sociedade está sujeita a não ter oportunidades de acesso e participação política, escolaridade, saúde, habitação, emprego, dentre outras. Desse modo, a exclusão social somente pode ser caracterizada a partir de um conceito que considere as múltiplas facetas das situações que levam indivíduos, famílias e grupos sociais à insegurança de suas condições de existência (GUIMARÃES, 2002).

A Figura 12 representa espacialmente a renda *per capita* dos vileiros antes do ingresso na Vila. Nela pode-se observar uma renda relativamente baixa, com média de 62,13 (sessenta e dois reais e treze centavos), o que equivale a aproximadamente 26% do salário mínimo. Fato inevitável, em razão de se tratar da população rural. Estudos sobre pobreza e fome no Brasil denunciam que “a frequência de pobreza é sistematicamente maior no meio rural do que no meio urbano” (MONTEIRO, 2004, p. 85).

De acordo com a mesma Figura, as Vilas apresentam uma variação de renda bem acentuada entre si, concentrado as médias mais elevadas nas Vilas 2a de Barbosa Ferraz e 10a de Mamborê. Diante dessas informações constatou-se a contradição, ou seja, essas duas Vilas têm apresentado índice expressivo de ocupação de trabalhador rural temporário (Tabela 12).

Com relação à renda mensal familiar observou-se, segundo a representatividade do Gráfico 7, que a maior percentagem dos beneficiários 67%, recebiam em média entre 100,00 e 300,00. Desses, 19% recebiam uma renda inferior a 100,00 reais e 12% recebiam renda média acima de 300,00, restando apenas 2% dos beneficiários com renda superior a 500,00 reais.

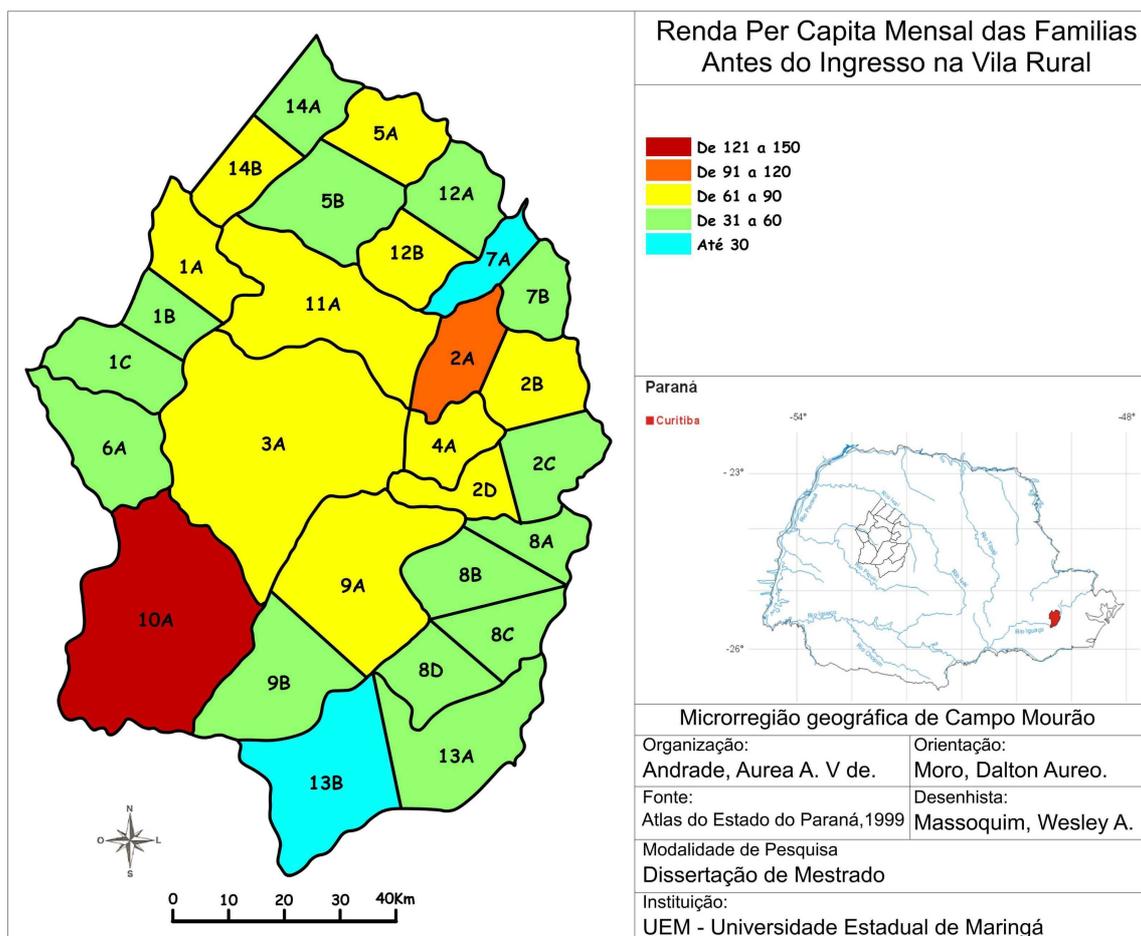


FIGURA 12 - Renda per capita mensal das famílias antes do ingresso na Vila Rural

Fonte: Pesquisa de Campo, 2004.

Estudo semelhante realizado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES¹⁵ pressupõe que se valendo dessa questão, “será possível avaliar em que medida a ‘Atividade Vilas Rurais’ tem proporcionado alívio à pobreza, elevação da renda familiar e melhoria na qualidade de vida dos beneficiários” (2000, p. 4), particularidade que será discutida no próximo capítulo.

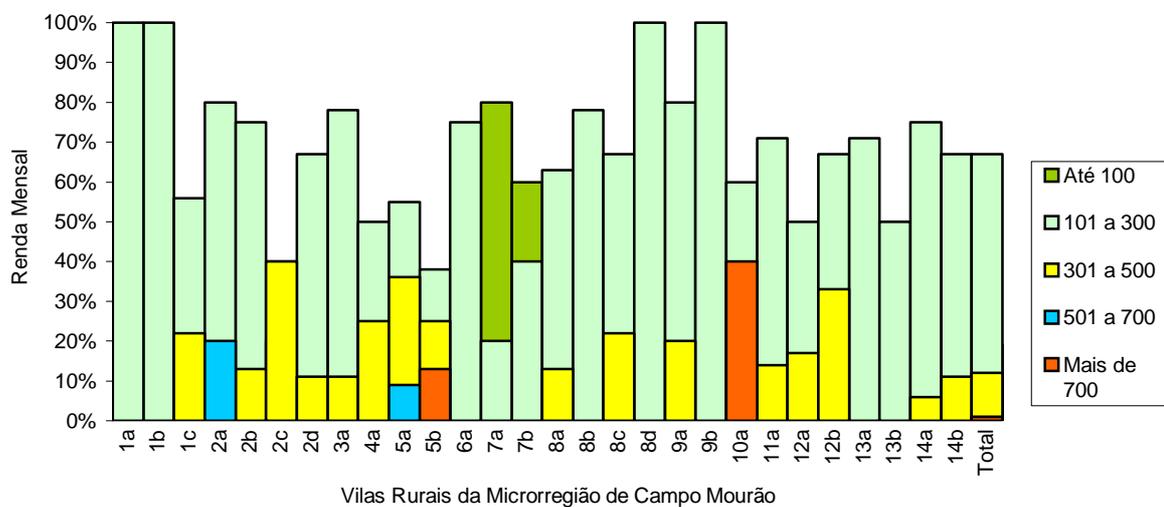


GRÁFICO 7 – Renda mensal familiar dos beneficiários, antes do ingresso na Vila Rural
 Fonte: Pesquisa de Campo, 2004.

4.4 CONDIÇÃO E SITUAÇÃO DE MORADIA DOS BENEFICIÁRIOS ANTES DO INGRESSO NA VILA RURAL

Para uma identificação mais detalhada das circunstâncias em que viviam os beneficiários, buscou-se, do mesmo modo, conferir a condição de moradia: se em casa própria, cedida ou alugada. Conforme coleta dos dados apurou-se que 11 % moravam em casa própria, 11% em casa cedida e, 78% em casa alugada. As

¹⁵ Ver Avaliação da atividade Vilas Rurais – Síntese Estadual e Macrorregional, Curitiba, 2000.

situações dessas moradias, segundo as entrevistas eram: 68% boas, para 20 % péssimas e 12 % regular.

Conforme verificou-se os beneficiários que moravam em casa cedida ou de favor, juntamente com os que pagavam aluguel somam 89%. Estes pertenciam à massa de 'cidadãos', lesados de direitos sociais.

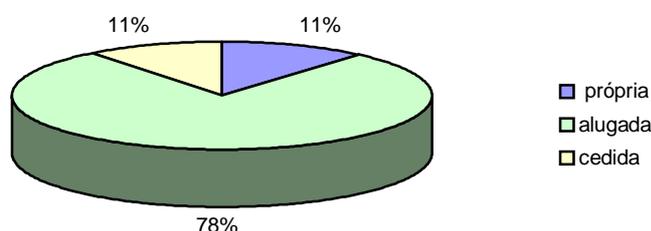


GRÁFICO 8 – Condição de moradia do beneficiário ante ao ingresso na Vila Rural
Fonte: Pesquisa de Campo, 2004.

Outra variável analisada pode ser examinada no Gráfico 9, nele apresenta-se a média de cômodos existentes nas residências ocupadas pelos beneficiários. Utilizando-se da média entre 2 a 7 cômodos tem-se a seguinte representatividade: 15% residiam em casas com até 2 cômodos; 33% em casas de 3 a 4 cômodos; 48% em casas de 5 a 6 cômodos, restando um percentual de 4% para os residentes em casas com até 7 cômodos, ou mais.

O que se pôde verificar é que, embora as condições das moradias encontram-se incluídas em somente 11% de proprietários, enquanto dimensão da habitação, ficam num patamar bastante satisfatório, isto é, de 5 a 6 cômodos, embora essa variável nada tenha à dizer quanto a situação dessa moradia.

Com relação à participação política e social verificou-se que, dos 219 beneficiários entrevistados, somente 17 participavam ativamente de partidos políticos e associações de moradores. A variável referenciada e analisada encerra a parte da pesquisa pertinente aos designados beneficiários, em condições anteriores ao ingresso na Vila Rural.

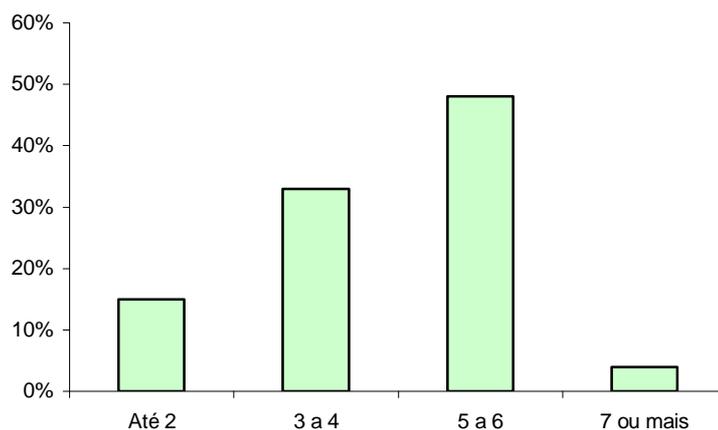


GRÁFICO 9 – Média de cômodos das moradias dos beneficiários ante ao ingresso na Vila Rural
Fonte: Pesquisa de Campo, 2004.

No capítulo a seguir tratar-se-á do beneficiário, agora na categoria de vileiro, buscando-se analisar as variáveis de modo comparativo para que se possa estabelecer um parâmetro das condições sócio-econômica e estrutural, do ponto de vista da condição do antes e do depois da afiliação no Programa Vilas Rurais.

5. ANÁLISE SÓCIO-ESPACIAL DAS VILAS RURAIS DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CAMPO MOURÃO

Neste capítulo estão contidas as análises referentes aos aspectos sócio-espaciais dos vileiros assentados nas Vilas Rurais, presentes na paisagem da microrregião geográfica de Campo Mourão. Adotou-se a denominação de 'vileiros' para designar os trabalhadores que habitam essas Vilas, tendo em vista a heterogeneidade de funções, urbanas e rurais, ou seja, em razão da existência de parcelas de trabalhadores rurais e urbanos, bem como para identificá-los como uma categoria emergente.

Partiu-se do pressuposto de que os problemas sócio-econômicos desses atores estão condicionados por diferentes fatores, tais como: a falta de apoio e incentivo à produção, especialmente assistência técnica especializada e acesso a financiamentos; infra-estrutura concernente à saúde, transporte, educação, pavimentação e saneamento básico, dentre outros. Esse entendimento só foi possível porque analisou-se o beneficiário na categoria de vileiro, não só no que tange a renda, mas também a condição de produção e reprodução nos espaços ocupados.

Assim, pôde-se verificar em que medida a política do programa oficial do governo estadual tem abrandado a situação de miséria dessas pessoas.

5.1 A ESTRUTURA INTERNA DAS VILAS RURAIS DA MICRORREGIÃO DE CAMPO MOURÃO

Neste item caracterizou-se a estrutura interna das Vilas, examinando o desenvolvimento do seu conjunto e suas particularidades, bem como o perfil sócio-econômico dos vileiros, já que se pretendia identificar a situação de pobreza e o grau de exclusão. Isto só se tornou possível analisando a participação dos vileiros

em ações coletivas que permitiam recuperar a dignidade por meio do acesso à moradia, serviços sociais, culturais e educacionais.

Dentre as Vilas Rurais que integram o espaço geográfico pesquisado, há àquelas que se destacam por apresentar melhor estrutura. Em outros termos, a pesquisa possibilitou a edificação de um índice sintético do nível de estrutura. Isto ficou comprovado em razão dos recursos oferecidos, indispensáveis para atender as necessidades básicas dos habitantes, como: energia elétrica, telefone público, transporte escolar e coletivo, iluminação pública, sistema de irrigação, escola, água encanada/tratada, salão social e posto de saúde.

Em razão da variedade desses recursos, bem como a heterogeneidade deles, houve a necessidade de se criar um meio para pontuar cada um. Partiu-se do princípio de que os pontos seriam a melhor forma de interpretação e deveriam ser, em grau de importância, ao atendimento das necessidades básicas. Assim, adotou-se como parâmetro 10 pontos para as Vilas que contemplavam os seguintes recursos: energia elétrica, telefone público, transporte escolar, iluminação pública, água encanada/tratada. Quanto ao sistema de irrigação, posto de saúde, escola, transporte coletivo e salão social, determinou-se 5 pontos. A designação deste último pode ser explicada por diversos fatores. Com relação ao posto de saúde verificou-se que somente uma Vila o possuía, do mesmo modo ocorreu com as escolas, apenas a Vila 2c fora contemplada.

Como se pôde observar na Figura 10, a maior parte encontra-se próxima aos núcleos urbanos. Ao que parece, isto ocorre no intuito de minimizar gastos com infra-estrutura. Conforme declaração do ex-governo Jaime Lerner (Tribuna do Norte, 26 maio de 1995):

As Vilas estarão sempre localizadas próximas a distritos rurais, aproveitando uma determinada infra-estrutura já existente, como escola, posto de saúde, comércio, para não sobrecarregar as prefeituras com a construção de novos equipamentos.

As Vilas mais distantes dependem da locomoção para desfrutar dos recursos da cidade. Contudo, averiguou-se que em alguns casos a população utiliza-se dos transportes escolares para seu deslocamento.

Em algumas Vilas, em especial na 2d localizada no município de Barbosa Ferraz, as pessoas encontram-se com dificuldades para se deslocarem. São proibidas de utilizarem o ônibus escolar e o mais preocupante é que a administração pública não disponibiliza outro meio, ou seja, não há linha de ônibus coletivo e mesmo que houvesse as condições financeiras desses vileiros é muito precária e torna-se mais crítica pela inexistência de meios de comunicação. Dentre as Vilas pesquisadas esta é uma das que apresenta maior isolamento e descaso público.

De acordo com a pesquisa realizada por Santos (2002, p 94) nas Vilas Rurais do Noroeste paranaense, a situação é semelhante. A autora assegura que o programa “acaba contribuindo para o aumento da exclusão dos vileiros, pois apenas 16,38 % dos moradores entrevistados possui veículo próprio, 10,73% utiliza-se de ônibus, principalmente nos casos das Vilas mais distantes”.

Para esclarecer essa questão, na Figura 13 apresenta-se a percentagem da diversidade dos recursos disponíveis nas Vilas. Conferiu-se que as Vilas 3a do município de Campo Mourão; 5a de Engenheiro Beltrão, e 8a e 8c do município de Iretama apresentam 100% dos recursos necessários ao atendimento básico dos vileiros. Em contrapartida, observou-se que as Vilas 1b de Araruna; 7a de Fênix e 13b de Roncador, oferecem apenas 45% dos recursos necessários ao desenvolvimento econômico e social desses vileiros.

A organização e mobilização dos vileiros, por meio de associação comunitária forte e participativa, parecem ser o caminho mais viável para o rompimento dessa condição de isolamento e descaso do poder público municipal e estadual.

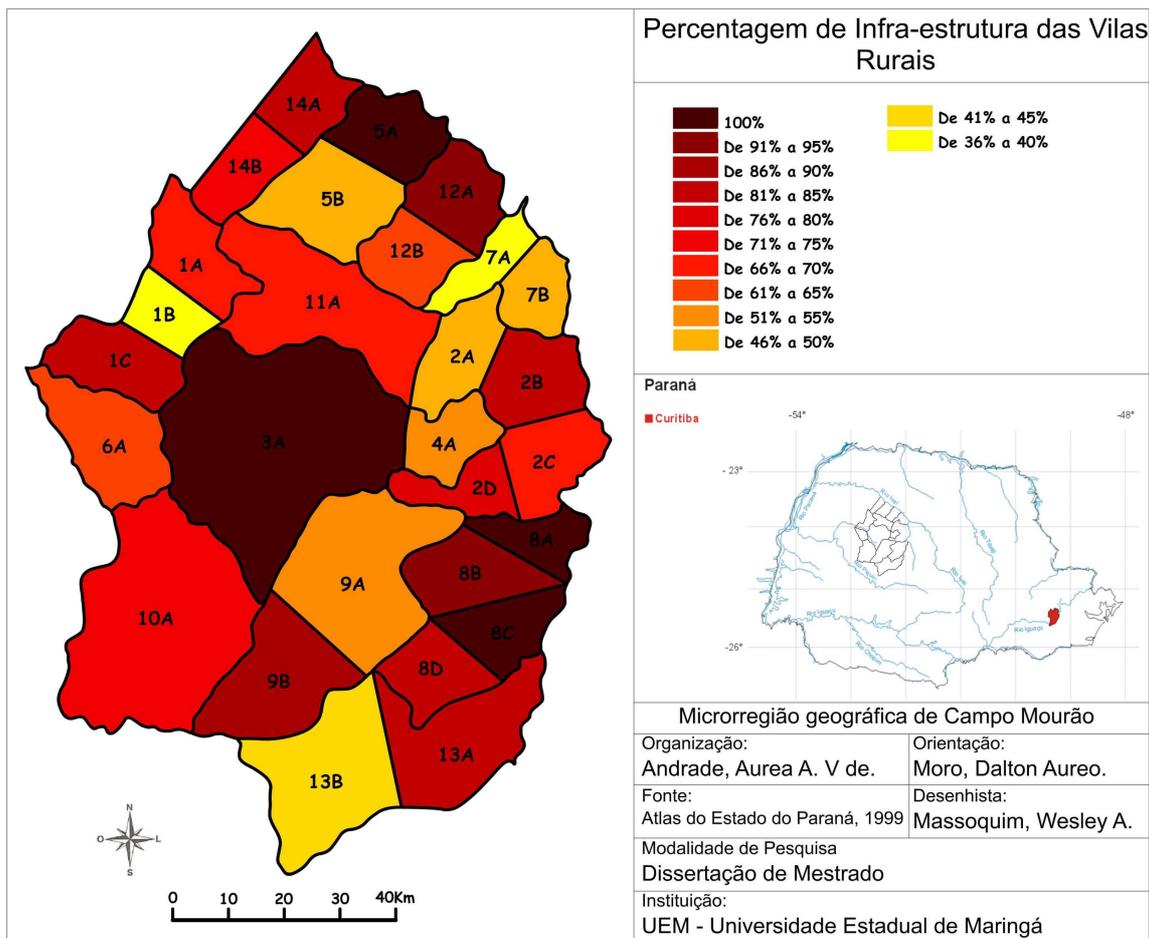


FIGURA 13- Percentagem de infra-estrutura das Vilas Rurais da microrregião geográfica de Campo Mourão
Fonte: Pesquisa de Campo, 2004.

Quanto ao número de vileiros residentes nas Vilas da região, a Figura 14 representa a média de pessoas por família. Verifica-se que as Vilas que se localizam na porção sudeste da microrregião são constituídas de famílias numerosas, com predominância de 5 pessoas; do mesmo modo, pode-se conferir a Vila Rural 1b de Araruna. Das Vilas pesquisadas, dezessete possui média de 4 pessoas por família, e somente três contam com uma média de 3 pessoas.

De acordo com os dados do IBGE (contagem de 1996), a média registrada no meio rural paranaense é de 3,96 pessoas por família e constatou-se que 46% das Vilas investigadas possuem essa média. Para o conjunto das 28 Vilas, registrou-se a média de 4.17 pessoas por família, ficando acima da média rural paranaense.

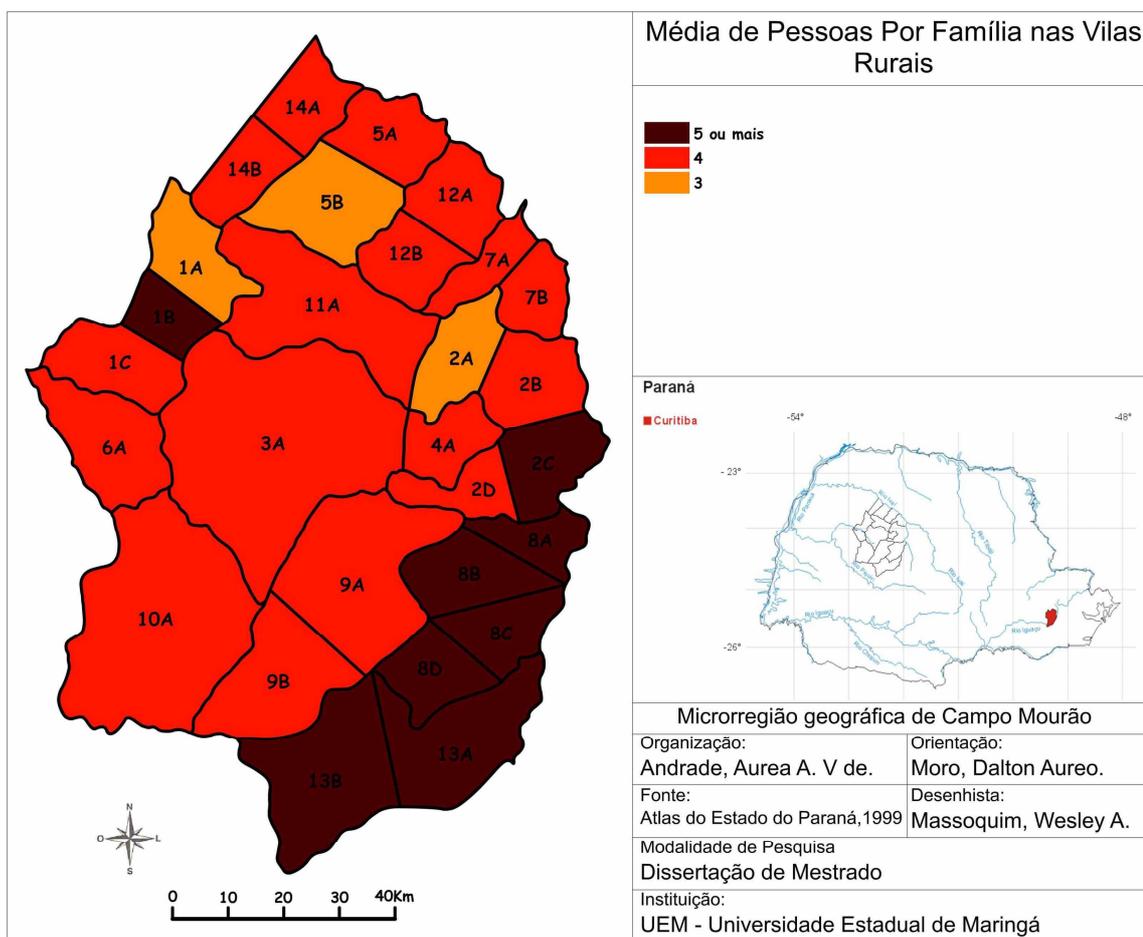


FIGURA 14 – Média de pessoas por família nas Vilas Rurais da microrregião geográfica de Campo Mourão
Fonte: Pesquisa de Campo, 2004.

Quanto a faixa etária da população das Vilas detectou-se que na distribuição familiar os números indicam maior concentração populacional na faixa etária de 41 a 50 anos, conforme se observa na Tabela 13. Quanto ao número de filhos a maior concentração esta na faixa de 10 a 17 anos.

Outro fato que despertou a atenção foi o índice baixo de viliões acima de 51 anos. De acordo com os dados amostrados, a mesma Tabela apresenta apenas 65 viliões com mais de 51 anos do total das famílias pesquisadas. A ocorrência se deve, em parte, aos padrões de exigência para a seleção dos beneficiários, pois segundo alguns critérios, as famílias deveriam ser numerosas e com pessoas entre 21 a 55 anos de idade.

TABELA - 13
Faixa etária das famílias vileiras.

Vilas Rurais	DISTRIBUIÇÃO DOS VILEIROS						
	FAIXA ETÁRIA (EM ANOS)						
	Menos de 10	10 a 17	18 a 24	25 a 30	31 a 40	41 a 50	51 acima
1-a	3	2	1	0	6	4	2
1-b	2	1	2	2	2	2	3
1-c	7	3	11	3	4	10	2
2-a	2	5	1	1	5	3	-
2-b	4	9	3	3	3	9	1
2-c	3	4	4	2	1	5	2
2-d	2	4	5	1	6	10	3
3-a	5	8	5	2	8	7	2
4-a	2	9	3	2	5	8	2
5-a	7	10	3	4	11	9	2
5-b	1	4	5	1	4	8	4
6-a	6	4	4	2	4	7	2
7-a	5	2	2	4	4	2	-
7-b	5	5	2	1	2	3	-
8-a	11	12	10	11	5	18	6
8-b	16	8	5	2	3	13	-
8-c	6	6	7	7	6	8	-
8-d	6	7	4	2	4	6	-
9-a	1	4	4	1	0	6	4
9-b	18	9	5	3	3	14	3
10-a	2	5	4	1	4	4	3
11-a	8	5	1	1	2	5	3
12-a	4	5	2	0	6	4	-
12-b	5	3	2	1	3	7	1
13-a	6	5	3	2	6	7	4
13-b	0	2	4	4	2	11	2
14-a	5	6	16	4	10	18	10
14-b	5	7	11	6	7	9	4
Total	147	154	129	73	126	217	65

Fonte: Pesquisa de Campo, 2004 – Organização Andrade, A. A. V. de.

A COHAPAR, instituição responsável pelas habitações assegurou que nada a impedia de atender pessoas acima de 55 anos ou mais. Contudo, compreendia que isso implicava, na ocasião, em pagar um financiamento de custo mais elevado. Nas condições de miséria em que grande parte dessa população vivia, um financiamento mais caro, já é um fator de exclusão. Neste sentido, verifica-se que esta é uma das razões dos chefes de famílias possuírem entre 30 a 50 anos de idade.

Há que se ressaltar que essas famílias estão contribuindo para dinamizar o cenário rural regional. Outro ponto que se deve destacar é a sua procedência que contribui para firmar a identidade de cada Vila.

Na medida em que se analisou o conjunto das Vilas verificou-se ainda que 69,8 originam-se das microrregiões paranaenses. Dentre os entrevistados 14,1% são procedentes do estado de Minas Gerais; 6,1% de São Paulo; 9,9% dos demais estados da federação (Gráfico 10). O que chamou a atenção na pesquisa foi o resultado das Vilas de Barbosa Ferraz, especialmente a 2c, em que a presença do mineiro é superior ao dos paranaense. A explicação mais plausível que se encontra está relacionada à forma de ocupação da propriedade agrícola da região e a atração exercida pela cafeicultura.

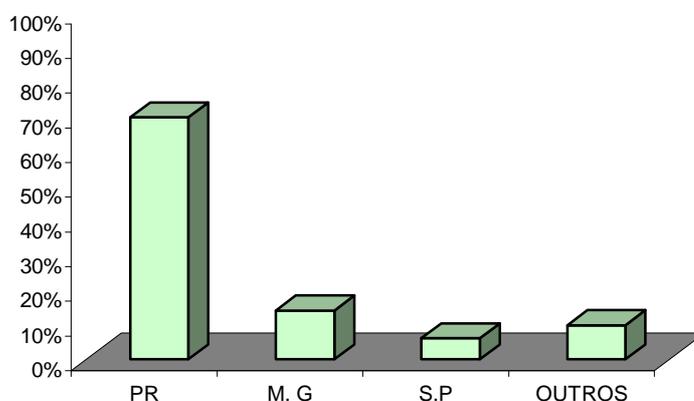


GRÁFICO 10 – Estados de origem dos vileiros da microrregião geográfica de Campo Mourão
Fonte: Pesquisa de Campo, 2004.

Dentre as procedências dos vileiros paranaenses constatou-se que o predomínio é da própria microrregião, com registro de 58%, originários do próprio município ou de municípios vizinhos (Figura 16). Embora estes municípios apresentassem pouca capacidade de absorção, e uma economia pouco dinâmica em termos de geração de emprego e renda. Nota-se que parte da população se manteve à espera de fixar-se na mesma microrregião, considerando que por essa ser essencialmente agrícola oferecia maiores probabilidades de emprego temporário no meio rural.

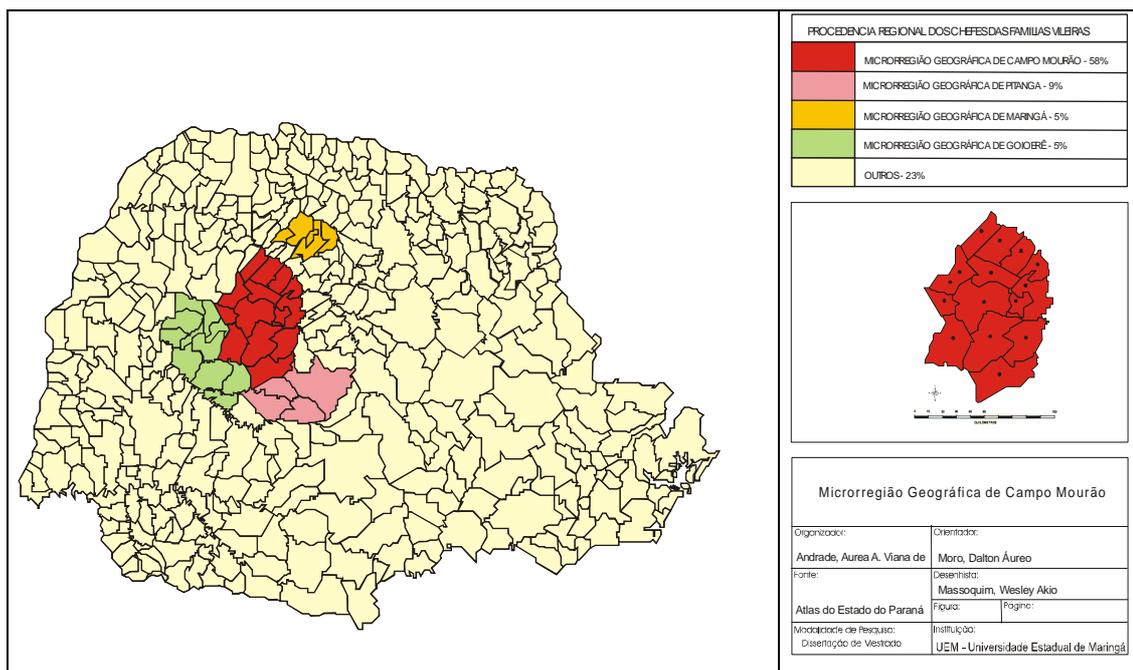


FIGURA 15 - Procedência regional dos chefes de famílias vileiras
 Fonte: Pesquisa de campo, 2004.

Neste sentido, muitos conseguiram se enquadrar nas normas exigidas e passaram a habitar as Vilas. Entretanto nota-se que mesmo nas Vilas Rurais o acesso ao complemento de emprego temporário é difícil e por conta desse fato os vileiros temem o retorno à cidade.

5.1.1 Renda *per capita* mensal das famílias

Quanto a renda *per capita* mensal nas Vilas Rurais da microrregião de Campo Mourão, registrou-se valores extremamente baixos, sobretudo, nas Vilas 8a do município de Iretama; 9b de Luiziana e 13b,13a do município de Roncador. Conforme se observa na Figura 17, a renda dessas Vilas está afixada entre 31,00 a 60,00 reais, com exceção de algumas Vilas em que a renda se sobressai. Boa parte enquadra-se dentro dos cálculos realizados pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, que apresentam o mapa do fim da fome brasileira e asseguram que “29,3 % da população brasileira tem renda mensal inferior a 80,00 reais *per capita*”. Esses dados, comparados com os obtidos nas Vilas, revelam que muitos dos moradores encontram-se em situação de extrema pobreza, apresentando

uma renda insuficiente para atender as necessidades básicas alimentares (Figura 16).

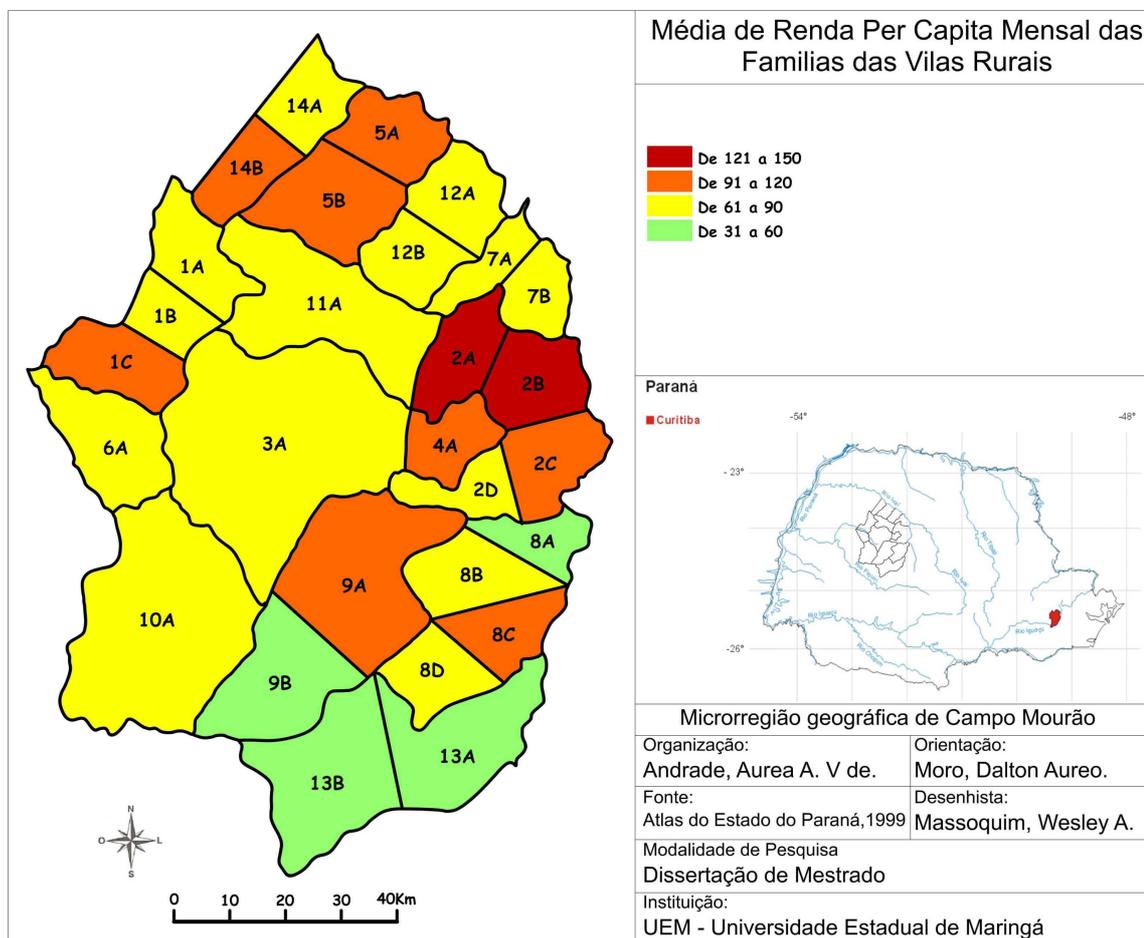


FIGURA 16 – Média da renda per capita mensal familiar das Vilas Rurais da microrregião geográfica de Campo Mourão
Fonte: Pesquisa de Campo, 2004.

Estudos realizados pelo IPARDES, sobre o “desenvolvimento local e estratégias familiares em Vilas Rurais”, buscou obter a “tipologia dos municípios considerando um conjunto de indicadores sócio-econômicos e demográficos. Este estudo permitiu classificar os municípios em graus de desenvolvimento: baixo, médio baixo, médio, médio alto e alto (2003, p. 1).

A representação desta tipologia pode ser observada na Figura 17 que apresenta o resultado final da classificação de cada município paranaense. Analisando a Figura observa-se que as Vilas citadas pertencem aos municípios com desenvolvimento

médio baixo. O município de Iretama, que contempla as Vilas 8b, 8c e 8d, encontra-se num patamar um pouco mais satisfatório, com renda *per capita* mensal entre 60,00 a 120,00 reais.

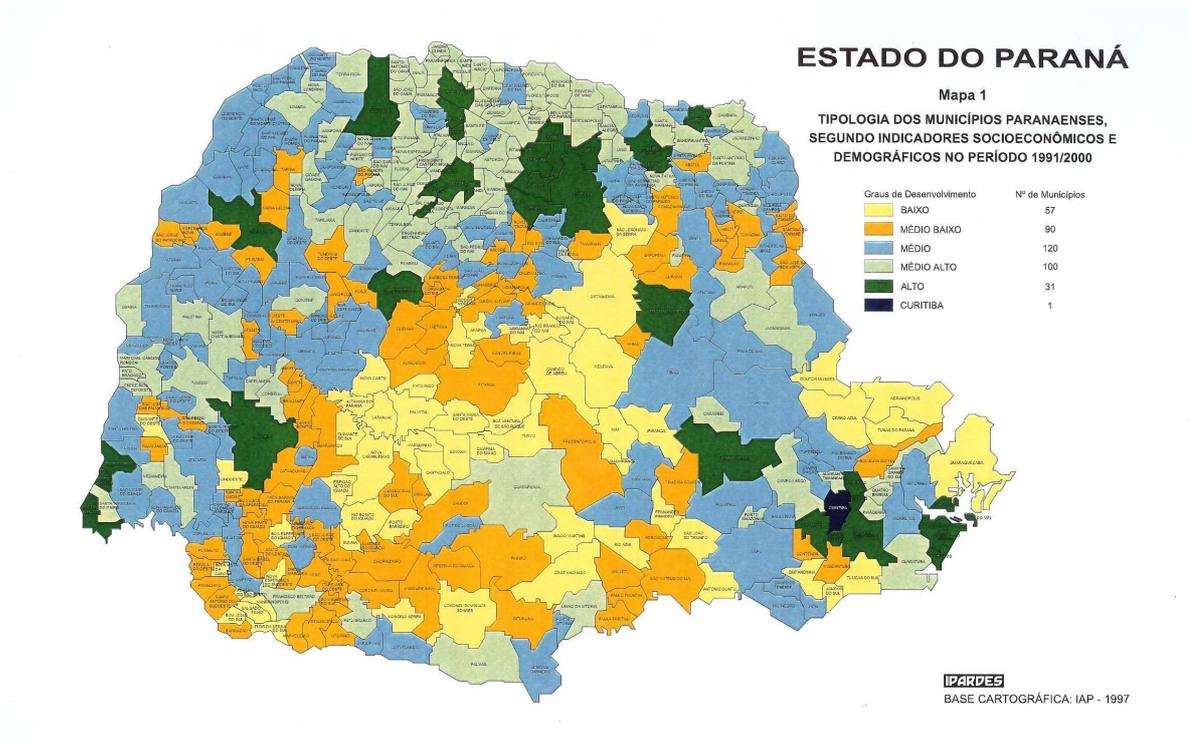


FIGURA 17 - Tipologia dos municípios paranaenses

Outro fato que chamou a atenção durante as análises decorre das Vilas 2a, 2b e 2c do município de Barbosa Ferraz, e da Vila 4a de Corumbataí do Sul, que registraram renda entre 90,00 a 150 reais. Esses valores, se comparados com os valores do conjunto das Vilas da região, são mais satisfatórios. De acordo com a Figura 17, esses municípios pertencem à classificação de médio baixo grau de desenvolvimento. Neste sentido, o resultado revela-se contraditório, especialmente quando se analisa a Vila 2d, onde os dados amostrados na Figura 17 apresentam renda abaixo de 90,00 reais. Isso comprova a existência de particularidades entre as Vilas.

As Vilas 5a e 5b de Engenheiro Beltrão; 14a de Terra Boa; 1c de Araruna e 9a de Luiziana; ao contrário das Vilas citadas, se destacam em razão das agroindústrias, empresas rurais, de facção, dentre outras, que se encontram localizadas próximas às Vilas, e parte dos vileiros, embora, poucos são funcionários. A exemplo tem-se o município de Engenheiro Beltrão que possui uma usina de Álcool, já citada, em que parte dos moradores das duas Vilas trabalham. A estratégia do governo, a princípio, era priorizar os municípios que contemplavam a agroindústria; conforme foi abordado no capítulo três, este município pertencia à escala de primeira prioridade, ou seja, deveria ser atendido com o programa. Assim nota-se que, de certa forma, para o programa obter êxito, é necessário que seus habitantes estejam vinculados às agroindústrias.

Ademais, conforme dados da Figura 18, cerca de 64,2% da população é constituída por pessoas em condições menos favoráveis, isto é, com renda inferior a 90,00 reais. Segundo a avaliação das Vilas Rurais, realizada pelo órgão do Estado IPARDES (2000), para a macrorregião Noroeste, na qual a microrregião de Campo Mourão está inserida, a média registrada é de 84,3% da população com renda inferior a 90,00 reais. Esses números se aproximam da pesquisa que se efetivou nas 28 Vilas.

Cabe ainda considerar que, embora os dados apresentados de situação de precariedade dos moradores das Vilas, se comparados com a situação antes do ingresso ao programa, verifica-se que houve um crescimento plausível de 28,5%. Contudo, quando se analisa a Figura 18, das despesas mensais familiares, mais de 90% das Vilas gastam o equivalente à 90% da renda, sobrando em torno de 10%. Esse restante não suaviza a pobreza dessas pessoas, visto que a renda é extremamente baixa e a sobra torna-se insuficiente para gastos domésticos e/ou investimentos nos lotes. Neste sentido, Graziano da Silva (1999) garante que há limitações com relação ao desenvolvimento econômico das Vilas, uma vez que a parcela da unidade de produção não garante o aumento da renda tanto das atividades agrícolas e não agrícolas.

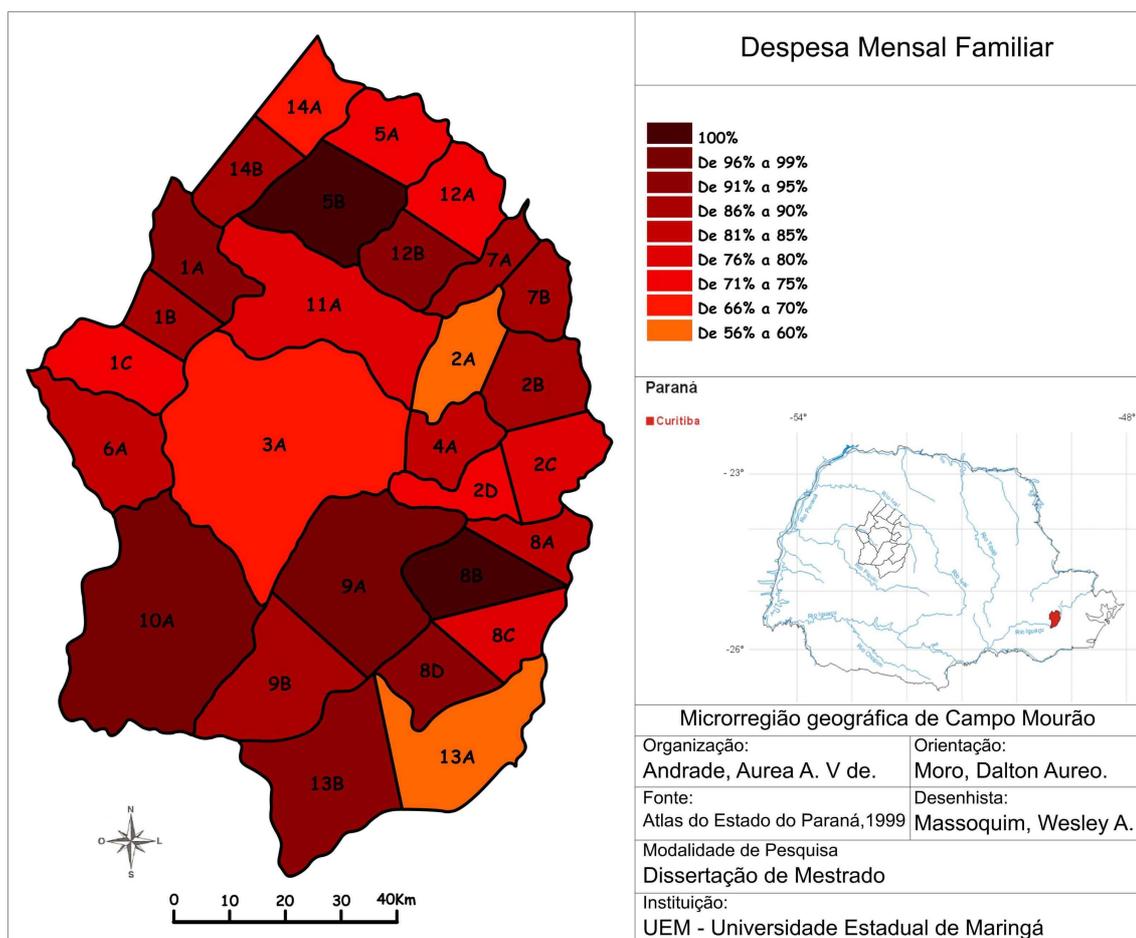


FIGURA 18 – Despesa mensal familiar dos vileiros da microrregião de Campo Mourão

Fonte: Pesquisa de Campo, 2004.

Discorrendo sobre a redução da pobreza, Rocha & Albuquerque (2004, p. 75) afirmam que:

a redução da pobreza extrema envolve um conjunto articulado e consiste de ações focalizadas cujo objetivo-fim é capacitar as pessoas mais pobres a assegurar – mediante esforço próprio e, principalmente, através de ocupação produtiva geradora de renda suficiente – a inclusão econômica, social e política.

Mediante as considerações dos autores conclui-se que não basta aumentar a escala das unidades de produção, é preciso criar meios que possam incluí-los ao desenvolvimento econômico, por meio de trabalho, escolarização, acesso ao lazer e

à cultura. Somente com esse propósito será possível garantir a sustentabilidade do programa e resgatar a dignidade dessas pessoas.

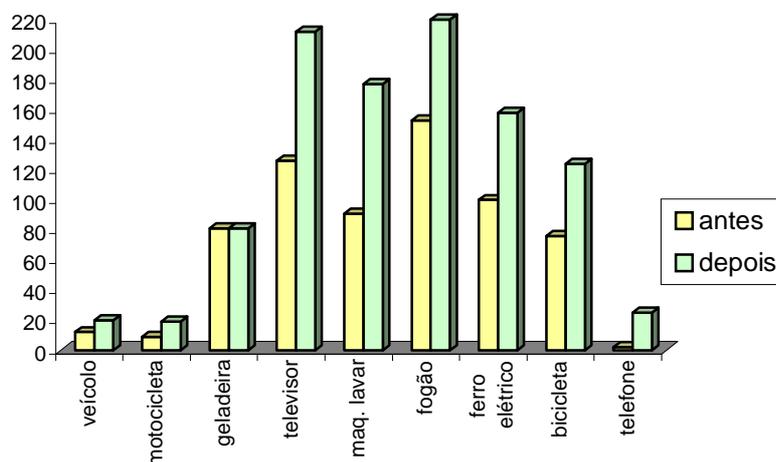


GRÁFICO 11- Comparação dos bens duráveis adquiridos pelos viliros antes e depois do ingresso nas Vilas Rurais
Fonte: Pesquisa de Campo, 2004.

Os resultados da pesquisa mostraram que há indicativos de que as famílias, embora com uma renda extremamente baixa, conseguiram adquirir alguns bens duráveis, como: geladeira, fogão, televisão, dentre outros. O Gráfico 11 traz uma amostra da porcentagem da aquisição de bens duráveis antes e depois o ingresso dos viliros nas Vilas.

Para melhor interpretação e espacialização do crescimento dos bens duráveis elaborou-se a Figura 19, por meio desta observa-se que houve um crescimento em todas as Vilas da região.

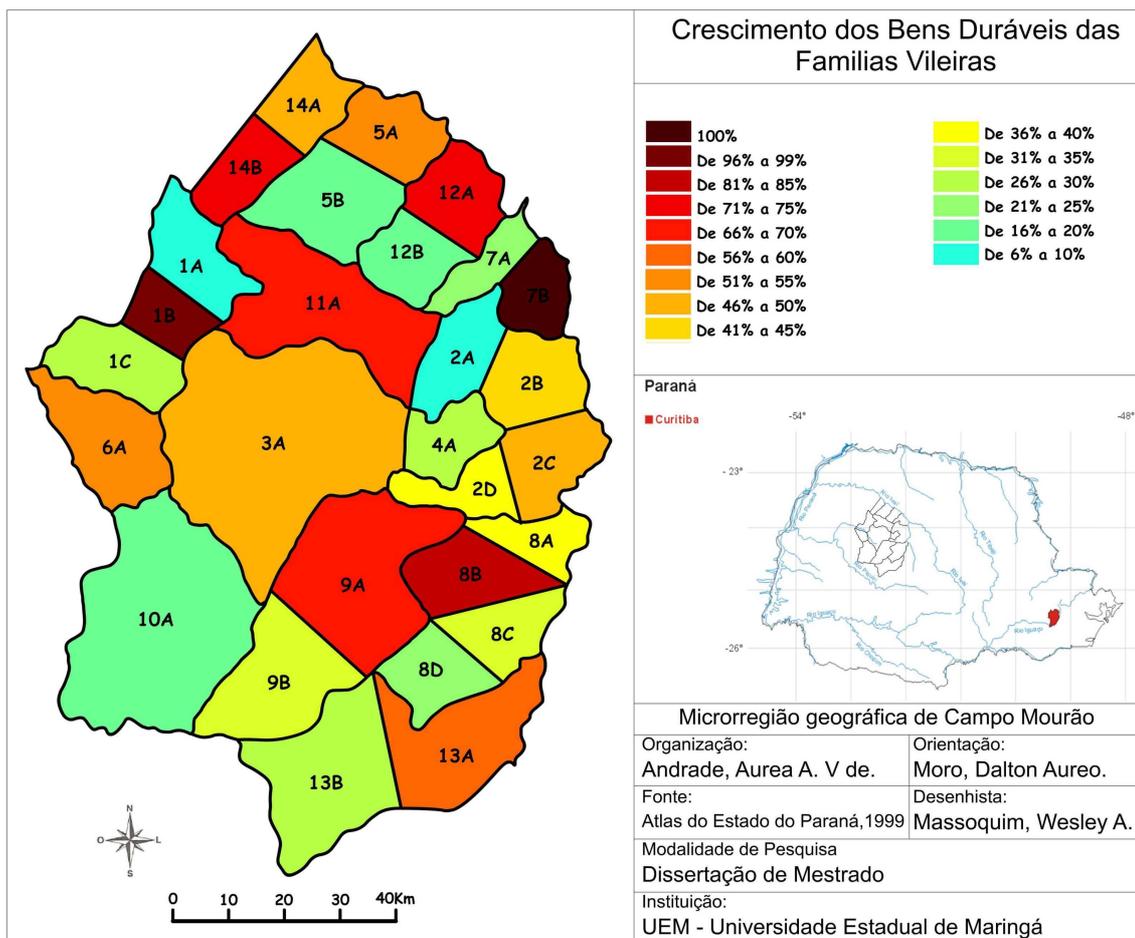


FIGURA 19 - Crescimento dos bens duráveis das famílias vileiras
 Fonte: Pesquisa de Campo, 2004.

As Vilas 1a de Araruna e 2a de Barbosa Ferraz apresentaram menor freqüência, ou seja, o crescimento dos bens duráveis registrou índice menor que 20%. Já as Vilas 1b de Araruna e 7b de Fênix obtiveram um expressivo percentual de crescimento, acima de 200%. Dentre os bens duráveis mais freqüentes, cabe destacar o fogão e a televisão, que tiveram representatividade em todas as unidades.

5.1.2 situação dos domicílios

Com relação à situação dos domicílios levantou-se que dentre as Vilas apenas a 8b do município de Iretama apresenta domicílio com 2 cômodos. Nota-se uma relação inversa com as Vilas 14b de Terra Boa; 1b e 1c, de Araruna e 10a de Mamborê que se enquadram em domicílios com 5 ou mais cômodos. Embora essa mudança na infra-estrutura pareça mais adequada, muitas casas mantiveram a mesma proporção

de 44m², apenas os cômodos foram divididos. Ainda com relação aos domicílios, averiguou-se que 33% dos vileiros já realizaram benfeitorias. Em particular as Vilas 1b e 1c de Araruna, em que 70% dos entrevistados já aumentaram suas residências.

Importa destacar que há, na região, diferenças quanto ao número de Vilas e de habitações por município. Dentre elas, destaca-se a 8a de Iretama que contém 80 habitações; a 1b do município de Araruna com apenas 12 habitações, número extremamente baixo se comparado com a média da região que é de 38 unidades por municípios (Quadro 1).

As razões de alguns municípios contarem com um número expressivo de Vilas e maior quantidade de habitações são justificadas pelos órgãos governamentais envolvidos com o projeto Paraná 12 meses. De acordo com documentos desses órgãos os benefícios contemplavam, especialmente os municípios que possuíam expressivo número de trabalhadores rurais. Entretanto, constatou-se que a quantidade de Vilas Rurais não é compatível com o número de trabalhadores rurais.

5.1.3 Grau de escolaridade

Para promover o desenvolvimento econômico e melhoria na renda das famílias vileiras, seria eficaz o investimento em educação. A análise dos dados revela baixa escolaridade entre os habitantes das Vilas. Essa situação é mais crítica entre os chefes de famílias, que se apresenta alta concentração de analfabetos. Ao analisar a Tabela 14, nota-se que o grau de escolaridade concluído concentra maior índice nas séries iniciais do Ensino Fundamental e poucos registros de ensino superior. A mesma Tabela revela que as Vilas 1a do município de Araruna, 7b de Fênix e 13b de Roncador, não possuem nenhum morador com o Ensino Médio.

Segundo Graziano da Silva (2001, p. 19) a educação é um dos três instrumentos fundamentais de apoio às políticas de desenvolvimento rural. O autor assegura que:

Uma das formas de viabilizar a diversificação das atividades econômicas no meio rural é investir no ensino básico e profissionalizante para os jovens. Face às dificuldades crescentes de oferta de emprego no meio urbano, a capacidade profissional em atividades não-agrícolas dos jovens rurais pode-se constituir em alternativa viável para mantê-los no campo, desenvolvendo atividades inovadoras no seu próprio meio.

TABELA - 14
Grau de Escolaridade das Famílias Vileiras

Vilas Rurais	Distribuição das famílias segundo o grau de escolaridade								
	analfabeto	Ensino Fundamental				Ensino Médio		Superior	
		1ª a 2ª	3ª a 4ª	5ª a 6ª	7ª a 8ª	Incompleto	Completo	Incompleto	Completo
1a	3	3	4	2	3	-	-	-	-
1b	2	3	4	2	1	-	1	-	-
1c	3	2	11	5	8	6	2	-	-
2a	-	2	6	3	3	1	2	-	-
2-b	8	2	5	5	3	4	1	-	-
2-c	3	-	4	1	3	2	6	-	-
2-d	6	9	6	1	7	1	1	-	-
3-a	5	4	2	5	10	5	2	-	-
4-a	6	2	5	9	1	6	-	-	-
5-a	3	7	10	7	5	3	3	-	2
5-b	4	2	8	5	-	4	3	-	-
6-a	4	3	9	3	1	3	1	-	-
7-a	3	1	1	7	2	-	2	-	1
7-b	2	6	-	6	4	-	-	-	-
8-a	10	16	21	4	11	2	6	-	-
8-b	9	7	7	10	2	1	-	-	-
8-c	1	1	9	4	6	1	15	1	-
8-d	-	8	7	6	3	3	-	-	-
9-a	5	4	2	3	3	3	-	-	-
9-b	7	10	10	8	8	1	1	-	-
10-a	3	-	11	3	2	3	-	-	-
11-a	4	4	4	5	1	1	1	-	1
12-a	5	5	3	4	6	1	-	-	-
12-b	2	4	7	3	2	2	1	-	-
13-a	6	10	7	-	2	3	3	-	-
13-b	9	4	6	4	1	-	-	-	-
14-a	15	14	14	7	3	5	9	-	-
14-b	3	7	14	6	9	4	5	-	-
Total	131	140	197	128	110	65	65	1	4

Fonte: Pesquisa de Campo, 2004 – Organização Andrade, A. A. V. de.

Sem dúvida alguma, as famílias vileiras que possuem indivíduos com maior grau de escolaridade ou com ensino profissionalizante, terão mais garantia de trabalho e, conseqüentemente, aumento da renda. Entretanto, sabe-se que o programa Vila Rural não é uma política de desenvolvimento rural para o estado do Paraná, pois os

atores sociais envolvidos fazem parte desse cenário rural e não podem ficar alheios a este processo.

5.1.4 Expectativas dos vileiros em relação ao programa Vila Rural

No decorrer da pesquisa buscou-se também investigar as expectativas dos vileiros quanto ao programa Vila Rural, e entre as opiniões divergiram muito, como se pode observar na Tabela 15, dos 219 vileiros pesquisados, 38,8% responderam que esperam que melhore as condições de infra-estrutura, dentre os diversos recursos necessários ao atendimento de suas necessidades básicas, a comunicação foi a mais almejada, especialmente nas Vilas que se localizam retiradas dos núcleos urbanos.

Outra expectativa das Vilas é a geração de emprego nas Vilas. Os vileiros destacaram que há uma carência significativa de emprego e isto compromete não só a sua condição de sobrevivência, como também os investimentos na unidade de produção.

TABELA 15
Principais Expectativas dos Vileiros quanto ao Programa Vila Rural

Principais expectativas dos vileiros quanto a Vila Rural		
Percepção	Nº de Ocorrência	%
Melhorar as condições de Infra-estrutura	85	38,8
Geração de emprego	34	15,5
Incentivo do Governo	28	12,7
Melhorar a Assistência Técnica	14	6,3
Aumento do tamanho da área de produção	15	6,8
Sem expectativa	24	10,9
Outros	19	8,6
Total	219	100

Fonte: Pesquisa de Campo, 2004 – Organização Andrade, A. A. V. de.

Os vileiros acreditam que a viabilização do programa depende de incentivos do governo, especialmente financiamentos. Neste sentido, constatou-se que houve uma tentativa de estratégias de ação dos vileiros, sobretudo nas Vilas 5a e 5b de Engenheiro Beltrão, e 7a de Fênix. Nestas Vilas, alguns grupos de vileiros, se organizaram para viabilizar projetos do PRONAF, para desenvolvimento da produção. Contudo, nenhuma Vila obteve êxito e as razões estão relacionadas à falta de articulação dos vileiros com a produção, comercialização, bem como a falta de costume de organização coletiva.

Cabe ainda destacar que muitos vileiros esperam que a atual administração pública estadual aumente o tamanho do espaço de produção para aqueles que tem aptidão agrícola, pois somam um total 6,8%. Outras reivindicações são feitas com relação à restituição da assistência técnica para a lavoura, o vileiros alegam que mesmo esporadicamente esta faz falta, pois muitos não sabem o que fazer, haja vista que as culturas propícias para pequena escala, como a fruticultura, necessitam de maior orientação para a produção.

Contudo, há 10,9% dentre os vileiros que se encontram sem expectativas diante do quadro que se instalou nos últimos anos, isto é, não acreditam em propostas para o programa Vila Rural com relação ao atual governo.

6. ORGANIZAÇÃO DOS VILEIROS E AS ATIVIDADES AGRÍCOLAS NAS VILAS RURAIS DA MICRORREGIÃO DE CAMPO MOURÃO.

Dada a dimensão territorial da pesquisa, constatou-se que muitos foram os aspectos que influenciaram na organização da produção das Vilas, considerando as características edafoclimática da região, responsáveis por contribuir para diferentes usos do solo.

Neste contexto, a manutenção e o desenvolvimento das Vilas Rurais são condicionadas por diferentes fatores: as relações com o comércio local, a assistência técnica e as construções simbólicas de cada vileiro relacionadas com sua trajetória de vida. Esses fatores refletem o modo pelo qual esses atores criam estratégias para a produção e reprodução, bem como para a organização do espaço.

6.1 PRINCIPAIS ATIVIDADES AGRÍCOLAS DESENVOLVIDAS NAS UNIDADES DE PRODUÇÃO DAS VILAS RURAIS

Conforme citado no capítulo um, a paisagem da região é composta por diferentes compartimentos: terrenos suaves ondulados e áreas acidentadas, constituídas de solos arenosos e argilosos, que contribuem para viabilizar algumas culturas e impossibilitar outras.

Do ponto de vista do uso da terra nas Vilas Rurais, as atividades principais se caracterizam pela produção agrícola, contemplando algumas peculiaridades quanto ao predomínio de determinados cultivos em algumas das Vilas. As especificidades de cada município, associadas às condições naturais (solo, relevo e clima), permitem uma exploração diversificada de culturas.

Essas características se confirmam quando se analisa a produção agrícola das Vilas. Há uma heterogeneidade de culturas entre elas, destacam-se as culturas de subsistência.

Cabe aqui fazer referência à cultura do milho, que se mantém como uma das principais nas Vilas Rurais com um percentual de 28.8 %. Isso se explica pela facilidade de seu cultivo e também pela presença de criação de suínos e aves. Já o feijão é o segundo produto mais importante, este é arraigado no consumo familiar dos vileiros, registrando 19.5%, ao contrário do milho uma cultura que necessita de maior cuidado, pois é fortemente suscetível a intempéries. A cultura do café ocupa o terceiro lugar dentre os produtos cultivados, com uma percentagem de 15,9%. O destaque se deve em razão do fácil manejo associado à prática do café adensado. Dentre os vileiros, há quem diga que essa cultura proporciona maior lucro e complemento de renda (Gráfico 12).

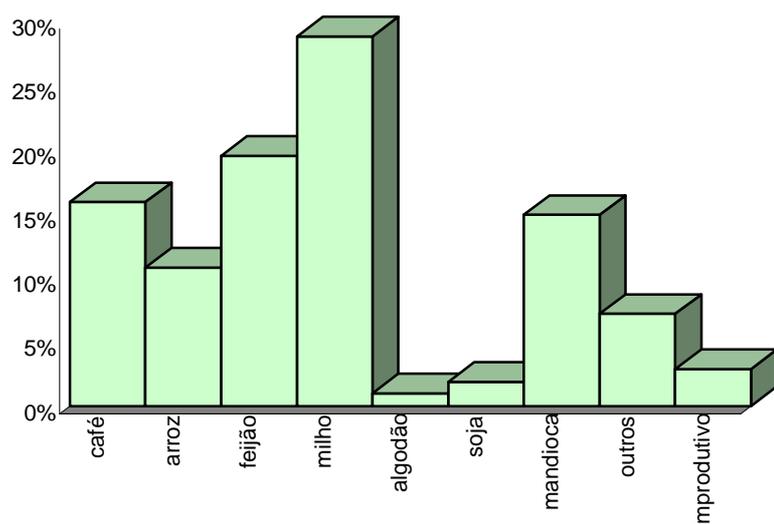


GRÁFICO 12 – Tipos de culturas das Vilas Rurais da microrregião geográfica de Campo Mourão
Fonte: Pesquisa de Campo, 2004.

As particularidades existentes entre as Vilas também chamam atenção. Observou-se que as Vilas incorporadas ao município de Iretama apresentam características que residem na estreita relação com a produção local. Em outras palavras, pôr localizarem-se em áreas de terrenos movimentados, constituídos de pequenas propriedades de subsistência, há predomínio das culturas de milho, feijão, arroz e outras.

TABELA 16

Tipos de culturas nas Vilas Rurais da microrregião geográfica de Campo Mourão

UNIDADES DE PRODUÇÃO OCUPADAS COM CULTURAS																
Vilas Rurais	Café		Arroz		Feijão		Milho		Algodão		Soja		Mandioca		Outros	
	Ocorrência	%														
1-a	1	1,3	3	5,7	3	3,1	4	2,8	-	0,0	-	0,0	2	2,7	2	5,7
1-b	1	1,3	-	0,0	-	0,0	2	1,4	-	0,0	-	0,0	-	0,0	2	5,7
1-c	5	6,5	2	3,8	4	4,2	5	3,6	1	20	-	0,0	2	27	2	5,7
2-a	-	0,0	1	1,9	-	0,0	5	3,6	-	0,0	-	0,0	1	1,3	1	2,8
2-b	7	9,0	4	7,7	1	1,0	3	2,1	-	0,0	1	11	3	4,1	-	0,0
2-c	2	2,6	-	0,0	-	0,0	3	2,1	-	0,0	-	0,0	2	2,7	2	5,7
2-d	7	9,0	3	5,7	2	2,1	4	2,8	-	0,0	1	11	3	4,1	4	11
3-a	2	2,6	-	0,0	4	4,2	6	4,3	-	0,0	-	0,0	4	5,5	3	8,5
4-a	7	9,0	5	9,6	5	5,3	8	5,7	1	20	-	0,0	4	5,5	1	2,8
5-a	4	5,2	1	1,9	1	1,0	6	4,3	-	0,0	2	22	4	5,5	1	2,8
5-b	5	6,5	-	0,0	1	1,0	6	4,3	-	0,0	1	11	2	2,7	2	5,7
6-a	-	0,0	-	0,0	3	3,1	3	2,1	3	60	1	11	3	4,1	-	0,0
7-a	1	1,3	2	3,8	4	4,2	4	2,8	-	0,0	1	11	-	0,0	1	2,8
7-b	-	0,0	-	0,0	-	0,0	4	2,8	-	0,0	-	0,0	2	2,7	-	0,0
8-a	1	1,3	5	9,6	11	11	10	7,1	-	0,0	-	0,0	7	9,7	-	0,0
8-b	4	5,2	5	9,6	7	7,4	4	2,8	-	0,0	-	0,0	6	8,3	-	0,0
8-c	1	1,3	3	5,7	6	6,3	8	5,7	-	0,0	-	0,0	3	4,1	1	2,8
8-d	-	0,0	1	1,9	4	4,2	4	2,8	-	0,0	-	0,0	1	1,1	-	0,0
9-a	2	2,6	4	7,7	3	3,1	4	2,8	-	0,0	-	0,0	1	1,1	1	2,8
9-b	-	0,0	4	7,7	8	8,5	8	5,7	-	0,0	1	11	6	8,3	5	14
10-a	2	2,6	-	0,0	4	4,2	2	1,4	-	0,0	1	11	2	2,7	2	5,7
11-a	6	7,8	-	0,0	2	2,1	1	0,7	-	0,0	-	0,0	2	2,7	4	11
12-a	-	0,0	-	0,0	1	1,0	3	2,1	-	0,0	-	0,0	-	0,0	1	2,8
12-b	1	1,3	-	0,0	1	1,0	4	2,8	-	0,0	-	0,0	2	2,7	-	0,0
13-a	-	0,0	6	11	7	7,4	7	5,0	-	0,0	-	0,0	3	4,1	-	0,0
13-b	-	0,0	-	0,0	6	6,3	6	4,3	-	0,0	-	0,0	1	1,3	-	0,0
14-a	11	14	2	3,8	4	4,2	9	6,4	-	0,0	-	0,0	4	5,5	-	0,0
14-b	7	9,0	1	1,9	2	2,1	6	4,3	-	0,0	-	0,0	2	2,7	-	0,0
Total	77	100	52	100	94	100	139	100	5	100	9	100	72	100	35	100

Fonte: Pesquisa de Campo, 2004 – Organização. Andrade, A. A.

Neste território, o processo de produção e reprodução do capital não se consolidou, como já citado no capítulo dois. Essas peculiaridades influenciam no perfil da produção das Vilas deste município, conforme Tabela 16. Desse modo, as Vilas seguem a mesma tendência de valorização da diversificação de culturas de subsistência.

Outra questão que se deve destacar é que as culturas nas Vilas também estão associadas à trajetória de vida dos vileiros. Parte desses moradores são atores dos movimentos migratórios que se engendraram, especialmente no período áureo da cafeicultura. Porém, com o declínio, parte migrou para as microrregiões em busca de trabalho, e trouxe consigo a aptidão com a cultura cafeeira.

Esses reflexos, mostrados no Gráfico 13, indicam que a cultura cafeeira está presente em quase todas as Vilas. A sua ocorrência é maior nas dos municípios de Barbosa Ferraz, Corumbataí do Sul, Terra Boa, Engenheiro Beltrão e Peabirú. Nestes, o café era uma constante, nos dois primeiros municípios, pode estar relacionado aos aspectos naturais, isto é, terrenos movimentados inviabilizarem a mecanização. Já os três últimos encontram-se associados aos fatores históricos de colonização, especialmente o município de Terra Boa, que foi colonizado pela Companhia de Melhoramento Norte do Paraná. Esta adotou medidas sincronizadas, ou seja, a venda dos lotes associada à alternativa de uma atividade econômica: a cafeicultura.

Segundo alguns moradores dessas Vilas, no início da implantação do Programa, receberam incentivos com auxílio de ferramentas, sementes, adubos e mudas de café adensado. Ficou para a EMATER, órgão responsável pela assistência técnica, a missão de ministrar cursos. Embora a maior parte dos vileiros já tivessem experiência com café tradicional, o café adensado, além de novidade, é de fácil manejo e mais lucrativo. Segundo Andrade (1999, p.38), em estudo realizado nas Vilas do município de Peabirú e Engenheiro Beltrão, constatou que:

esses cafeeiros já têm dois anos, se não houver interferências de fenômenos climáticos e baixas no preço do produto, daqui a alguns anos as propriedades se tornarão auto-sustentável. Estima-se que

daqui a um ano os cafeeiros já estejam produzindo uma média de 3 a 7 quilos por exemplar.

Contudo, houve a ocorrência de geadas no ano de 2000, registrando temperaturas de relva de -11,5°C negativos, a menor já registrada na região nos últimos quarenta e cinco anos, eliminando a produção agrícola dos vileiros, inclusive a dos cafeeiros. Passado algum tempo, incitaram novamente em cultivá-lo.

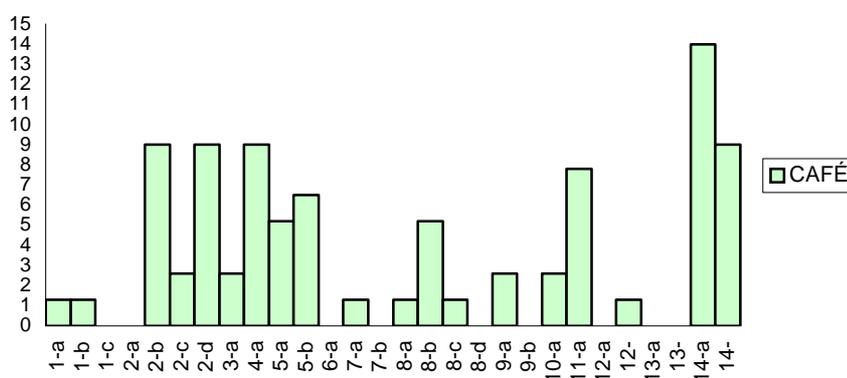


GRÁFICO 13 – Representatividade da cultura cafeeira nas Vilas Rurais da microrregião geográfica de Campo Mourão
Fonte: Pesquisa de Campo, 2004.

Outra particularidade peculiar está na Vila Rural do município de Farol. Entre os oitos lotes pesquisados, três produzem a cultura de algodão. Um número expressivo e, conforme os depoimentos dos vileiros produtores, a escolha dessa cultura esta relacionada ao preço e à aptidão dos vileiros com a cultura na região, sobretudo, mais ao sudoeste em que a presença da cotonicultura é comum, conforme citado no capítulo quatro.

Assim, as culturas predominantes produzidas nas Vilas são de pequena escala. No entanto, a cultura capitalista da soja, apesar de ser uma cultura típica de grandes propriedades, desenvolvida com elevado nível de mecanização, apresenta-se cultivada em nove lotes; fato surpreendente, tendo em vista o tamanho dessas unidades de produção. Esta passou ser atrativa na medida em que se expandia o valor de mercado e com melhor oportunidade de comercialização. Além disso,

acreditam que não há necessidade de trabalhar a terra por muito tempo. A presença da soja, nesse caso, também está associada às particularidades da região, ou seja, ser uma das mais importantes produtoras de grãos (soja/trigo) do Paraná.

Cabe destacar, igualmente, a cultura da mandioca, que esteve presente em quase todas as Vilas Rurais. Conforme a Tabela 16, 72 unidades de produção aderiram o seu cultivo para comercialização do produto, destinado à fabricação de farinha. Esta prática, embora comum em quase todas as Vilas, não foi recomendado pelos técnicos, haja vista tratar-se de uma cultura que contribui para a formação da erosão.

A degradação ambiental nas Vilas Rurais encontra-se vinculada às práticas de algumas culturas, que necessitam da utilização de mecanização (máquinas e por atração de animais), sem o mínimo de cuidado com o solo. As práticas de conservação do solo como por exemplo as curvas de nível são inexistente.

O estudo possibilitou detectar também o registro de 14 lotes improdutivos. As justificativas estão centradas na falta de recursos para corrigir o solo, sendo este oneroso, o que inviabiliza a produção.

Ao que se pôde constatar, outra alternativa para geração de renda das famílias vileiras é a fruticultura. Conforme Tabela 17, as principais frutas cultivadas pelos vileiros, isto é, as de maior ocorrências são: a laranja é a principal das 16 espécies cultivadas, e esta presente em todas as Vilas. Embora, revelam que esta é somente para o consumo. Dentre as espécies cultivadas somente o maracujá é comercializado. A Vila 5b de Engenheiro Beltrão apresentou duas unidades de produção com esta cultura, de acordo com os vileiros está é prejudicada por conta dos agrotóxicos aplicados pelos agricultores nas propriedades vizinhas às Vilas.

As Vilas as 9a e 9b de Luiziana e a 10a de Mamborê também apostaram nesta cultura. Apesar do cultivo, era muita reclamação dos vileiros, quanto à articulação com o mercado, ou seja, dificuldades para comercializar a produção e carência de assistência técnica, foi o que revelou dona Maria de Souza, moradora da Vila.

No ano de 2003, gastamos para cultivar o maracujá, e em razão de uma informação errada para a poda, infelizmente eles morreram e ficamos no prejuízo. Este acontecimento poderia ser evitado se nós tivéssemos orientação dos técnicos da Emater.

TABELA –17

Cultivo de frutas nas Vilas Rurais da microrregião de Campo Mourão

Vilas Rurais	Ocorrência Cultivo de Frutas				
	Laranja	Banana	Manga	Poncã	Maracujá
1a	6	2	4	0	0
1-b	2	3	2	1	0
1-c	8	3	3	4	1
2-a	3	3	3	3	0
2-b	4	7	2	0	0
2-c	4	2	3	3	0
2-d	9	6	3	3	0
3-a	8	3	6	1	2
4-a	7	4	4	4	1
5-a	10	3	6	6	0
5-b	6	5	6	5	2
6-a	5	2	4	1	2
7-a	5	3	3	2	1
7-b	3	3	4	1	0
8-a	2	9	0	2	2
8-b	0	6	1	0	0
8-c	7	5	1	5	1
8-d	3	4	1	1	0
9-a	4	0	4	0	2
9-b	9	8	2	2	2
10-a	3	0	2	1	3
11-a	4	3	5	3	1
12-a	5	0	4	1	0
12-b	4	3	3	1	0
13-a	5	2	2	4	0
13-b	3	4	2	2	0
14-a	5	5	4	2	1
14-b	7	5	3	5	0
TOTAL	141	103	87	63	21

Fonte: Pesquisa de Campo, 2004. Organização. Andrade, A. A. V.

Apesar do maracujá ser considerado inviável do ponto de vista dos vileiros, a fruticultura é uma alternativa importante, especialmente pelas condições naturais e pelo tamanho das unidades de produção. Todavia, observou-se que há pouco registro de fruticultura voltada para o mercado, ficando o produto restrito apenas ao consumo.

6.1.1 A criação de animais nas Vilas Rurais

Além das culturas agrícolas que ocupam posição de destaque nas Vilas, há que se destacar a criação de animais, mesmo sendo atividades secundárias e, na maioria dos casos, exerce a função de manutenção alimentar. Detectou-se ainda duas particularidades de unidade de produção que desenvolviam a criação de bovinos para a produção do leite, como a principal atividade. Uma dessas propriedades contava com seis matrizes que produziam uma média diária de vinte cinco litros de leite por dia, comercializados na própria Vila Rural.

TABELA –18

Criação de animais nas Vilas Rurais da microrregião de Campo Mourão

Vilas Rurais	Ocorrência de criação de animais			
	Suínos	Aves	Bovinos	Cavalos
1-a	2	2	0	0
1-b	2	7	0	0
1-c	4	7	0	1
2-a	2	1	0	0
2-b	5	6	0	0
2-c	2	2	2	0
2-d	0	2	0	1
3-a	1	6	0	1
4-a	2	6	0	0
5-a	3	9	1	1
5-b	0	6	0	0
6-a	2	5	0	0
7-a	1	3	0	0
7-b	3	9	1	0
8-a	7	5	1	0
8-b	1	4	0	0
8-c	3	2	3	0
8-d	2	3	0	0
9-a	1	4	0	1
9-b	5	3	0	1
10-a	2	4	0	0
11-a	1	2	0	0
12-a	0	3	1	2
12-b	1	4	0	0
13-a	0	5	0	0
13-b	1	4	0	0
14-a	6	4	0	3
14-b	5	6	0	1
TOTAL	64	124	09	12

Fonte: Pesquisa de Campo, 2004. Organização. Andrade, A. A. V.

O gado leiteiro, inicialmente utilizado para suprir as necessidades da família, passou a representar uma alternativa para a geração de renda, mas conforme os vileiros são muitas as dificuldades para alimentar o efetivo, pois a unidade de produção não tem espaço suficiente para pastagens, mesmo assim, garantem que é uma das melhores alternativas encontradas para sobrevivência.

A criação de aves é comum em todas as Vilas, conforme Tabela 18. A ocorrência se verifica em todas as Vilas pesquisadas, e isso pode estar associado ao pequeno investimento para a criação de aves. Já a criação de suínos é pouco expressiva nas Vilas Rurais, fato que pode estar relacionado com os cuidados com a higiene, o que dificulta e tornar-se caro a sua produção. Na mesma Tabela, é possível verificar a presença mínima de criação de cavalos, estes geralmente são utilizados para conduzir o arado na preparação do solo para o cultivo. Ao mesmo tempo, servem de transporte para as pessoas e os produtos cultivados.

6.1.2 Relação comercial da produção

Como visto, as atividades agrícolas nas unidades de produção se destinam, a maior parte, às despesas da própria família, isto é, a produção serve para garantir segurança alimentar aos vileiros. Porém, constatou-se que alguns conseguem produzir e comercializar o excedente, necessário para a geração de renda.

De acordo com a Figura 20 a média registrada é de 47% de unidades de produção que são exploradas economicamente. Constata-se, do mesmo modo, uma diversidade entre as 28 Vilas pesquisadas; em onze delas registrou-se um índice acima de 60% de vileiros que comercializam o excedente; apenas as Vilas 12b de Quinta do Sol e a 8a de Iretama, não comercializam seus produtos, sendo estes destinados somente à família e também para o abastecimento alimentar dos animais, especialmente para as aves.

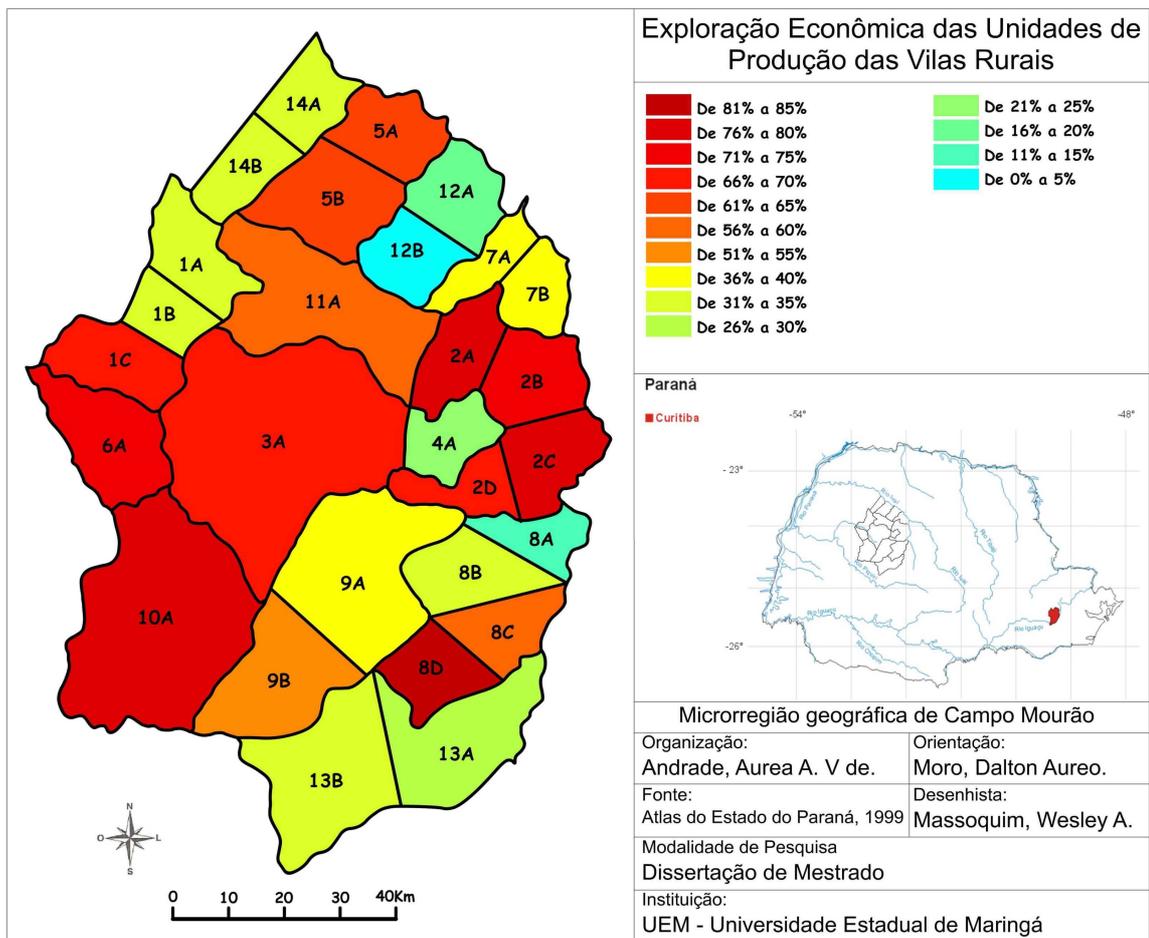


FIGURA 20 - Exploração econômica das unidades de produção das Vilas da microrregião geográfica de Campo Mourão
 Fonte: Pesquisa de Campo, 2004.

Quanto a comercialização, esta fica restrita ao comércio local, especialmente aos feirantes e supermercados. Somente alguns lotes comercializam com determinadas agroindústrias, como a Cooperativa Agroindustrial - Coamo.

Assim sendo, ressalva-se que a região proporciona um mercado difícil para os vileiros, em outros termos, não há mercado para determinados produtos, para os quais foram orientados a cultivar. Como exemplo, o cultivo de maracujá, vários lotes apresentaram a ocorrência dessa cultura, mas parte dos vileiros não conseguem comercializá-lo, precisam 'bater de porta em porta' para não ficar no prejuízo.

As dificuldades para produção não ficam restritas apenas a esses relatos, há também ausência de assistência técnica na maior parte das Vilas. De acordo com a

pesquisa de campo, 79% dos vileiros em média não recebem orientação técnica durante o preparo (adubação) e conservação do solo. Somente no início da implantação do Programa havia uma constante assistência.

Nesse contexto, as Vilas 3a do município de Campo Mourão, 5a e 5b de Engenheiro Beltrão, 9a de Luiziana e a 14b do município de Terra Boa, possuem assistência técnica. Esse fato pode ser atribuído ao empenho e ao comprometimento de alguns técnicos em insistir no Programa.

O número de assistência técnica ficou ainda mais reduzido, no ano de 2003, com a mudança de governo estadual, já que este revela oposições à política do Programa Vilas Rurais.

Outra dificuldade dos vileiros esta relacionada ao armazenamento adequado da produção. Estes precisam de infra-estrutura mínima como paiol, por exemplo, para que a produção possa permanecer em bom estado de conservação até a sua comercialização. Dos 219 entrevistados, 53% em média, defendem que o paiol construído no início do programa é adequado, embora boa parte reclama do tamanho, especialmente nas Vilas em que o paiol é dividido entre duas famílias. De todas as Vilas pesquisadas somente a Vila Rural 2c, de Barbosa Ferraz, foi unânime na satisfação com o armazenamento da produção. As reclamações ficaram mais centradas nas Vilas 8d de Iretama e 14b de Terra Boa.

Apesar de terem apresentado dificuldades para produção e reprodução em suas unidades, os vileiros revelaram que houve uma melhoria em sua condição sócio-econômica, justificam também que realizaram o sonho da casa própria, o que dificilmente conseguiriam adquirir na cidade.

6.3 OCUPAÇÃO DAS FAMÍLIAS VILEIRAS

Mesmo considerando a estreita relação das famílias vileiras com o meio rural, detectou-se um percentual considerável de trabalhadores urbanos.

O estudo realizado nas Vilas permite compartilhar com as idéias de Graziano da Silva (1999) quando afirma que o rural é apenas um recorte espacial geográfico, nada o define em relação às atividades econômicas. As mudanças que vêm ocorrendo no campo, com atividades agrícolas e não-agrícolas, denominadas de pluriatividade, representam, um modo de produção social que garante a sobrevivência das famílias rurais. Shneider (1994, apud CORRÊA et. al, 2001, p. 46) assegura que:

Esse fenômeno, conhecido como pluriatividade, ou seja, combinação de novas formas de produção agrícola e não agrícola, surge como novidade no meio rural brasileiro. O fato indica um movimento de reorientação da capacidade produtiva no campo que se expressa em novas formas de organização das atividades como alternativa de renda e de emprego para evitar o êxodo rural.

A presença da pluriatividade nas Vilas Rurais da microrregião é uma constante, basta observar os dados amostrados na Tabela 19. Nela, nota-se que as funções são diversificadas desde trabalhador rural temporário e fixo, arrendatário e trabalhador urbano, deste último, a incidência é expressiva, embora seja notório que a maior parte são trabalhadores domésticos com baixos salários. A pluriatividade é um meio de sobrevivência das famílias vileiras, em razão da baixa renda, buscam alternativas de melhorar sua condição de vida.

De acordo com a Tabela 19, as famílias pluriativas¹⁶ estão presentes em quase todas as Vilas. Essa presença é ainda maior nas Vilas próximas aos centros urbanos. Especialmente, nos municípios em que há um número maior de agroindústrias, como é o caso de Araruna, nas Vilas 1b e 1c, em que os integrantes das famílias estão mais articulados com o trabalho urbano. O mesmo ocorre com as Vilas de Campo Mourão, Engenheiro Beltrão e Terra Boa. Esta última, dada à expressivas facções, a maior parte dos seus moradores está vinculado a esta ocupação.

¹⁶ Famílias em que pelo menos um membro exerceu uma ocupação agrícola e outro, uma não agrícola; ou ainda quando pelo menos um dos membros declarou exercer dupla atividade agrícola ou não agrícola (ocupação principal e secundária) na semana de referência (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

TABELA 19
Ocupação dos vileiros

Vila Rural	OCUPAÇÃO DOS VILEIROS (Ocorrência)						
	(bóia-fria)	Tr.rural fixo	Arrendatário	Tr. urbano	Aposentado	Nenhum	Vive do lote
1-a	6	-	-	-	1	-	-
1-b	1	-	-	3	-	-	1
1-c	2	-	-	11	1	-	1
2-a	4	-	-	3	-	-	-
2-b	9	1	-	1	-	-	-
2-c	2	2	-	2	-	-	1
2-d	8	-	-	4	-	1	2
3-a	3	-	-	12	-	-	-
4-a	12	-	-	2	1	-	-
5-a	8	-	-	5	-	-	3
5-b	3	1	-	6	1	-	-
6-a	6	1	-	2	3	-	1
7-a	4	4	-	1	-	-	-
7-b	3	-	-	-	1	-	1
8-a	4	4	5	5	1	-	6
8-b	10	-	-	1	1	-	-
8-c	9	1	-	8	-	-	-
8-d	4	1	-	-	-	-	-
9-a	-	-	-	3	2	-	2
9-b	9	1	-	3	1	1	-
10-a	4	1	-	2	-	-	-
11-a	5	-	-	2	2	-	-
12-a	4	1	-	1	-	-	2
12-b	1	2	-	-	2	-	2
13-a	4	-	-	4	2	-	-
13-b	7	-	1	-	-	-	1
14-a	8	5	-	12	2	-	2
14-b	5	5	-	7	-	-	2
Total	145	30	6	104	21	2	27

Fonte: Pesquisa de Campo, 2004 – Organização. Andrade, A. A. V.

Em suma, pelo resultado apresentado no Gráfico 14, conclui-se que a ocupação predominante nas Vilas da microrregião de Campo Mourão é de trabalhador rural temporário, seguido do trabalhador urbano. A presença de aposentados também é significativa, visto que esta teve avanço na década de 1990, através de uma medida governamental, no sentido de estabilizar os rendimentos das famílias rurais. Outro fato que cabe destacar é o indicador de vileiros que sobrevivem exclusivamente da unidade de produção. Fato inusitado frente à dimensão dos lotes e ao mesmo tempo contraditório, se comparado aos lotes improdutivos.

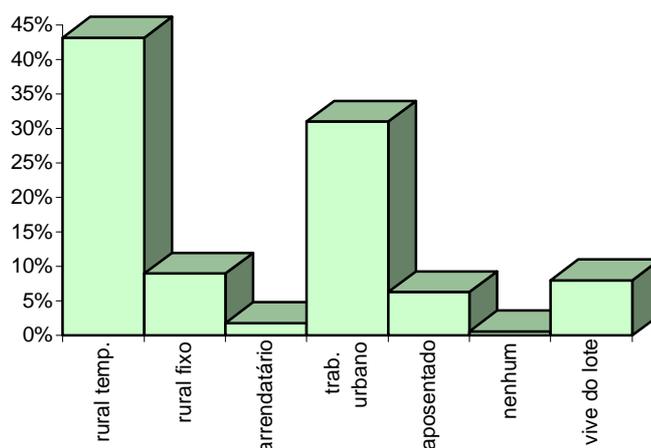


GRÁFICO 14 – Tipo de ocupação dos vileiros na microrregião geográfica de Campo Mourão
 Fonte: Pesquisa de Campo, 2004.

Observou-se ainda um índice expressivo de trabalhador tanto rural quanto urbano nas Vilas. Outro fato que chama a atenção é o baixo número de trabalhadores que possuem carteira registrada, com exceção das Vilas 7a do município de Fênix, 8d de Iretama e 10a de Mamborê.

Como mencionado, as unidades de produção das Vilas são bem diversificadas, mas a produção é insuficiente para obter uma renda que garanta a sobrevivência. A dependência e a articulação com o mercado local não ficam restritas só à produção, precisam de trabalho. Este é um dos fatores que limita o desenvolvimento dessas unidades de produção e das Vilas como um todo.

Para examinar como se processa a distribuição de tarefas nas unidades de produção, optou-se em calcular o número de moradores pelo número de integrantes das famílias que compõem a força de trabalho nestas unidades. Neste contexto, na Figura 21 é possível visualizar a espacialidade das Vilas que os integrantes das famílias dispõem para trabalhar sua terra. A média da força de trabalho braçal familiar registrada foi de 44%, apresentado maior percentual na Vila 4a de Corumbataí do Sul, e menor percentual nas Vilas 1c de Araruna, 2a de Barbosa Ferraz, 12 b de Quinta do Sol e 13 b de Roncador.

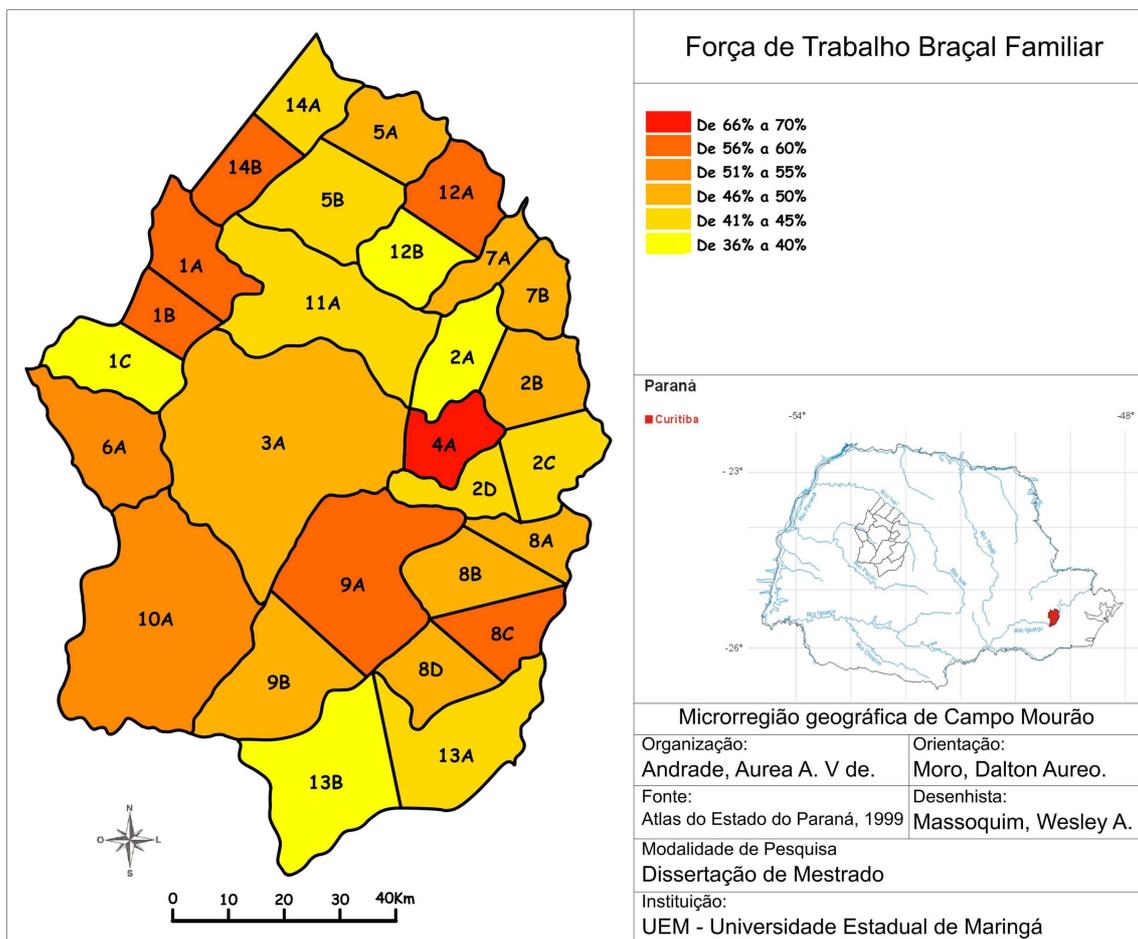


FIGURA 21 - Força de trabalho braçal familiar.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2004.

Verificou-se também que 33% dos vileiros contratam mão-de-obra externa, conforme Figura 22. Na Vila 5b de Engenheiro Beltrão 75% dos vileiros declararam se utilizar dessa prática. O mesmo ocorre com a Vila 6a de Farol chegando a 60%. O primeiro caso pode ser atribuído às condições de renda da família, notadamente por conter maior parte de trabalhadores urbanos, sem disponibilidade de tempo para trabalhar em sua unidade de produção. Já a segunda, centra suas justificativas no cultivo do algodão. Conforme abordado no item 6.1, a presença do algodão é expressivo nessa Vila e necessita a contratação de mão-de-obra externa, especialmente no período da colheita.

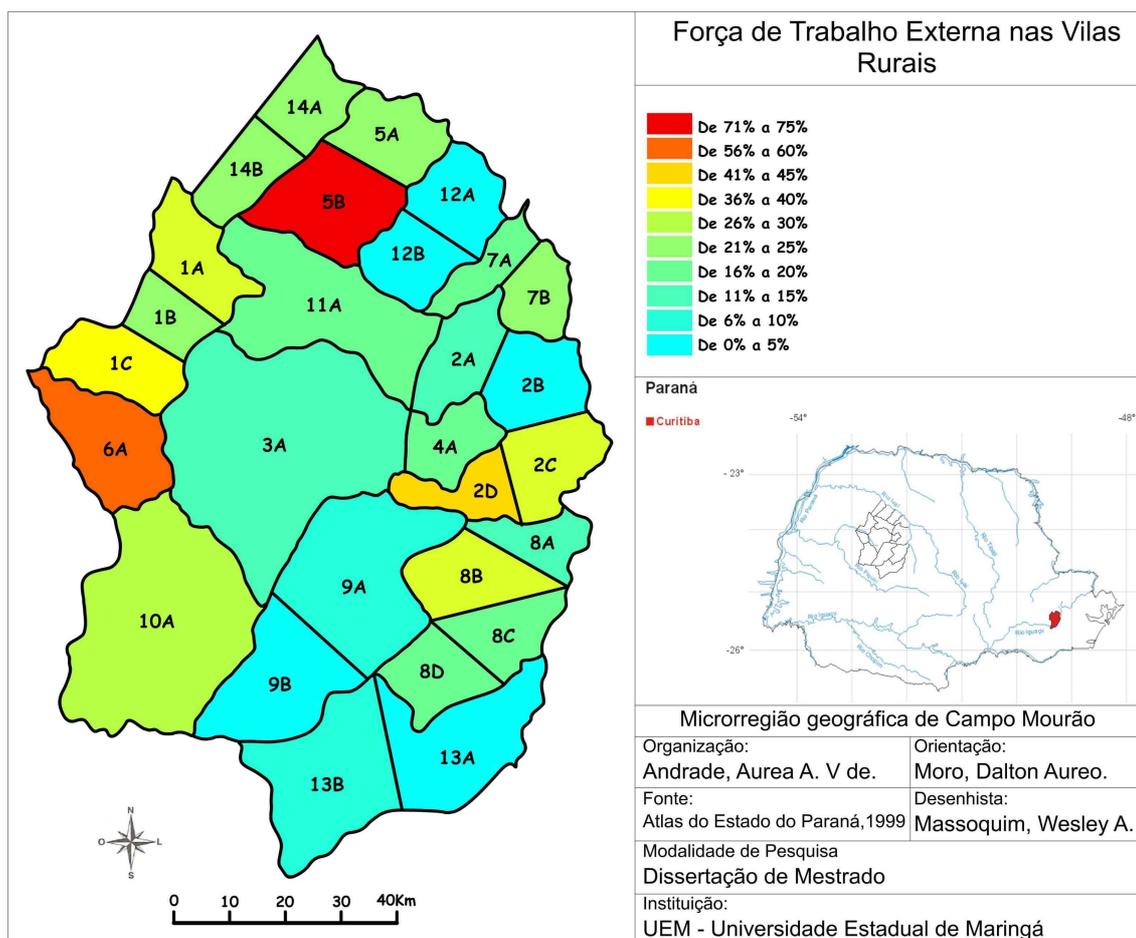


FIGURA 22 - Força de trabalho externa nas Vilas Rurais da microrregião geográfica de Campo Mourão.
 Fonte: Pesquisa de Campo, 2004.

Ainda, de acordo com a Figura 22, no universo das 28 Vilas pesquisadas, somente cinco não contratam mão-de-obra, são elas: as Vilas 2b de Iretama, 12a e 12b de Quinta do Sol, 9b de Luiziana e 13a de Roncador.

A contratação de mão-de-obra externa foge totalmente do objetivo do Programa, pois uma das finalidades era absorver a mão-de-obra familiar. Fato que comprova que a falta de incentivos, assistência técnicas, financiamentos, entre outros, contribuíram para submergir o sentido das Vilas Rurais.

Com base nos depoimentos dos vileiros e em outras pesquisas realizadas nas Vilas, constatou-se também que não há uma sincronização com relação à forma de

organização e produção. Isto contribui para o não fortalecimento do desenvolvimento das Vilas. Conforme o Gráfico 15, uma das características marcantes é o sistema de produção individual que domina quase todas as Vilas; apenas uma ínfima parcela busca alternativas de trabalho coletivo. De acordo com os vileiros, esta prática não foi bem sucedida por conta das tentativas que não deram certo.

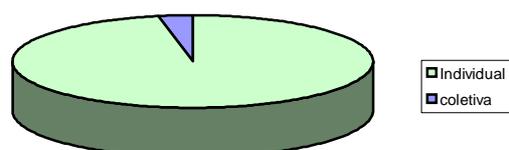


GRAFICO 15 - Sistema de produção nas Vilas Rurais.

FONTE: Pesquisa de Campo, 2004.

O incremento das Vilas Rurais está comprometido em seus aspectos sócio-econômico, em razão da baixa renda de seus habitantes, e da falta de uma sincronização com o sistema coletivo ou, até mesmo a formação de um sistema de cooperativa. Em outros termos, a falta de recursos disponibilizados por meio de projetos é um dos grandes obstáculos para o desenvolvimento das Vilas.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a investigação observou-se que os problemas emergentes no campo são resultantes da articulação do sistema Estado e do Capital, a começar pelo processo desencadeado pela implantação de inovações tecnológicas que permearam o setor agrícola. Sua aplicação, aliada à falta de infra-estrutura condizente com a realidade do trabalhador rural, tornou-a um dos principais sustentáculos das questões sociais. Portanto, esses acontecimentos que repercutem no presente, nada mais são do que preceitos engajados de um passado recente, que transformou o homem do campo num exército de reserva de mão-de-obra, concentrado ou não, onde um dos modelos culminou para o aparecimento das Vilas Rurais.

Apesar de todas as inquietações e angústias desses deserdados da terra, os protagonistas políticos, nas diferentes esferas, nada fizeram. O avanço tecnológico era inevitável e, da mesma forma que o Estado se preocupou com alguns segmentos econômicos, o mesmo deveria ter acontecido com a população rural, ou seja, deveria ter realizado planejamentos a longo prazo, o que atenuaria não só o êxodo rural, mas as suas conseqüências, bem como, o caos da violência, da fome, da miséria, entre outros.

Desse modo, não basta o governo apenas promover políticas compensatórias, mas sim, políticas de ações voltadas para inclusão dessas pessoas, promovendo o desenvolvimento das Vilas, nos aspectos econômico, social e cultural. Do mesmo modo, o governo deveria incentivar a produção associativa para propiciar maior produção, conseqüentemente, melhorar a renda *per capita* da população e o aumento da qualidade de vida e de emprego, dando condições ou oportunizando-as. Assim, o projeto teria sustentabilidade, fato que não foi comprovado na pesquisa realizada nas vinte oito Vilas da microrregião de Campo Mourão, em razão da falta dessas ações.

Com sentido antagônico, a política de governo com o programa Vila Rural, atende os marginalizados do progresso econômico e, ao mesmo tempo, garante reserva de mão-de-obra no campo para as cooperativas, agroindústrias, enfim, ao 'patronato rural'. Neste sentido, a ambigüidade do programa é legitimada.

Assim sendo, cada governo se sobressai em um projeto de ação política visando a um legado, em outras palavras, procuram deixar uma marca que sirva para promovê-los e garantir a continuidade na carreira política, mas poucos se preocupam em contribuir com políticas que poderiam resolver ou amenizar parte dos problemas sociais, em especial o da pobreza, em que vive grande parcela da sociedade, em especial os vileiros.

Contudo, é preciso reconhecer que houve uma tentativa em benefício da população marginalizada. A condição de miséria em que a maioria desses assentados vivia, em parte foi amenizada, pelo menos com habitação. Quanto às condições de mantê-los nas Vilas, dependerá do apoio contínuo do governo, o que é preocupante, dado às rivalidades políticas. Cumpre lembrar que esse novo modelo de habitação, no cenário rural, em 'benefício da população' excluída do campo, é tênue diante do colapso social para o qual Estado cooperou.

A pesquisa explicita a necessidade de ampliar estudos e discussões sobre o desenvolvimento sócio-espacial das Vilas Rurais, para que se possa entender as diferentes dinâmicas presentes nas Vilas. O papel dos vileiros também deve ser analisado melhor para que os governantes criem políticas públicas sem cometer as mesmas falhas, garantindo o desenvolvimento da população rural.

Espera-se que este trabalho contribua para o estudo da Geografia, especialmente ao que concerne a discussão da (re) organização do espaço regional, e que o mesmo sirva de apoio para outros trabalhos que certamente virão.

8. REFERÊNCIAS

AB'SABER, Azis Nacib. **Os Domínios de Natureza no Brasil: Potencialidades Paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ALBUQUERQUE, R. C.de&VELLOSO, J.P. dos R. (Org). **A Nova Geografia da Fome e da Pobreza**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

ANDRADE, Áurea A. Viana. **Vila Rural - Formação E Desenvolvimento: O Caso De Lary Calixto Razzolini e Pedro Klóster Júnior**. Monografia de Especialização em Planejamento Geo-Ambiental, 1999.

ASARI, A. Y; MUÑIZ, H. M.C; ROSA, M. D. **Programa Vilas Rurais: Políticas Públicas de Fixação dos Trabalhadores no Campo?** In. Revista do Departamento de Geociências - UEL, v. 11, n. 1, p. 105-121, jan/jun. 2002.

ÁVILA, Jader Libório de. **A Coamo e o Desenvolvimento Econômico da Região de Campo Mourão**. Dissertação de mestrado. UEM. Maringá, 2002.

AYOADE, J. O. **Introdução à Climatologia dos Trópicos**. São Paulo: Difel, 1986.

BANA, Luzia. **Vilas Rurais no Processo de Transformação do Espaço Rural no Município de Paranavaí**. Dissertação de mestrado. UNESP. Presidente Prudente, 2001.

BARROS, Edgard de Vasconcelos. **Princípios de Ciências Sociais para a Extensão Rural**. Viçosa: UFV, 1994.

BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. O problema das "Frentes Pioneiras" no Estado do Paraná. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Out/dez, 1952. Rio de Janeiro: IBGE, n. 14, 1953.

BERNARDES, Nilo. Expansão do Povoamento no Estado do Paraná. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Out/dez, 1952. Rio de Janeiro: IBGE, n. 14, 1953.

CANCIAN, Nadir Aparecida. **Cafeicultura Paranaense – 1900/1970**. Curitiba: Grafipar, 1981.

CARVALHO FILHO, José Juliano. Política agrária do governo FHC. In: **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**. Porto Alegre: UFRS, 2001.

COLETTI, Claudinei. **A Estrutura Sindical no Campo**: a propósito da organização dos assalariamentos rurais na região de Ribeirão Preto. Campinas São Paulo: Unicamp, 1998.

CORRÊA, J.M; CORRÊA, W.K; GERARDI, L. H. de O. A problemática da Definição e da Delimitação do Espaço Rural e Urbano – mudanças no espaço rural e práticas institucionais: a exemplo da ilha de Santa Catarina. In: **Associação de Geografia Teorética**. Vol. 26 (1): 37-58. Rio Claro: AGETEO, abril de 2001.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil**.Campinas-SP:Unicamp, 1985.

DORFMUND, Luiza Pereira. **Geografia e História do Paraná**. 2ª ed. São Paulo: Editora do Brasil, 1963.

DUARTE, Aluizio Capdelli & STARUCH, Ney. **Noroeste do Paraná** - 1º Encontro Nacional de Geógrafos - Presidente Prudente SP, julho de 1972.

FASOLI, Michele Silvia. **Transformações Sócio-espaciais Ocorridas no Noroeste Paranaense**. Vila Rural Olyntho Schimidit – Ivatuba- Pr. Aspectos Sócio-espaciais e Organização da produção. Relatório de Iniciação Científica - PIBiC/CNPq-UEM. Maringá, 2003.

FURSTENAU, Vivian. **O Crédito Rural no Brasil e seus Efeitos sobre a Agricultura Gaúcha**: 1965-84. Porto Alegre: FEE, 1988.

FLEISCHFRESSER, Vanessa. **Modernização Tecnológica da Agricultura: Contrates regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70.** Curitiba: Livraria do Chain: CONCITEC: IPARDES, 1988.

Fundação. IBGE- Diretoria de Geociências – **Geografia do Brasil.** Vol. 2. Rio de janeiro: IBGE, 1990.

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, **Censo Agropecuário Paraná:** 1970, 1980, 1996. Rio de janeiro: IBGE, 1970 -1996.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Processo Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura.** São Paulo: Hucitec, 1981.

_____. **O que é Questão Agrária.** 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

_____. **Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira.** Campinas, SP: UNICAMP, 1996.

_____. **Tecnologia e Agricultura Familiar.** Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1999.

_____. **O Novo Rural Brasileiro.** 2ª ed. Campinas: Unicamp, 1999.

GRAZIANO DA SILVA J. & BIANCHINI, J. M. e. **O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento Rural.** Brasília: Ministério Para o Desenvolvimento Agrário, 2001.

GRAZIANO DA SILVA J. & DEL GROSSI, M. Eduardo. **Novo Rural:** uma abordagem ilustrada. Londrina-PR: IAPAR, 2002.

GUIMARÃES, A. A., MELAZZO, E.S., GUIMARÃES, R.B e MAGALDI, S.B. **A Propósito do debate sobre exclusão social: aportes teóricos, escala local e indicadores sociais.** João Pessoa: XIII Encontro Nacional de Geógrafos, 2002.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. **O Binômio Soja/trigo na Modernização da Agricultura do Paraná:** O caso dos municípios de Uiratã Campina da Lagoa e Nova Cantu. Dissertação de mestrado. UNESP. Rio Claro, 1990.

_____, **A Formação sócio-Espacial da região de Campo Mourão e dos Municípios de Uiratã, Campina da Lagoa e Nova Cantu-PR.** In: Boletim de Geografia. Maringá, ano 11 n°01 dezembro de 1993.

HUBNER, Otmar. Trigo Modernização – Safra 98/99 Paraná. Curitiba, Departamento de Economia Rural – Deral, 1999.

IPARDES – **Caracterização e Tendência da Rede Urbana do Brasil:** redes urbanas regionais: Sul/IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR, IPARDES. Brasília: IPEA, 2000.

IPARDES – **Avaliação da Atividade Vilas Rurais** – síntese regional e macrorregional. Curitiba: IPARDES, 2000.

_____. **Tipologia dos Municípios Paranaenses** - Segundo Indicadores Socioeconômicos e Demográficos. Curitiba: IPARDES, 2003.

JORNAL MAMBURÊ – especial para JN. 6 a 12 de novembro de 1965. Arquivo Biblioteca Pública do Paraná.

KAGEYAMA, Ângela (Org.) **O Novo Padrão Agrícola Brasileiro do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais.** Brasília: IPEA, 1987.

KLEINKE, M. DE L.; DESCHAMPS M. V.; MOURA, R. **Movimentos Migratório do Paraná (1986-91 e 1991-96):** origens distintas e destinos convergentes. In: Revista Paranaense de Desenvolvimento/IPARDES. N° 82. Curitiba: IPARDES, 1994.

LIBARDI, Diócles & DELGADO, Paulo. **A Redução do Trabalho Agrícola no Paraná**. In: Revista Paranaense de Desenvolvimento/IPARDES. N° 82. Curitiba: IPARDES, 1994.

LUCAS, José. **S. O. S., Homem do Campo**. São Paulo: Kairós, 1984.

MAACK, Reinhard. **Geografia Física do Estado do Paraná**. 3ª. ed. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

MARTINE, George e GARCIA, Ronaldo Coutinho. **Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.

MARTINS, José Souza. **A Militarização da Questão Agrária no Brasil**. 2ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1984.

_____. **Expropriação e Violência: a questão política no campo**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 5ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995.

MASSOQUIM, Nair Glória. **Formação da Pequena Propriedade Familiar no Município de Assis Chateaubriand Paraná**. Dissertação de mestrado. UFSCar. São Carlos, 1998.

_____. **“Município de Assis Chateaubriand: Psicultura em cativeiro, uma alternativa para a pequena propriedade agrícola”**. Dissertação de mestrado. UNESP Presidente Prudente, 2002.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984.

MORO, Dalton Áureo & ALEGRE, Marcos. **A Mobilidade da População nas Antigas áreas Cafeeiras do Norte do Paraná.** In: Boletim de Geografia da Universidade Estadual de Maringá, nº01 ano 84. Maringá, 1986.

MORO, Dalton Áureo. **Substituição de Culturas, Modernização Agrícola e Organização do Espaço do Produtor no Norte do Paraná.** Tese de Doutorado. UNESP. Rio Claro, 1991.

_____.A Modernização da Agricultura. In: VILLALOBOS, J. G. (Org). **Geografia Social e Agricultura no Paraná.** Maringá: programa de pós-graduação em Geografia - UEM, 2001.

MULLER, Geraldo. **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária.** São Paulo: Hucitec, 1989.

NAKASHIMA, Paulo&NOBREGA, Maria Tereza de. **Solos do Terceiro Planalto do Paraná-Brasil.** In: Encontro Geotécnico do Terceiro Planalto Paranaense ENGEOPAR , Maringá, 2003.

NICOLATO, Roberto. **Reforma Agrária Light.** REVISTA ISTOÉ - São Paulo. Nº1338 - pg 46 de 24 de maio de 1995.

NOBREGA, Maria Teresa de & CUNHA, José Edézio. O solo: Caminho, Abrigo e pão. In: VILLALOBOS, J. G. (Org). **Geografia Social e Agricultura no Paraná.** Maringá: programa de pós-graduação em Geografia - UEM, 2001.

OLIVEIRA, Arioaldo U. de. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura.** São Paulo: Ática, 1986.

_____. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: STÉDILE, João Pedro. **A Questão Agrária Hoje.** 3ª ed. Porto Alegre: UFGS, 2002.

ORICOLTI, Silvio. **Terra Própria da mais Segurança.** Jornal Gazeta Mercantil – São Paulo, pg 3 de 11 de junho de 1999.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma Economia Periférica: O Caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec, 1981.

Paraná (Estado). Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. Instituto de Terras, Cartografia e Florestas. **Atlas do Estado do Paraná**. Curitiba, 1987.

Paraná (Estado). **Programa de Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador Rural -Subprograma: Vilas Rurais**. Curitiba: 1995.

_____. **Normas Operacionais**, Programa Vila Rural, Curitiba, 1995.

_____. Secretaria Especial da Política Habitacional. Companhia de Habitação do Paraná. **Bem Morar**, Curitiba, set, 1995.

_____. Secretaria Especial da Política Habitacional. Companhia de Habitação do Paraná. **Bem Morar**, Curitiba, mar, 1997.

_____. Secretaria Especial da Política Habitacional. Companhia de Habitação do Paraná. **Bem Morar**, Curitiba mar, 2000.

_____. Secretaria Especial da Política Habitacional. Companhia de Habitação do Paraná. **Programas habitacionais do Governo do Paraná** - um registro histórico nas páginas da imprensa, dez, 2002.

PEREIRA, Laércio Barbosa. **O Estado e as Transformações Recentes na Agricultura Paranaense**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco –UFP. Recife, 1987.

PONTE, Karina Furini da. **Reflexões sobre o Programa Vila Rural a partir de algumas idéias propostas por Ignácio Rangel**. In Revista do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina – vol. 11 – n. 2 jul/dez. 2002.

RANGEL, Ignácio. In: GRAZIANO SILVA, José (Org). **Questão Agrária, Industrialização e Crise Urbana no Brasil**. Porto Alegre: UFRS, 2000.

RECLUS, Elisée. **L'Homme et la Terre**. Paris, Librairie Universelle, 1905, 6.v.

Romero, J. In: STÉDILE, João Pedro **A Questão Agrária Hoje**. 3ª ed. Porto Alegre: UFGS, 2002.

SANTOS, Roseli Alves. **Vilas Rurais no Noroeste do Paraná – A intervenção Estatal Atenuando as desigualdades Sócio-espaciais**. Dissertação de mestrado. UNESP. Presidente Prudente, 2001.

SERRA, Elpídio. **Processos de Ocupação e a Luta pela Terra Agrícola no Paraná**. Tese de Doutorado. UNESP. Rio Claro, 1991.

_____. **Reflexões Sobre a Origem da Crise Agrária no Norte do Paraná**. In. Boletim de Geografia. Maringá, Departamento de Geografia. Ano 19 – número 1, 2001.

SIMIONATO, Edna Conceição. **Sua Gente Sua História**. Campo Mourão: Kromoset, 1996.

SOARES, Luiz Eduardo. **Campesinato: Ideologia e Política**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

SORIANO, Sara Mônica Pitot. **Expropriação e Violência: A Luta dos Trabalhadores Rurais pelo Acesso à Terra** (Campo Mourão: 1946-1964). Dissertação de Mestrado. UEM. Maringá, 2002.

SOUZA, Marta Luzia de. **Caracterização Geotécnica Básica dos Materiais Inconsolidados do Município de Campo Mourão (PR)**. In: Encontro Geotécnico do Terceiro Planalto Paranaense ENGEOPAR, Maringá, 2003.

STECA, Lucinéia Cunha & FLORES, Mariléia Dias. **História do Paraná – do Século XVI à década de 1950**. Londrina: UEL, 2002.

STRAHLER, A.N. **Geografia Física**. Barcelona : Omega, 1974.

TEDESCO, João Carlos. **Reflexões em torno do Processo de Modernização da Agricultura e a Pequena Produção Familiar**: O caso de Marau. In: Teor. Evid. Econ. Ano 1, nº 1 p. 67-95, Passo Fundo: 1993.

TEIXEIRA, Wilson Antonio. **O processo de Desenvolvimento Geoeconômico do Complexo Agroindustrial Cooperativista na Mesorregião Norte Central Paranaense**. Tese de Doutorado. UNESP. Presidente Prudente, 2002.

TEIXEIRA, Murilo Walter. **Estrada Boiadeira**. Guarapuava S/D.

VEIGA, Pedro da. **Campo Mourão Centro do Progresso**. Maringá: Bertolini, 1999.

WACHOWICZ, Ruy Chistovam. **História do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

WESTPHALEN, Cecília Maria. **História Documental do Paraná: Primórdios da Colonização Moderna da Região de Itaipu**. Curitiba: SBPH-PR, 1987.

WESTPHALEN, C. M; MACHADO, B. P; BALHAMA, A. P. **Ocupação do Paraná**. Curitiba: AGEN, 1988.

ANEXOS -1

Questionário sócio-econômico dos vileiros da microrregião de Campo Mourão

I – Identificação da Vila Rural

- 1- Nome da Vila Rural: _____.
- 2- Localidade da Vila Rural: _____.
- 3- Dimensão da área (há) da Vila Rural: _____.
- 4- Quantidade de lotes na Vila Rural: _____.
- 5- Distância da Vila Rural à sede do Município: _____.
- 6- Qual a data da implantação da Vila Rural no Município: _____.
- 7- Quais os recursos oferecidos na Vila Rural para as famílias assentadas? Energia Elétrica (), telefone público (), água encanada (), Sistema de Irrigação (), Posto de Saúde/assistência médica (), Fossa Séptica (), Escola (), ônibus coletivo (circular) (), Salão Social (), Transportes coletivo escolar (), Armazém (), outros () indicar:_____.
- 8- Qual a origem da água? Poço semiartesiano (), Rio (), Fonte (), outro () indicar:_____.
- 9- Condições das estradas. Pavimentadas (), Cascalhadas (), Outros indicar:_____.
- 10- Quais as condições dessas estradas. Precárias (), Boas (), Ótimas (),inexistente ().

II – Identificação dos vileiros – trajetória de vida

- 1- Qual o município de origem: _____
- 2- Qual o município constituiu família: _____
- 3- Do município onde constituiu família migrou para outros antes de vir morar na Vila Rural. Quais? Por ordem. _____
_____.
- 4- Qual é a sua origem? Urbana () ou rural ().
- 5- Antes de se instalar na Vila Rural qual era a sua situação de trabalho? Trabalhador rural temporário (), trabalhador rural fixo () proprietário de terras (), arrendatário (),

parceiro (), trabalhador urbano () qual? _____, outro ()
especifique:_____.

6-Qual era a condição de moradia da família, antes de fixarem na Vila? Casa própria (),
alugada (), outra () especifique:_____.

7-Qual a situação da casa, anterior? Boa condição (), péssima condição de moradia (),
outro () especifique:_____.

8-Quantos cômodos havia na casa?_____.

9-Qual era a renda per capita da família antes de morar na Vila Rural?_____.

10-Quais os bens duráveis que possuíam antes de vir para a Vila Rural? Veículo (),
motocicleta (), geladeira (), televisor (), maquina de lavar roupa (), fogão à gás (),
ferro elétrico (), bicicleta (), outros:_____.

11- Participava de algum tipo de associação ou movimento? Sim () não (),
especifique:_____.

III – Identificação dos Vileiros inerentes a Vila Rural

1- Há quanto tempo é morador na Vila Rural?_____.

2- Como adquiriu o lote? Por meio de compra de terceiros (), através da inscrição
realizada na prefeitura (), doação (), substituição de outros vileiros (), outros (),
_____.

3- Qual o número de pessoas residente no lote?_____.

4- Descrição da família.

Nome	Grau de parentesco	Sexo	idade	escolaridade	Estuda sim ou não	Na Vila ()ou Na cidade ()

5- Quantos membros da família compõem a força de trabalho no lote?_____.

Período integral (), meio período (), depois do trabalho (), apenas no final de semana
(), outros () especifique a quantidade de horas:_____.

6- Há ajuda de mão-de-obra externa no lote? Sim () não ().

- 7 - Quantos membros da família trabalham fora? _____ qual a profissão? _____ registrado em carteira? Sim (), Não ().
Outros: _____.
- 8- Qual distância do local de trabalho à Vila Rural? _____.
- 9- Como faz para se locomover da Vila Rural para a cidade? Utiliza carro próprio (), bicicleta (), transporte coletivo (), Carona (), outro () _____.
- 10- Qual a renda per capita da família? R\$ _____.
- 11- Qual a média mensal das despesas da família? R\$ _____.
- 12- A casa da Vila Rural se comparando com a residência anterior é melhor (), pior (), Igual (), outros ().
- 13- Já realizou algum tipo de benfeitoria na casa? Sim (), Não (), relacione: _____
_____.
- 14- Quantos cômodos a casa possui? _____.
- 15- Depois que se instalaram na Vila Rural adquiriram algum bem imóvel. Relacione: _
_____.
- 16- Quais os bens duráveis que adquiriram depois que se instalaram na Vila Rural? Veículo (), motocicleta (), geladeira (), televisor (), máquina de lavar roupa (), fogão à gás (), ferro elétrico (), bicicleta (), telefone (), computador (), outros: _____
- 17- Recebe assistência médica? Onde? _____.
- 18- A família possui algum tipo de convênio de saúde? Sim () não (). Qual _____
_____.
- 19- Enfrentaram dificuldades para adaptação e sociabilização da família na Vila Rural? Sim () Não (), especifique: _____.
- 20- Você e sua família gostam de morar na Vila Rural? Sim (), Não (), Por que?
- 21- Qual sua expectativa quanto a Vila Rural _____

_____.

IV Exploração do lote – produção e comercialização.

- 1- Quais as condições do solo para o cultivo? Ótima (), boa (), regular (), péssima (), outros: _____.
- 2- O lote é explorado economicamente? Sim (), Não () por quê? _____

3- Quais as atividades desenvolvidas no lote?

Agrícola ()

Cultura temporária ()	Lavoura permanente ()	subsistência	Comercialização Excedente (), P/ Mercado()

Pecuária (), indicar as criações exploradas no lote.

Espécie animais:	de	Efetivo	Subsistência	Comercialização

Horticultura ()

Espécie:	Área cultivada	subsistência	Comercialização Excedente (), P/ Mercado()

Fruticultura ()

Cultura	Produção anual /Kg	subsistência	Comercialização Excedente (), P/ Mercado()

Outra atividade (), relacionar:_____.

4- Onde e com quem é realizada a comercialização dessas atividades?_____

5- Qual o rendimento médio (R\$) com a produção do lote?_____.

6- Já realizou algum tipo de financiamento para a produção? Sim () especificar_____

_____ Não () porque?_____

7- Em caso positivo indicar qual o tipo de financiamento: _____.

8- Houve dificuldades para pagamento do financiamento: _____.

- 9- Com relação aos projetos para financiamento recebe orientações de técnicos especializados? Sim (), Não ().
- 10- Recebe orientação técnica para a produção? Sim () Não (). Estas orientações são constantes (), eventualmente ().
- 11- Em caso positivo, identificar orientador. Emater (), Cooperativa (), SEAB (), Empresa (), outro/Indicar ()_____.
- 12- Como é o sistema de produção no lote. Individual () coletiva ().
- 13- Depois que se instalaram na Vila Rural fizeram alguma organização coletiva? Sim (), Não (). Qual? Cooperativa (), Associação (), Comissões (), Grupos ()
- 14- O lote possui armazém adequado para armazenar a produção? Sim (), Não ().
- 15- Como é realizado o escoamento da produção?_____.
- 16- Indicar os principais problemas enfrentados para a produção e comercialização dos produtos cultivados no lote._____.